

LÉIA DA SILVA GOMES TORRES

***AS AREIAS DO IMPERADOR: IDENTIDADES MÚLTIPLAS NA
NARRATIVA DE MIA COUTO***

**TANGARÁ DA SERRA - MT
2020**

LÉIA DA SILVA GOMES TORRES

***AS AREIAS DO IMPERADOR: IDENTIDADES MÚLTIPLAS NA
NARRATIVA DE MIA COUTO***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – PPGEL, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Literários, na área de Letras.

Linha de Pesquisa: Literatura e Vida Social nos Países de Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva.

**TANGARÁ DA SERRA - MT
2020**

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

T693a TORRES, Léia da Silva Gomes.

As arcias do Imperador: identidades múltiplas na narrativa de Mia Couto / Léia da Silva Gomes Torres. – Tangará da Serra, 2020.
200 p. ; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim).

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) Estudos Literários, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Linguagem, Câmpus de Tangará da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.

Orientador: Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva.

1. Identidades Múltiplas. 2. Literatura Moçambicana. 3. Mia Couto. 4. as Arcias do Imperador. 5. Ficção, História e Memória. I. Silva, Agnaldo Rodrigues da, Dr. II. Título. III. Título: identidades múltiplas na narrativa de Mia Couto.

CDU 821.134.3(679)

AS AREIAS DO IMPERADOR: IDENTIDADES MÚLTIPLAS NA NARRATIVA DE MIA COUTO

Léia da Silva Gomes Torres
Orientador: Prof. Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Estudos Literários.

Examinado por:

Prof. Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva (Orientador)
(Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT)

Prof. Dr. Rubens Pereira dos Santos (Avaliador externo)
(Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP)

Profa. Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca (Avaliador externo)
(Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Profa. Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa (Avaliador interno)
(Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT)

Prof. Dra. Marinei Almeida (Avaliador interno)
(Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT)

Aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial e, mesmo sem entender em profundidade o que é esse tanto querer, esse tanto estudar, estiveram comigo em pensamento e oração. Aos meus amores: José Neto, filho amado, e Ed Motta, meu esposo, que estiveram comigo nesta jornada, abdicando de nosso tempo juntos, para mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese de doutorado contou com a colaboração, estímulo e empenho de diversas pessoas. Gostaria de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos aqueles que contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Agradeço ao professor Dr. Aroldo José de Abreu Pinto, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, por toda a orientação que me concedeu na qualidade de discente do Programa e pela lisura na condução de sua gestão com os docentes, discentes e funcionários, bem como reconhecer o competente trabalho em equipe que realizou, durante sua gestão no período de minha qualificação entre mestrado e doutorado. E, em seu nome, agradeço a Universidade do Estado de Mato Grosso e ao Campus Universitário de Tangará da Serra pela minha formação acadêmica.

À professora Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa que me inspirou para trilhar o caminho das literaturas africanas em meus projetos de mestrado e de doutorado, com muita paixão na pesquisa e nos resultados obtidos. Não tenho como não agradecer as orientações no percurso do mestrado. Agradeço ainda, o incentivo dado ao doutoramento e por ter aceitado fazer parte das bancas de qualificação e de defesa da tese. Foram muito importantes as contribuições.

Aos professores que ministraram disciplinas no doutorado, que foram: Dr. Benjamin Abdala Junior, Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva, Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa, Dra. Elisabeth Battista, Dra. Tania Celestino de Macedo e Dra. Walnice Aparecida Matos Vilalva. Todos são professores competentes, que contribuíram muito para minha formação. Destaco, com muito carinho, a disciplina de História e Teoria da Narrativa, ministrada pela Dra. Walnice Vilalva, por se importar com cada dúvida enunciada e pela atenção dedicada a cada discente da disciplina. A ela, dedico o meu respeito e a minha admiração.

Ao professor Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva, meu orientador dedicado e paciente, que me proporcionou um estudo intenso e prazeroso. Agradeço por todas as vezes que ele disponibilizou de seu tempo para me ajudar a realizar este trabalho, que ora apresento como produto final dos estudos realizados.

Em sua companhia cresci profissionalmente e como ser humano; sua humildade e senso de colaboração respaldaram esta produção científica. Serei eternamente grata.

À professora e amiga de longa data Dra. Marinei Almeida, que me acompanhou nas pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Torre do Tombo e Biblioteca Nacional de Lisboa. Sua companhia e auxílio nesse percurso foi primordial para o desfecho da tese. Muito obrigada por aceitar o convite de participar das bancas de qualificação e defesa.

A minha amiga do coração, a irmã que não tive, Marlucci Demozzi, companheira de turma, companheira para toda a vida, o meu muito obrigada. Não há palavras que descrevam o que vivemos juntas, nos devaneios literários e na parceria desta caminhada. Os sorrisos e as lágrimas compartilhadas, a doçura da companhia nas viagens físicas e também nos devaneios em busca do conhecimento. A paciência e o suporte emocional nos momentos difíceis. Uma vida literária compartilhada.

Agradeço a Deus, pela benção de vencer mais um desafio profissional. E nos momentos difíceis que vivi no trajeto, vi a cada manhã que as minhas forças tinham sido renovadas.

Aos meus pais, porque sempre estiveram comigo em oração e por sempre acreditarem em mim. Isso me fazia buscar sempre o melhor, para merecer tanto amor.

Ao meu filho, José Neto, pela paciência e a companhia nos estudos, sempre querendo ajudar e me incentivando a ler mais, ele dizia, “mãe agora pela manhã, hum... você consegue ler umas quinhentas páginas. Aí a gente brinca à tarde...”. Como eu amo esse presente de Deus na minha vida!

Finalmente, ao meu esposo, meu amor, Ed Motta, que me desafiou a cada obstáculo, meu companheiro de todas as horas. Agradeço todo o amor, carinho, cuidado. Pelo apoio financeiro e emocional no período de elaboração desta tese e a atenção, sem reservas.

A todos, muito obrigada!

Identidade

Preciso ser um outro
para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta

Sou pólen sem insecto

Sou areia sustentando
o sexo das árvores

Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço

(MIA COUTO, in *Raiz de Orvalho e Outros Poemas*)

RESUMO

TORRES, Léia da Silva Gomes. *As areias do imperador: identidades múltiplas na narrativa de Mia Couto*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – PPGEL – UNEMAT – Tangará da Serra, 2019. Orientador: Agnaldo Rodrigues da Silva.

Esta tese investiga as identidades múltiplas do indivíduo que, por sua vez, sofreu a influência do fenômeno de deslocamento e migração. Para isso, foi tomada como *corpus* a trilogia *As areias do imperador*, de Mia Couto, cujo ponto de partida foi a identificação de personagens que representam o colonizador e o colonizado, no período em que ocorreu o processo de colonização portuguesa no sul de Moçambique. A tese procura demonstrar que o escritor Mia Couto consegue romper fronteiras literárias, ao criar narrativas em que permeiam referências à memória que se colocam em diálogo com personagens colocadas em situação de transitoriedade geográfica e identitária, processo que as leva a um mundo delineado por lugares e raças e fronteiras, sempre em tensão. Como suporte teórico e crítico, recorrer-se-á aos estudos de Stuart Hall (2005), Zygmunt Bauman (2005), Homi Bhabha (1998), Edward Said (1995), Boaventura de Sousa Santos (2001), Abdala Junior (2004), Ana Mafalda Leite (2018), entre outros. Com base nesses autores, considera-se que as identidades múltiplas podem ser investigadas à luz das teorias pós-coloniais, que abordam a construção da identidade e sua relação com a memória. O surgimento de novos produtos culturais permite a inscrição de novas identidades em um mesmo indivíduo, já que a modernidade abriu portas à pluralidade, permitindo a existência de vários “eus”.

Palavras-chave: Identidades Múltiplas; Literatura moçambicana; Mia Couto; *As areias do imperador*; Ficção, história e memória.

ABSTRACT

TORRES, Léia da Silva Gomes. *The sands of the emperor: multiple identities in Mia Couto's narrative*. Doctoral thesis. Graduate Program in Literary Studies - PPGEL - UNEMAT - Tangará da Serra, 2019. Advisor: Agnaldo Rodrigues da Silva.

This thesis investigates the multiple identities of the individual who, in turn, was influenced by the phenomenon of displacement and migration. For this purpose, the Mia Couto trilogy *As Areias do Emperor* (*The Sands of the Emperor*) was taken as a corpus, whose starting point was the identification of characters representing the colonizer and the colonized, during the period when the Portuguese colonization process took place in southern Mozambique. The thesis seeks to demonstrate that the writer Mia Couto manages to break literary boundaries, by creating narratives in which references to memory permeate in dialogue with characters placed in a situation of geographical and identity transience, a process that takes them to a world delineated by places and races and ovens, always in tension. As theoretical and critical support, the studies of Stuart Hall (2005), Zygmunt Bauman (2005), Homi Bhabha (1998), Edward Said (1995), Boaventura de Sousa Santos (2001), Abdala Junior (2004), Ana Mafalda Leite (2018), among others. Based on these authors, it is considered that multiple identities can be investigated in the light of post-colonial theories, which address the construction of identity and its relationship with memory. The emergence of new cultural products allows the registration of new identities in the same individual, since modernity has opened doors to plurality, allowing the existence of several “selves”.

Keywords: Multiple Identities; Mozambican literature; Mia Couto; *The sands of the emperor*; Fiction, history and memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Taça oferecida pela rainha Vitória a Ngungunyane. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	27
Figura 02 – Documento Conferência de Berlim. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	29
Figura 03 – Documento Conferência de Berlim. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	30
Figura 04 – Documento Conferência de Berlim. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	31
Figura 05 – Documento Conferência de Berlim. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	32
Figura 06 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	85
Figura 07 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	86
Figura 08 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	87
Figura 09 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	88
Figura 10 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	89
Figura 11 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	90
Figura 12 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	91
Figura 13 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	92

Figura 14 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	93
Figura 15 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	94
Figura 16 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	95
Figura 17 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	96
Figura 18 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	97
Figura 19 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	98
Figura 20 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	99
Figura 21 – Relatório de dados compilados sobre a importância dos feiticeiros e a suas áreas de atuação. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	100
Figura 22 – Grupo de Landis do Gungunhana. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	124
Figura 23 – O chapéu armado e a espada de Gungunhana. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	124
Figura 24 – “BUZI” antigo guerreiro de Gungunhana. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	125
Figura 25 – “Medalha de ouro do feito heroico de Chaimite e prisão do Gungunhana; grande-oficial da legião de honra; medalha do valor militar (pertencente a Mousinho de Albuquerque)”. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	146
Figura 26 – Relatórios da Província de Moçambique – elementos sobre as missões católicas. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.	158

Figura 27 – Relatórios da Província de Moçambique – elementos sobre as missões católicas.	159
Figura 28 – Relatórios da Província de Moçambique – elementos sobre as missões católicas.	160
Figura 29 – Relatórios da Província de Moçambique – elementos sobre as missões católicas.	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: MIA COUTO – IDENTIDADES MÚLTIPLAS.....	15
CAPÍTULO I – MULHERES DE CINZAS E AS IDENTIDADES MÚLTIPLAS. 28	
1.1 A história do Imperador Ngungunyane	47
1.2 Os vários “eus” inscritos nas personagens.....	58
1.3 Vozes narrativas: o confronto entre colonizador e colonizado.....	67
CAPÍTULO II – SOMBRAS DA ÁGUA – A GUERRA NO SUL DE MOÇAMBIQUE.....	79
2.1 O conflito e as relações de poder.....	116
2.2 Decadência do Estado de Gaza no fim do século XIX.	125
2.3 A memória e o tempo narrativo.....	137
CAPÍTULO III – O BEBEDOR DE HORIZONTES.....	145
3.1 Moçambique: terra de várias nações.....	169
3.2 Identidades fragmentadas.....	175
3.3 A memória e o pós-colonialismo	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS	193

INTRODUÇÃO

MIA COUTO – IDENTIDADES MÚLTIPLAS

Eu somos tristes. Não me engano, digo bem. Ou talvez: nós sou triste? Porque dentro de mim, não sou sozinho. Sou muitos. E esses todos disputam minha única vida. Vamos tendo nossas mortes. Mas parto foi só um. Aí, o problema. Por isso, quando conto a minha história me misturo, mulato não das raças, mas da existência.

(MIA COUTO)

Esta tese propõe a investigação sobre as identidades múltiplas, a partir da produção literária do romancista contemporâneo Mia Couto. A proposta é identificar essas identidades na trilogia *As areias do imperador*, discutindo personagens em que diferentes feições se inscrevem em um mesmo sujeito. Esse sujeito, ao que parece, carrega em si uma identidade que sofre mudanças sob a interferência do meio social em que vive. A Trilogia é composta dos livros: *Mulheres de Cinzas* (2015), *Sombras da água* (2016) e *O bebedor de horizonte* (2018).

É importante ressaltar que os livros 01 e 02 sofreram mudanças de título na publicação realizada pela Companhia das Letras, no Brasil. Em Moçambique e Portugal, o livro 01 tem como título *Mulheres de cinza*; no Brasil, a publicação traz como título *Mulheres de cinzas*, com o substantivo e o adjetivo no plural. O livro 02 sofreu uma alteração ainda mais significativa: *A espada e a Azagaia* em Moçambique e Portugal; *Sombras da água* no Brasil. O terceiro volume não sofreu alterações quanto ao título, nos países acima mencionados.

Não é a primeira vez que uma obra do moçambicano Mia Couto tem seu título modificado em publicações no Brasil. Em *Antes de nascer o mundo* (2009), sua versão em Portugal e Moçambique teve como título *Jesusalém*. Apesar das alterações, as obras mantêm nos novos títulos uma relação profunda com a narrativa desenvolvida. No entanto, nenhuma justificativa foi apresentada para as alterações; desse modo, entende-se que as mudanças são meramente uma opção da editora Companhia das Letras, visando dar maior impacto das obras sobre os leitores ou o público.

Procura-se demonstrar que a questão das identidades é um elemento recorrente na obra literária de Mia Couto e que, em *As areias do imperador*, é apresentada a partir de encenções bastante originais, aspecto que será investigado à luz da teoria das múltiplas identidades, defendida por Stuart Hall, Homi Bhabha e outros teóricos. Considere-se que a perspectiva teórica está intimamente relacionada às discussões sobre construções identitárias e a conceitos de hibridismo, fronteiras múltiplas, memória, tradição e modernidade.

O conceito de identidades múltiplas é um convite para se repensar os valores culturais, políticos e sociais, configurando o surgimento de novas identidades como um processo amplo de mudanças na sociedade contemporânea. Essa concepção significa o rompimento com a ideologia das identidades fixas e acabadas, pois, as mudanças estruturais das sociedades modernas tensionaram as concepções de classe, gênero, etnia e nacionalidade. Considere-se, ainda, que a perspectiva de identidades pessoais sofre transformações constantes pelo deslocamento e descentralização do sujeito. Tal processo dá-se no espaço geográfico ou social, atribuindo novas feições identitárias ao homem moderno.

Como aponta Hall,

a questão da identidade está sendo extremamente discutida na teoria social. Em essência o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o mundo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2005, p. 7).

No século XX há um rompimento de fronteiras, passando-se de uma fronteira às fronteiras múltiplas. Diante disso, não se pensa mais em uma vertente estática, mas em várias possibilidades, pois a pluralização da vida social amplia as identidades possíveis, assumidas pelo indivíduo. Segundo Abdala Junior (2004) o processo de identificação ocorre em meio à complexidade e à diversidade de possibilidades de escolhas, que se constroem no cotidiano e permanecem inacabadas.

Segundo Kathryn Woodward (2009), a identidade é um produto de intersecção de diferentes componentes, sejam eles políticos, culturais ou de cunho individual, de modo que a construção de uma identidade depende de outra. A construção identitária tornou-se provisória, o indivíduo passou a questionar seu lugar de pertencimento e as possíveis identidades inscritas em si. Essa multiplicidade de significantes e de representação cultural geram a perspectiva de uma identidade inacabada.

Kathryn Woodward afirma que,

a subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade (WOODWARD, 2000, p. 55).

A identidade não possui uma essência estável, definida e acabada, mas uma constante construção e reconstrução de relações. A identidade é instável e indefinida, que se estabelece de acordo com a relação de poder que se exerce. Esse processo de construção identitária acontece pelas relações sociais e individuais do sujeito, de acordo com o ambiente que este está inserido. A pluralização do indivíduo contemporâneo possibilita uma multiplicidade no ser.

A obra escolhida como objeto desta análise, *As areias do imperador*, apresenta a inserção de uma cultura sobre outra no processo de colonização de Moçambique e a possibilidade de várias identidades inseridas em um mesmo indivíduo. Uma construção de identidades múltiplas, que ocorre pelo processo de aproximação de culturas, as quais são impostas na convivência da guerra colonial, da guerra entre as tribos de Moçambique e da guerra contra o imperador Ngungunyane¹.

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretensos proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. O exercito dos

¹ A grafia do nome do imperador sofre mudanças entre a escrita em Moçambique e em Portugal, bem como, em outros países europeus. Por isso esta tese apresenta mais de uma forma na grafia do nome do "Leão de Gaza, através das citações de críticos literários e na representação da fala das personagens de origem europeia.

VaNguni era bem mais numero e poderoso. E mais fortes eram os seus espíritos, que mandavam nos dois lados da que rasgou a nossa terra ao meio. De um lado, o Império de Gaza, dominado pelo chefe dos VaNguni, o imperador Ngungunyane. Do outro lado, as Terras da Coroa, onde governava um monarca que nenhum africano haveria nunca de conhecer: Dom Carlos I, o rei de Portugal. (COUTO, 2015, p. 17).

As possíveis identidades múltiplas que se inscrevem em um indivíduo pode ocorrer, a partir de sua desterritorialização. E no caso do colonialismo, esse processo pode acontecer mesmo em terras do colonizado, sob o domínio do Estado colonizador. E nesse momento de dominação territorial ocorre ainda à dominação sócio cultural, fenômeno que conhecemos como hibridização de raças e culturas.

Vive-se o tempo das identidades múltiplas e faz-se necessário discutir como estas identidades são construídas e constituídas, partindo do pressuposto que o sujeito é receptor ativo do mundo circundante e é responsável por suas escolhas. Nessas escolhas o sujeito avalia os prós e contras de acordo com seus interesses, sejam materiais ou subjetivos. Discute-se a identidade como parte do sistema ideológico, entendido como espaço de construção de sentido, que disputa com o poder constituído.

Segundo Stuart Hall (2005) as identidades múltiplas que se inscrevem em um só sujeito se constituem a partir da relação com os “outros”, e estes mediam valores sentidos e símbolos. Assim uma identidade se desdobra em diversas identidades na medida em que os sistemas de significação e representação cultural do indivíduo se multiplicam.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2015, p. 13).

Na trilogia *As areias do imperador* essa multiplicidade identitária ocorre para colonizador e colonizado quando do contato de culturas e costumes, a convivência no processo de colonização que provoca aproximação e distanciamento sócio-culturais, bem como, o estranhamento com o desconhecido. As personagens tipificadas como colonizadores e colonizados

demonstram uma nova construção identitária a partir do contato com sociedades desconhecidas. A aculturação entre tribos moçambicanas e entre moçambicanos e portugueses é relatada nos três volumes da obra.

Em *Mulheres de cinzas* (2015) o sargento Germano de Melo se mostra aculturado aos costumes dos africanos.

- *É bom ser saudado por um rio* – comentou em voz baixa. E acrescentou: - *Por um rio e por uma rapariga linda como tu.* (COUTO, 2015, p. 63).

Em *Sombras da água* (2016) o irmão de Imani reproduz um comportamento religioso dos portugueses:

E meu pai sorriu, em absoluta concordância. Mwanatu baralhou-se toso a fazer o sinal da cruz, entrelaçando dedos e mãos pelo corpo todo. E saudou Deus tratando-o por “Sua Excelência “. (...). (COUTO, 2016, p. 35).

E em *O bebedor de horizontes*:

Com um pedaço de carvão a rainha inscreve uma cruz no fundo de cada uma das panelas. *Pronto, estão abençoadas*, suspira. *Os brancos têm fortes feitiços*, diz ela. *Cozinhar, minha filha, não é fazer comida. É sentar os deuses à nossa mesa.* (COUTO, 2018, p. 238).

O processo de hibridização das etnias e dos portugueses ocorreu pelo advento da colonização. O entrelaçamento das culturas africanas e portuguesa, propiciaram um novo modo de pensar e agir, conseqüentemente surgiu a partir desse evento novas identidades que foram modificadas pelo contato com outra organização social e cultural.

Segundo Fernando Ortiz (2002) o conceito de transculturação surgiu para se fazer entender a formação cultural de uma nação a partir de culturas distintas. O vocábulo aculturação significa “el proceso de tránsito de una cultura a otra y sus repercusiones sociales de todo género” (ORTIZ, 2002, p. 254). E o vocábulo transculturação discute os fenômenos culturais pelas mudanças advindas do processo de colonização.

O processo de transculturação é baseado na troca, no dialogismo cultural entre os povos que se encontram no evento do colonialismo. Segundo

Stuart Hall,

é através da transculturação, que grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante. É um processo da zona de contato, um termo que invoca a co-presença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunturas geográficas e históricas. (HALL, 2006, p. 31)

As transformações culturais ocorridas pela transculturação culminam na multiplicidade identitária pelo processo de colonização. Essas identidades foram assinaladas pela teoria de hibridismo, quando Canclini (2003) aborda a construção de produtos culturais a partir do encontro de culturas distintas, que se mesclam e garantem o surgimento de um novo produto cultural e a inscrição de novas identidades num mesmo indivíduo. Esse acontecimento tem em si o sinônimo de pluralidade, pelos vários “eus” inseridos em um indivíduo e pela transformação social e identitária de uma nação.

Para Canclini a hibridação não se apresenta apenas como uma mescla de estruturas e práticas sociais, pois ao combiná-las geram novas estruturas e novas práticas. Segundo o autor, a hibridação se dá também pela resistência, devido à relação entre colonizador e colonizado. Na obra *As areias do imperador* essa relação de dominação, se apresenta como de resistência do povo moçambicano contra a coroa portuguesa. A personagem narradora Imani é moçambicana, trabalha para a coroa portuguesa, mas em vários episódios as suas ações são de resistência contra a dominação portuguesa. A narradora traz em si uma diversidade cultural que mescla a cultura de origem e a cultura dos portugueses.

Fosse como fosse, a verdade é que aquele compasso viril me arrancava do mundo e, embora a dança fosse exclusivamente executada por homens, no meu recatado lugar eu mantinha todo o corpo em movimento. E era como se um outra pessoa dançasse dentro de mim. Talvez essa pessoa fosse “a Viva”, talvez fosse “Cinza”, talvez fossem todas as que em mim viveram. Naquele momento eu ficava isenta de ter corpo, desobrigada de ter memória. Eu era feliz. (COUTO, 2015, p. 89 - 90)

As identidades híbridas formam-se de pensamentos, de subjetividades e de fragmentos de identidades que são desconstruídas pelo Estado, que

disseminam formas comunitárias de convivência – bandos, tribos. Enquanto o Estado pensava formar identidades influenciadas pela elite europeia, as sociedades formavam-se de identidades fragmentadas, com traços identitários do colonizado.

O processo de hibridização é baseado na troca, no dialogismo cultural entre os povos, que se encontram no evento do colonialismo. Segundo Stuart Hall,

é através da transculturação, que grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante. É um processo da zona de contato, um termo que invoca a co-presença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunturas geográficas e históricas (HALL, 2005, p. 31).

As transformações culturais ocorridas culminam na multiplicidade identitária pelo processo de colonização. Canclini (2003) assinala essas identidades pela teoria do hibridismo, quando aborda a construção de produtos culturais, a partir do encontro de culturas distintas, cuja consequência é a inscrição de novas identidades em um mesmo indivíduo. Na linha de pensamento de Canclini (2003), a hibridação não se apresenta apenas como uma mescla de estruturas e práticas sociais, pois, ao combiná-las, geram novas estruturas e novas práticas. Por isso, a hibridação se dá também pela resistência, devido à relação entre colonizador e colonizado.

Assim é possível reconhecer o que contem de desgarre e o que não chega a fundir-se. Uma teoria não ingênua da hibridação é inseparável de uma consciência crítica de seus limites, do que não se deixa, ou não quer ou não pode ser híbrido (CANCLINI, 2008, p. 26).

Na linha de pensamento de Canclini (2003), a hibridação não se apresenta apenas como uma mescla de estruturas e práticas sociais, pois, ao combiná-las, geram novas estruturas e novas práticas. Por isso, a hibridação se dá também pela resistência, devido à relação entre colonizador e colonizado.

Para Homi Bhabha (1998), a identidade se consolida através do espaço

e do tempo, cuja marca é o deslocamento do indivíduo, seu constante movimento em sistemas sociais que sofrem transformações pelo processo de colonização. Esse contexto se torna ainda mais complexo com a fluidez das culturas que ora se aproximam, ora se distanciam, em um momento de transformação ou transposição cultural. O raciocínio teórico de Bhabha levamos a compreender que

o que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 1998, p. 20).

Bhabha questiona o conceito de homogeneidade identitária em *O local da cultura* (1998), atestando os conceitos de hibridismo cultural. Segundo ele, o deslocamento cultural acontece a partir da perspectiva das minorias que se localizam em situações periféricas. Esse movimento é um processo de redefinição contínua da identidade do indivíduo ou de uma identidade coletiva. Nessa perspectiva, a identidade cultural não é única, mas múltiplas, tendo em vista que a diversidade cultural é global e o deslocamento identitário permanente. O autor ainda afirma que

as condições da participação cultural, sejam antagônicas ou complementares, são produzidas de forma performativa. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como reflexo das características étnicas ou culturais pré-estabelecidas na tábua fixa da tradição. A articulação social da diferença, na perspectiva das minorias, é um todo complexo, em processo de negociação, que tem por objeto autorizar hibridizações culturais que surgem em momentos de transformação histórica (BHABHA, 1998, p. 2).

Nessa perspectiva, não há identidade única, pois, com a globalização, diversas culturas se aproximaram, exerceram influência e foram influenciadas por “outra”. No período colonial, especificamente em Moçambique, os portugueses e moçambicanos entrelaçaram suas culturas, ocasionando processos de miscigenação e hibridização. É importante salientar que o

conceito de hibridismo cultural tem lugar na obra de Rama (2001), quando o autor discute o conceito de transculturação.

Na trilogia, o processo de hibridização está presente nos três volumes, e nos permite analisar a transformação cultural ocorrida na relação colonizador/colonizado. Leva-se em consideração, portanto, o contato das etnias moçambicanas com os portugueses, além do contato cultural com outros europeus, como é o caso da personagem italiana Bianca. Esse aspecto pode ser observado nos fragmentos dos três volumes da trilogia:

Em *Mulheres de cinzas* (2015),

– *É uma arma congénita*² – argumentou perante a mãe. Ela que entendesse. Ele tinha muitas pessoas bringando dentro dele: um cabo e um *kabweni*, um negro e um branco, um cristão e um pagão. Como tornar-se uma só criatura? Como voltar a ser apenas o seu filho? (COUTO, 2015, p. 294)

Em *Sombras da água* (2016),

Fiquei a ver o sargento acenar do ancoradouro e o grande lenço branco flutuava estre bandeira e miragem. Acenei para cumprir, também eu, aqueles falsos adeuses. E seguimos rio abaixo, à procura da campa do meu irmão Mwanatu. Guiava-nos um soldado português de raça negra que havia sido destacado por Santiago da Mata. Era escuro, muito mais escuro que os da nossa terra. Era um *mangolé*, um desses soldados provenientes de Angola. No caminho conservou-se calado, mantendo uma cautelosa distância do meu pai. (COUTO, 2016, p. 214)

Em *O bebedor de horizontes* (2018),

Não era apenas entre nós, africanos, que emergiam querelas. Não há dia em que os chefes militares portugueses não troquem acusações. E todos, europeus e africanos, procuram-me para se lamentar. Não sei porque confiam em mim. Mais do que tradutora sou uma ponte. Talvez eu seja a aranha que vivia no pátio de Dabondi. Nas minhas patas carrego palavras e com elas faço uma teia que une diferentes raças. (COUTO, 2018, p. 18 – 19)

² Citações dos três volumes da trilogia aparecem com escrita em itálico por se tratar de enunciados em discurso direto, e algumas palavras escritas nas línguas faladas em Moçambique.

O homem, desde os tempos primórdios, se vê em contato com culturas alheias a sua, seja no papel de dominador ou de dominado. As sobreposições culturais têm como resultado a dominação de uma nação ou império sobre outros povos. Esse aspecto pode ser identificado na trilogia *As areias do imperador*, em que o processo de dominação sobre o povo moçambicano é exercido tanto pelo imperador Ngungunyane como, em outras vezes, pela coroa portuguesa. Canclini ao analisar a hibridização conclui que as cultural habitam locais de fronteiras devido ao fenômeno de desterritorialização, articulando-se umas com as outras e assim potencializando a comunicação e o conhecimento.

Canclini, ao analisar a hibridização, conclui que as culturas habitam locais de fronteiras devido ao fenômeno de desterritorialização, articulando-se umas com as outras e assim potencializando a comunicação e o conhecimento. Ao articular uma nova cultura é possível a reterritorialização, pois esse processo acontece da mesma forma que o indivíduo pode articular as identidades múltiplas.

Boaventura de Sousa Santos (2008) discute as identidades de raízes sexual, étnica e cultural, demonstrando como o processo histórico da modernidade as suprimiu sem, contudo, alcançar êxito. O autor, em sua análise, elucida a evolução social e histórica do Estado português no processo colonial que, unindo o global e o local, construiu um panorama de herança cultural lusófona em Moçambique.

Benjamin Abdala Junior salienta que é através do hibridismo, da administração da diferença, das articulações comunitárias entre os povos, do empréstimo cultural e da sobreposição de culturas, ocorrido pelo processo colonizador, que se adquire uma nova cultura identitária. No contexto da trilogia, são as personagens que têm inscritos em si os rastros identitários da nação Nguni, das várias outras nações que compunham aquele território antes do processo colonial e, à posteriori, da nação portuguesa.

Para Bauman (2005), a identidade tem papel fundamental na contemporaneidade, pois, o indivíduo passa a vida redefinindo seus posicionamentos sócio-políticos e culturais. A identidade de origem já não define o sujeito, já que as mudanças são contínuas, devido às identidades que são ambíguas e sofrem oscilações frequentemente. Como consequência da

contemporaneidade, acontece a transição entre a percepção da identidade sólida e a da identidade líquida e fluída, adquirindo, portanto, estruturas frágeis e mudanças constantes. A identidade é composta de fragmentos que vão se encaixando uns aos outros, assumindo novos formatos.

Segundo Bauman a identidade é composta de fragmentos que vão se encaixando uns aos outros, tomando um novo formato,

tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e renegociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’.
(BAUMAN, 2005, p. 17)

O sociólogo Stuart Hall discute as transformações sofridas pelos indivíduos ao longo do tempo, associando tais discussões a uma nova vertente identitária que se estabelece na contemporaneidade, pelos processos de deslocamentos e migrações que o indivíduo sofre no advento da globalização. Enquanto nas sociedades tradicionais as identidades eram consideradas estáticas e centralizadas no indivíduo, na contemporaneidade o cenário cultural da globalização apresenta novas possibilidades de identidades culturais, a partir da fragmentação do indivíduo.

O sujeito do Iluminismo estava baseado na concepção do indivíduo centrado, unificado, dotado de capacidades, de razão, de consciência e de ação (HALL, 2005, p. 10), quando a identidade está associada ao consciente e à realidade. Essa identidade era descrita como masculina e não considerava as relações com as instituições sociais. Era uma concepção extremamente individualista do sujeito e de sua identidade.

O sujeito sociológico tinha sua identidade baseada na interação entre “o “interior” e o “exterior”, entre o ‘eu’ e a sociedade” (HALL, 2005, p.11), sujeito associado às relações e às interações sociais. Uma identidade que dialoga com os mundos culturais circundantes e se estabelece por meio das relações que constrói com o meio social.

O sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa ou permanente, não detém mais em si o centro, pois se encontra multifacetado pela

fragmentação identitária. Esse sujeito tem sua formação identitária composta por várias identidades, pois,

(...) O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 13).

Um sujeito fragmentado em diversos “eus” tem a ambiguidade como essência, pois se tornou um ser provisório e variável. Uma multiplicidade na representação das identidades que ocorre na condição humana, ou seja, a identidade pessoal *versus* a identidade social.

Imani, uma das vozes narrativas da trilogia, traz no primeiro romance a multiplicidade de “eus”, como se pode ver no trecho:

Não sei por que me demoro tanto nestas explicações. Porque não nasci para ser pessoa. Sou uma raça, sou uma tribo, sou um sexo, sou tudo o que me impede de ser eu mesma. Sou negra, sou dos VaChopi, uma pequena tribo no litoral de Moçambique. A minha gente teve a ousadia de se opor à invasão dos VaNguni, esses guerreiros que vieram do sul e se instalaram como se fossem donos do universo. Diz-se em Nkokolani que o mundo é tão grande que nele não cabe dono nenhum. (COUTO, 2015, p. 17)

Germano, a segunda voz narrativa, também apresenta a característica de múltiplas identidades, como segue:

Não deixo de pensar nem por um instante que aqueles jovens pretos, tão distantes de cor e feição, se pareciam, afinal, comigo. Como eles, também eu me revoltara. Como eles, também eu ousara apontar as armas contra os poderosos. Talvez tenha sido por isso que a espingarda se encravou e o projétil explodiu dentro da câmara. Essa bala continua deflagrando eternamente dentro de mim. Se fosse ave, já há muito teria soçobrado, de tanto grão na asa. (COUTO, 2015, p. 150 – 151)

O conceito de fragmentação está associado ao fenômeno da globalização que, progressivamente, possibilita as diferenças entre identidades. Abdala Junior (2002) aponta para as diversas transformações culturais ocorridas nas sociedades, devido ao processo cultural e político. Essas mudanças ocorrem por meio dos deslocamentos, migrações e mudanças econômicas globais, que afetam o sujeito e sua identidade, pondo em discussão diferenças étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, e nacionais.

Para investigar a constituição das identidades múltiplas a partir da investigação do *corpus*, a tese foi organizada em três capítulos. Cada capítulo apresenta a análise de uma das obras que compõe a trilogia. No primeiro capítulo, organiza-se um estudo sobre as identidades múltiplas no volume *Mulheres de cinzas* (2015), privilegiando o contexto histórico da narrativa, a desconstrução do mito do imperador de Gaza, as várias identidades inscritas em um mesmo sujeito, assim como as vozes narrativas que articulam a dinâmica entre o colonizador e o colonizado.

O segundo capítulo analisa o romance *Sombras da água* (2016), que trata da guerra no sul de Moçambique, os conflitos e as relações de poder que se estabelecem no período de guerra colonial, a queda do Estado de Gaza, a memória e o tempo da narrativa. O terceiro capítulo dedica-se à análise do romance *O bebedor de horizontes* (2018), focando as identidades que compõem o território moçambicano e àquelas fragmentadas pelo advento da colonização. Além disso, discute a questão da memória e do pós-colonialismo, e o movimento que segue da ficção à história oficial.

CAPÍTULO I

MULHERES DE CINZAS E AS IDENTIDADES MÚLTIPLAS

Não sei por que me demoro tanto nestas explicações. Porque não nasci para ser pessoa. Sou uma raça, sou uma tribo, sou um sexo, sou tudo o que me impede de ser eu mesma. Sou negra, sou dos Vachopi, uma pequena tribo no litoral de Moçambique.

(MIA COUTO)

A obra *Mulheres de cinzas* (2015) é o primeiro romance da trilogia *As areias do imperador*, de Mia Couto. Trata-se de uma narrativa poética e memorialística, que faz uso de neologismos, aliteraões e metáforas. O romance se estrutura a partir de relações entre realidade e ficção e acompanha a narrativa histórica do povo moçambicano. A construção narrativa do romance se apropria de elementos da cultura moçambicana através do uso da linguagem oral, da valorização das tradições, bem como da crítica social e política.

A obra de Mia Couto tem como principais marcas a valorização do passado cultural moçambicano, com o objetivo de que essa cultura seja relevante na atualidade. Por isso a importância da narrativa memorialística, que traz a tona a origem do povo moçambicano com suas variações culturais e linguísticas, devido ao aglomerado étnico que compõe aquele país.

Para Carlos Jorge Siliya³,

A definição do que é a cultura em geral e a sua adopção para a caracterização do que seria a cultura moçambicana, tem sido matéria de afirmação por muitos nos órgãos da comunicação social, seminários, conferências, etc. Muitos historiadores, etnógrafos e antropólogos tentaram escrever, caracterizar e definir o que é a cultura do Povo moçambicano ou dos povos que têm vindo a habitar neste território hoje conhecido por Moçambique. (SILIYA, 1996, p. 16).

Essa preocupação de definição sociocultural de Moçambique parece afligir a muitos, todavia o que parece definir é o não definir, dado a multiplicidade de povos e culturas representada naquele país pelos povos que

³ SILIYA, Carlos Jorge. *Ensaio sobre a cultura em Moçambique*. Cooperação Suíça em Moçambique. Maputo. 1996.

habitam aquela terra. Moçambique traz em sua origem a riqueza de várias culturas que se entrelaçaram, formando um caldeirão cultural.

Segundo Carlos Jorge Siliya⁴, Moçambique era conhecido nos tempos remotos por meio das suas atividades de comércio desde quando os portugueses apareceram na região a caminho da Índia. De acordo com estudos históricos, o nome Moçambique vem do nome de um sultão, Mussa Bem Mbiki, que os portugueses encontraram no Oceano Índico, então começaram a chamar aquele lugar de “Terras de Mussa Bem Mbiki”, e com o passar dos séculos o nome sofreu uma derivação, ficando Moçambique. Quando os portugueses chegaram a esta região da África ocidental, já existiam populações negras que a habitavam essa região e desenvolviam atividades sociais e comerciais com outros povos do mundo.

O conceito de colonização portuguesa instituído pela narrativa histórica é desconstruído pela narrativa ficcional de Mia Couto, pois além de apontar, no texto de ficção elementos da história, as duas narrativas trazem os mesmos personagens. Entre eles destacam-se o imperador Ngungunyane; Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque nasceu em 12 de novembro de 1855; em 1871, alistou-se na arma de cavalaria sendo promovido a alferes em 1876; em 1890 partiu para Moçambique e foi nomeado governador do Distrito de Lourenço Marques onde permaneceu até 21 de abril de 1892; em princípios de 1895, embarcou novamente para Moçambique incorporado na expedição comandada pelo coronel Eduardo Rodrigues Galhardo; em 10 de dezembro de 1895, foi nomeado governador militar do Distrito de Gaza; em 29 do mesmo mês e ano, promoveu a prisão espetacular de Gungunhana; o conselheiro Jose de Almeida; Ayres de Ornelas⁵; o Dr. Liengme; Antonio Enes; o militar Alvaro Andrea e os que acompanharam o rei de Gaza como prisioneiro da coroa portuguesa.

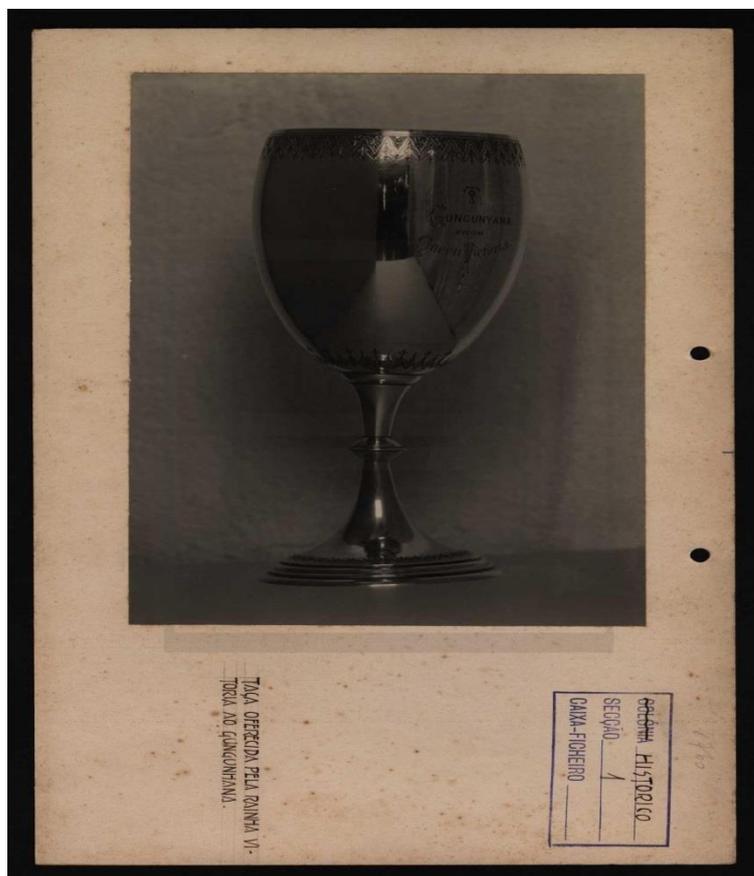
O texto de ficção apresenta elementos da história que foram deixados à margem da narrativa histórica, por exemplo, as relações diplomáticas do imperador Ngungunyane com países europeus, entre eles Portugal e

⁴ SILIYA, Carlos Jorge. *Ensaio sobre a cultura em Moçambique*. Cooperação Suíça em Moçambique. Maputo. 1996.

⁵ O conselheiro Aires de Ornelas nasceu na Madeira, na freguesia da Camacha (Santa Cruz) a 5 de março de 1866. Grande conhecedor das questões coloniais, desempenhou cargos militares e foi Ministro da Marinha e do Ultramar no governo de João Franco.

Inglaterra. A relação diplomática com a Inglaterra rendeu ao imperador de Gaza documentos que fazem parte do acervo da Torre do Tombo em Lisboa / Portugal, conforme se vê na figura abaixo:

Figura 01 - Taça oferecida pela rainha Vitória a Ngungunyane.



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal.

A figura 01 trata de uma taça oferecida pela rainha Vitória do Reino Unido, que governou de 1837 a 1901, período de sua morte aos 81 anos. A taça tem gravada a dedicatória "To Gungunyana from Queen Victoria".

Segundo Gomes da Costa (1899) as relações diplomáticas daquele período eram frágeis e sofriam alterações conforme evoluía o processo de colonização do sul de Moçambique. A cada avanço das tropas portuguesas em solo moçambicano os tratados eram rompidos, as guerras eram sangrentas e destruíam vilarejos e etnias que resistiam a colonização portuguesa e ao domínio do reino de Gaza.

Para Gomes da Costa,

Em todo o tempo protestou sempre o Gungunhana a sua vassalagem a Portugal, mas nunca isso o inibiu de fazer tudo quanto lhe apetecia e de desrespeitar mesmo as instrucções ou observações das auctoridades portuguesas.

Um só homem tinha realmente influencia sobre elle: o conselheiro José de Almeida; mas essa influencia era perfeitamente pessoal, consequência da habilidade que o sr. Almeida tinha para tratar com o regulo e da energia e autoridade com que sempre se lhe impoz.

[...]

O governo portuguez não curando porem dos negócios de Gaza com a energia com que o devia fazer, deu lugar a que aventureiros ingleses da Chartered C.^o rodeassem o Gungunhana e começassem a insinuar-se no seu animo.

[...]

Um dia Chartered mandou ao Gungunhana um presente de mil espingardas Martini, munições e mil libras em ouro.

Houve protesto do Intendente do governo, mas a salvação foi um incêndio que destruiu a maior parte d'este armamento.

O governador de Lourenço Marques, que era Mousinho d'Albuquerque, reuniu os agentes consulares e declarou-lhes que o paiz de Gaza pertencia á corôa e que por isso nada do que tratassem com elle seria valido sem o consentimento do governo portuguez. (COSTA, 1899. p. 65 - 66).

O processo de colonização da região de Gaza efetivou-se a partir da exigência de ocupação na Conferência de Berlim (1884-85) delimitou regras e acordos durante a ocupação do continente africano pelas potências europeias. Esse evento oficializou o neocolonialismo que resultou na extensa exploração econômica de colônias africanas pelos países europeus. A Conferência de Berlim foi inicialmente idealizada por Portugal, porém, os alemães realizaram-na entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, sob a liderança do chanceler alemão, Otto von Bismarck. Esse evento reuniu catorze potências da época com intuito de debater a ocupação da África. Até este evento Portugal e outros países europeus mantinham relações diplomáticas com o Estado de Gaza. Quando da morte de Muzila, o filho que sobe ao trono, envia uma embaixada as autoridades portuguesas em Chiloane, noticiando o óbito do pai. Esse fato evidencia as relações diplomáticas com o país colonizador.

Para Vilhena,

Muzila morre em 1884; sucede-lhe o filho Mondagaz, que passa a usar o cognome de Gungunhana, isto é, o invencível, ou leão, ou o que reinou contra a expectativa geral. Pouco tempo depois de subir ao trono, Gungunhana envia uma embaixada junto da autoridade portuguesa sediada em Chiloane. Vem comunicar a morte do pai e envia um presente, segundo informa o Governador Geral Agostinho Coelho, num ofício de 11-I-1885, dirigido ao Ministro da Marinha e Ultramar (VILHENA, 1999, p. 36).

A coroa portuguesa a partir desse tratado se vê obrigada a desenvolver ofensiva contundentes contra o império de Gaza. O documento da partilha de África não possibilitava que Portugal tivesse relações diplomáticas, tampouco comerciais com o Imperador Ngungunyane, como se observa no documento original tendo sua redação na língua inglesa.

Figura 02 - Documento Conferência de Berlim.

607130

Processo N.º 7.3 / 85

Processo N.º 7.3 / 85

MINISTÉRIO DA CULTURA
GABINETE DO MINISTRO

Procedência: Conferência de Berlim

Assunto:

Ref.º:

SEC. GABINETE 1, EX. 196, N.º 14

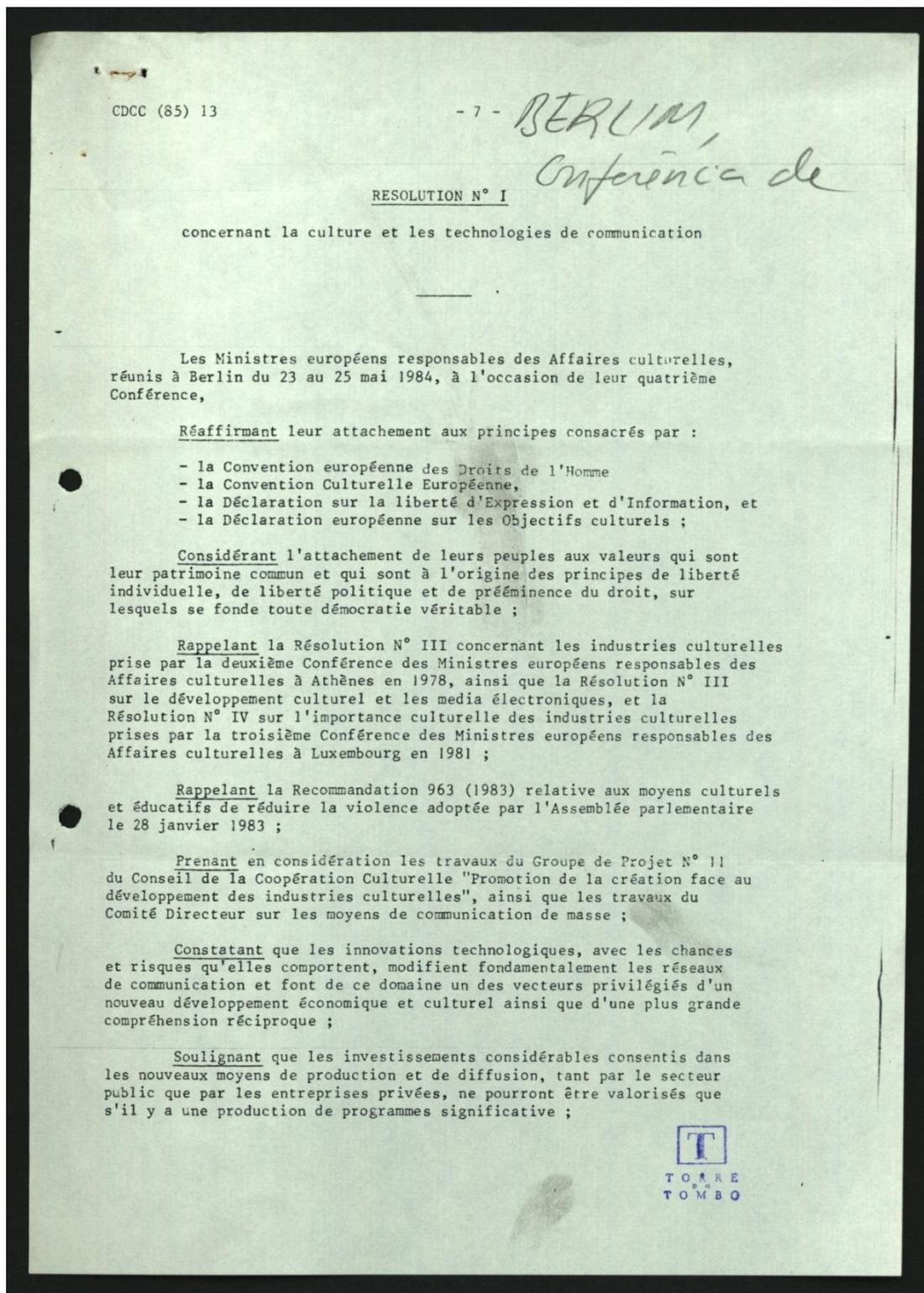
Mod. M. 14

Assunto: Conferência de Berlim

TOBRE TOMBO

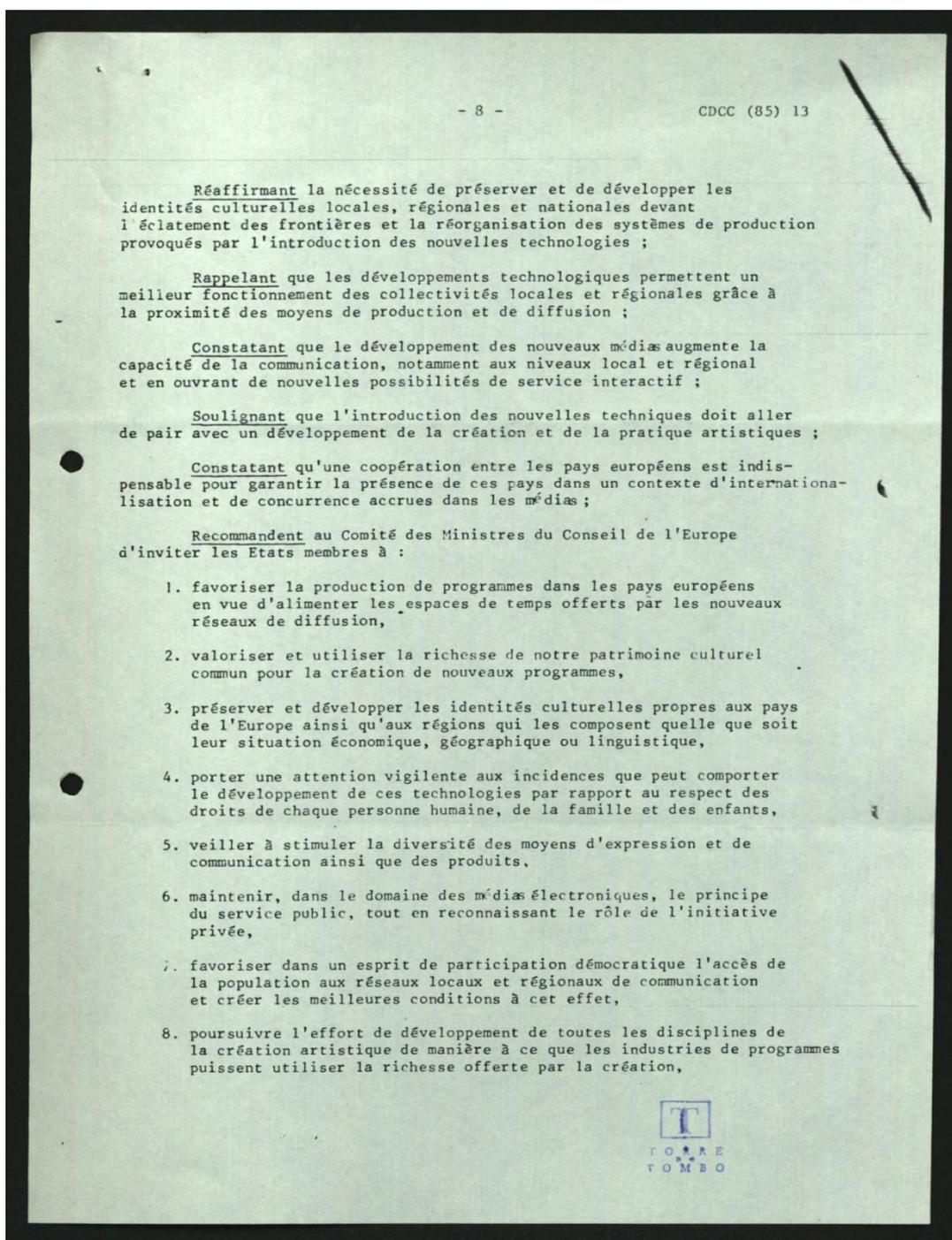
Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 03 - Documento referente à Conferência de Berlim.



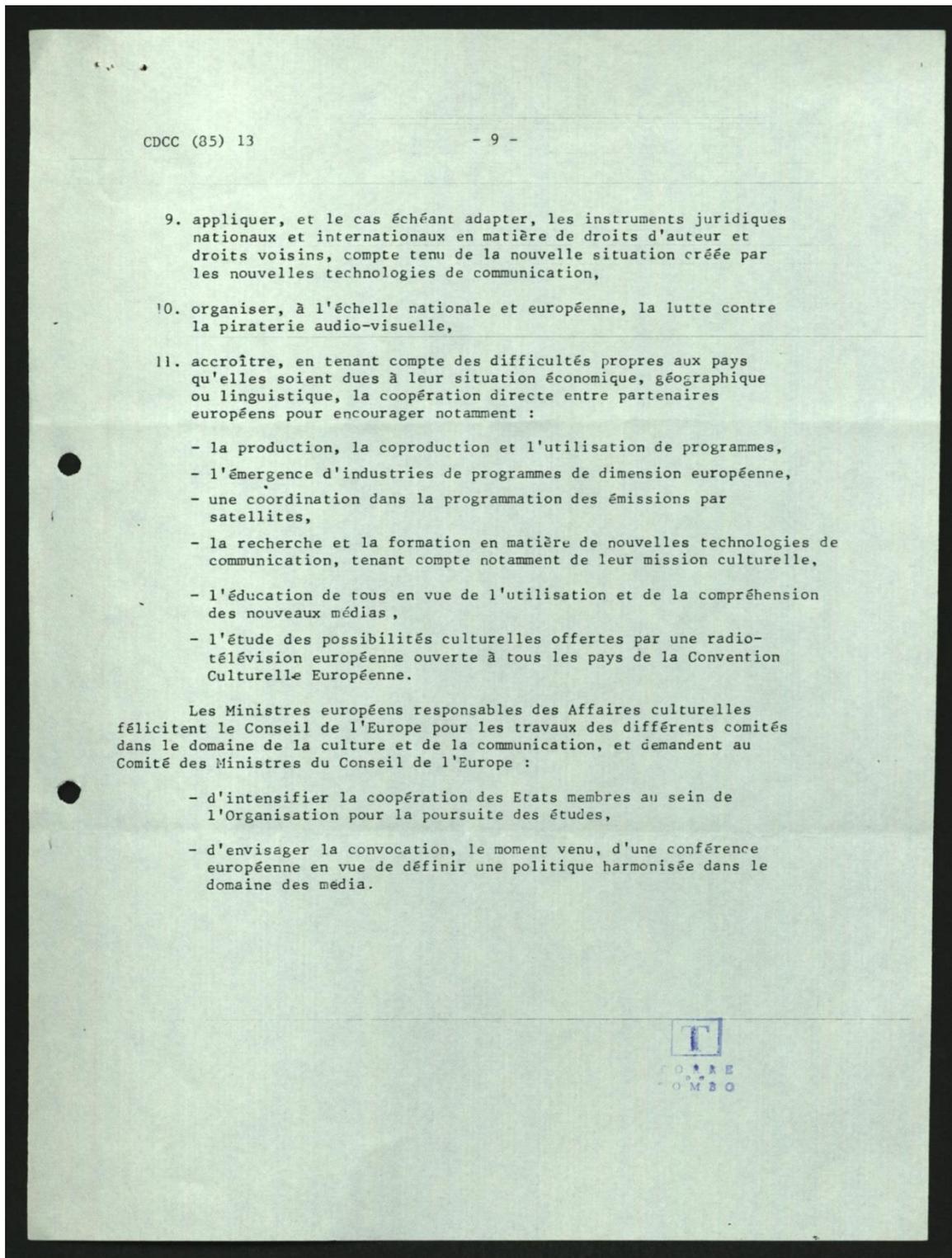
Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 04 - Documento referente à Conferência de Berlim.



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 05 - Documento referente à Conferência de Berlim.



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

A colonização portuguesa caracterizou um período de dominação violenta sobre o povo moçambicano, quando o sistema colonial tentou privar os colonizados de sua história e cultura. Essa concepção política etnocêntrica nega racionalidade ao povo moçambicano.

Para Frank Fanon,

(...) o colonialismo não se contenta com impor a sua lei ao presente e ao futuro do dominado. O colonialismo não se contenta com encerrar o povo nas suas redes, com esvaziar a cabeça do colonizado de qualquer forma e de qualquer conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, orienta-se para o passado do povo oprimido, distorce-o, desfigura-o, e aniquila-o. Essa empresa de desvalorização da história anterior à colonização assume hoje o seu significado dialética. (FANON, 1968: p. 244)

De acordo com Fanon (1968) o homem colonizado liberta-se pela violência e essa ação unifica o povo. No sul de Moçambique a construção de uma identidade ocorre pela reação ao processo de assimilação imposto pela coroa portuguesa e pelo império de Gaza. A maior resistência a esse processo deu-se pela etnia Vchope, através da personagem Imani e sua família.

Segundo Todorov (2007), em uma narrativa de memória, os relatos estão relacionados à cultura de um povo, possibilitando o recontar a história a partir da ficção, produzindo uma narrativa literária. O texto configura particularidades que podem reinventar o mundo, assim, a narrativa se relaciona com linguagens que mostram perspectivas de verossimilhanças.

Mia Couto apresenta em sua narrativa o sobrenatural, como os mitos e a religiosidade do povo moçambicano. Essa intromissão sobrenatural na realidade construída em *Mulheres de cinzas* (2015) engendram ações e acontecimentos de transformações sócio culturais, que apoiam o surgimento da multiplicidade identitária nas personagens, como pode-se ver no trecho:

(...) As casas são criaturas vivas e famintas. De noite devoram os moradores e deixam, em seu lugar, sonhos deambulando trôpegos, tão trôpegos como o meu embriagado pai. Mais do que qualquer outra, a nossa casa tinha infatigáveis apetites. A noite inteira víamos os mortos entrando e saindo. No escuro a casa nos engolia. De madrugada cuspiam-nos de volta (COUTO, 2015, p. 49)

A subversão da realidade contribui para a superação das mazelas da guerra no sul de Moçambique. No conflito, o escritor invoca o sentido de passado e presente na construção de uma narrativa com múltiplas significações. O imaginário cultural do povo moçambicano é invadido pelas

guerras de conquista territorial e uma das formas de ressignificação ocorre por meio de culturas ancestrais.

Segundo Gomes da Costa (1899), a religião do Estado de Gaza baseia-se na existência dos espíritos e estes são as almas dos antepassados, que influenciam os negócios dos vivos. Quando um espírito tem fome, o feiticeiro, sacerdote da religião, lhe dá de comer para lhe aplacar a fúria. Quando se mata um animal, o chefe da povoação oferece um pedaço aos espíritos. Os espíritos aparecem no corpo de animais, por isso esses são reverenciados, todavia, além das almas, havia ainda os espíritos pequenos que eram maus e levavam os homens a praticar crimes.

Nessa perspectiva, o romance *Mulheres de cinzas* (2015) representa o imaginário cultural do povo moçambicano em vários momentos: quando o avô de Imani, vive por baixo da terra escavando; quando um militar português é descrito como um ser podre, tanto que carrega moscas dentro de si; e quando a espingarda traz como eco os gritos das pessoas que assassinou; como se vê nos trechos:

(...) *Ajoelhada, encostei o ouvido ao chão. E escutei o avô Tsangatelo esgravatando para chegar à superfície.* (COUTO, 2015, p.119);

[...]

(...) – *Essas moscas já estavam dentro de mim. É de mim que elas estão a sair. Estou podre, Imani.* (Ibidem, 2015, p. 156);

[...]

– *Na minha terra é desta maneira que se sabe quantas pessoas a arma já matou. Sabes como se faz? Na coronha da espingarda escutam-se os gritos dos que foram mortos. Por que é que te ris? Na minha terra também temos crenças, como vocês têm aqui.* (Ibidem, 2015, p. 158).

Todos esses eventos são narrados por Imani, pois o berço cultural africano lhe pertence, bem como a propriedade dos fatos narrados tendo em vista, que a outra voz narrativa é de um português. O romance apresenta as diferenças culturais, as proximidades e o hibridismo na relação conflituosa entre africanos e portugueses.

A obra apresenta duas vozes narrativas que se alternam na forma de capítulos, um dos capítulos é narrado por Imani e o outro é narrado por meio de cartas escritas pelo sargento Germano de Melo, analisando a desterritorialização⁶ entre colonizador e colonizado. O romance é composto por 29 capítulos, desses 14 são cartas endereçadas ao conselheiro José d'Almeida.

A estrutura da escrita do sargento Germano no romance *Mulheres de cinzas* (2015) segue a estrutura dos relatos históricos do período de ocupação do território de Gaza. Os documentos escritos e compilados nesse período foram realizados através de cartas, relatórios e similares. A prisão de Ngungunyane foi escrita por Joaquim Mousinho de Albuquerque através de relatório que foi encaminhado à coroa portuguesa.

Nos trechos que seguem, pode-se ver uma escrita que revela um comandante que não acredita nas proposituras de seus superiores, por isso narra sua oposição às ideologias da coroa portuguesa, os conflitos pessoais e o amor pela nativa Imani:

(...) Naquele terraço da estalagem, a italiana fez-me ver em minutos aquilo de que eu já suspeitava: os nossos domínios, que tão pomposamente chamamos de “Terras da Coroa”, encontram-se votados ao desgoverno e à imoralidade. Na maior parte desses territórios nunca nos fizemos realmente presentes durante estes séculos. E nas terras onde marcamos presença foi ainda mais grave, pois quase sempre nos fizemos representar por degredados e criminosos. Não existe, entre nossos oficiais, nenhuma crença de que sejamos capazes de derrotar Gungunhane e o seu Estado de Gaza. (COUTO, 2015, p. 33 – 34).

Não sei, Senhor Conselheiro, como poderei dar continuidade à minha missão. Na verdade, já esqueci que missão era essa, se é que alguma vez ela existiu. Recordo ter lido uma carta do rei Affonso do Congo dirigida ao rei de Portugal. Cito sem pretensão de rigor, as palavras desse monarca preto: “Na disputa com outras nações podemos prender, podemos matar. Mas nada será nunca tão eficiente como a sedução das nossas mulheres”. O rei Affonso estava certo. Afinal, também eu

⁶ Deleuze e Gatarri (1997) afirmam que o território pode ser relativo a um espaço vivido ou a um sistema percebido, que não há território sem desterritorialização, sem um esforço para se territorializar em outro lugar. A desterritorialização social está vinculada a mobilidade de fluxos, ao desenraizamento do indivíduo e ao hibridismo cultural. Segundo Deleuze e Gatarri, a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis.

tombei vítima dessa sedução. Sou um vencido. Fui derrotado numa batalha que nunca houve. (COUTO, 2015, p. 209).

Germano narra o momento da ocupação do território sul de Moçambique, pois apesar do processo de colonização ter ocorrido anteriormente, somente no final do século XIX ocorre a efetiva ocupação. O sargento ainda relata sua indignação com o processo de ocupação ter sido realizado por criminosos e degredados. Ao questionar as identidades de ocupação, no trecho que segue, Germano questiona a sua função nesse processo:

(...) Tiveram, todavia, a prudência de me confiar uma falsa missão militar. A italiana está coberta de razão: dentro desta farda não está um soldado. Está um degredado que, apesar de tudo, aceita o encargo dos seus deveres. Não tenho, porém, nenhum ensejo de dar a vida por este Portugal mesquinho e envelhecido. Por este Portugal que me fez sair de Portugal. A minha pátria é outra e ela está ainda por nascer (...) (COUTO, 2015, p. 35 – 36).

O romance narra a história do sul de Moçambique, quando era governado pelo imperador Ngungunyane. Esse período cronologicamente representa fins do século XIX, quando os portugueses realizaram o processo de dominação territorial naquela região. Na narrativa, o processo de colonização de Moçambique tem como interlocutor o sargento Germano de Melo, que chega ao vilarejo de Nkokolani para servir a coroa portuguesa.

No vilarejo, o sargento conhece Imani que lhe servirá de intérprete junto à comunidade local. A personagem é uma garota de quinze anos da etnia Vachopi e tem dois irmãos, um que lutava a favor da coroa portuguesa, e o outro que defendia os Ngunis, etnia que lutava com o imperador de Gaza. Germano e Imani se envolveram apesar de pertencerem a mundos extremamente diferentes e seus interesses divergirem. Mas Imani usa essa relação como forma de passar despercebida e sobreviver em tempos de guerra.

No trecho, Imani narra a presença dos invasores,

Certa vez, já a manhã peneirada, uma bota pisou o Sol, esse Sol que a mãe havia eleito. Era uma bota militar, igual à que os

portugueses usavam. Desta vez, porém, quem a trazia calçada eram soldados nguni. O soldado vinha a mando do imperador Ngungunyane.

Os imperadores têm fome de terra e os seus soldados são bocas devorando nações. Aquela bota quebrou o Sol em mil estilhaços. E o dia ficou escuro. Os restantes dias também. Os sete sóis morriam debaixo das botas dos militares. A nossa terra estava a ser abocanhada. Sem estrelas para alimentar os nossos sonhos, nós aprendíamos a ser pobres. E nos perdíamos da eternidade. Sabendo que a eternidade é apenas o outro nome da Vida. (COUTO, 2015, p. 15).

A voz narrativa de Imani apresenta o conflito pelo domínio da terra entre portugueses e guerreiros do imperador de Gaza; e as guerras de sobrevivência das etnias que compunham aquele território. Nos trechos que seguem, a personagem expressa a angústia das mulheres nativas que buscavam a sobrevivência em meio ao conflito da guerra. Mulheres que eram subjugadas e ultrajadas pela condição de serem mulheres e negras.

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretendentes proprietários: os Vanguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. (...) (COUTO, 2015, p. 17)

Passados anos, os intrusos regressavam com a mesma ameaçadora arrogância. Reconfirmando medos antigos, aqueles homens cercavam a minha mãe com a estranha embriaguez que os adolescentes sentem apenas pelo facto de serem muitos. As costas tensas de Chikazi sustinham, com vigor e elegância, o carregamento da água sobre a cabeça. Assim exibia a sua dignidade contra a ameaça dos estranhos. Os soldados entenderam a afronta e sentiram, ainda mais via, a urgência de a humilhar (...) (Ibidem, p. 22)

O sargento Germano de Melo, por meio de cartas, expressa o ponto de vista do europeu em relação ao povo africano, como pode se ver no recorte:

Devo confessar que, apesar desses meus receios, a viagem correu sem grandes percalços. No caminho, fui cruzando aldeias de cafres e, em todo o lado, me impressionou o modo como as crianças, aterrorizadas, fogem aos gritos assim que nos veem. Alarmadas, as mães pegam nos filhos por um braço e arrastam-nos para as suas palhotas. É verdade que basta a palavra de um chefe local para que esse alarme se desvaneça. Casos há em que esse sentimento inicial se converte mesmo numa efusiva declaração de boas-vindas, ao saberem que vimos combater o Gungunhane. Mas há uma pergunta que me

persegue: por que temem tanto a gente de raça branca? Aceito que se espantem por, na maioria dos casos, nunca antes terem visto um europeu. O pavor que lhes inspiramos, porém, só se pode comparar à visão de almas penadas. (COUTO, 2015, p. 57)

O conflito na convivência entre colonizador e colonizado ocorre pelo uso da força, e, principalmente, pela distinção étnica e de gênero. No romance, a guerra de dominação colonial oprime os povos que compõem as etnias do sul de Moçambique. Tanto o cantineiro que chama Imani de catraia, quanto o sargento Germano de Melo, que descreve o terror dos moradores das aldeias que circundam Nkokolani, usam de expressões que marginalizam e subalternizam as etnias daquela região.

Os capítulos narrados na voz de Imani trazem a resistência do povo Vachopi contra a coroa portuguesa e o imperador Ngungunyane, mas, principalmente, a resistência da mulher nativa contra as mazelas da guerra. Imani é agredida e subjugada pela família, pelos portugueses e pela etnia Nguni. Desse modo, Imani vê em Germano de Melo uma possibilidade identitária. Como no trecho:

– *Tu, catraia, ficas aí fora. Aqui dentro, já sabes, vocês não entram.*
 – *E por que é que ela não entra?* – *Inquiriu o militar.*
 – *É que aqui meu caro sargento, eles já sabem: aqui há regras. Aqui, esta gente não entra.*
 – *As regras, a partir de agora, quem as dita sou eu* – afirmou o sargento. – *Esta rapariga fala português melhor do que muitos portugueses. Pois ela veio comigo, e ela vai entrar comigo.*
 – *Bom, está bom, se assim Vossa Excelência manda.* – E, de costas viradas, voltou a dirigir-se-me: – *Senta-te aí, na cozinha, nessa cadeirinha* (COUTO, 2015, p. 65).

Esse trecho da narrativa evidencia a posição social que a mulher ocupava nas culturas africana e portuguesa, todavia Imani carregava uma outra herança cultural que a inferiorizava aos olhos dos portugueses, a de ser negra.

A narrativa é engajada e revela as mudanças sócio culturais sofridas pelas personagens. De acordo com Zygmunt Bauman (2005), o indivíduo que tem contato com novas ideias e princípios sai do seu lugar de individualidade e

absorve contexto de coletividade. Assim, a questão da identidade multifacetada surge pela exposição a diversas culturas.

As personagens narradoras da obra não seguem mais os costumes de seus povos de origem, Imani e Germano passam pelo processo de desterritorialização. Germano na segunda carta que escreve menciona que já não se identifica com a sua origem:

Fiquei a pensar no vaticínio de Bianca e receio haver nele algum fundamento. Todos aqui sabem do meu passado republicano, todos sabem da razão da minha presença em terras africanas. A minha participação na revolta de 31 de Janeiro, na cidade do Porto, não será segredo também para Dona Bianca. Não me posso queixar do que me coube por pena, perante o veredito destinado à maioria dos revoltados encarcerados com penas de ilimitada duração. No meu caso, decidiram pela deportação para o remoto sertão de Inharrime. Atuaram na esperança de que ali encontrasse uma prisão sem grades e, por isso, mais asfixiante que qualquer outro cárcere. Tiveram, todavia, a prudência de me confiar uma falsa missão militar. A italiana está coberta de razão: dentro desta farda não está um soldado. Está um degredado que, apesar de tudo, aceita o encargo dos seus deveres. Não tenho, porém, nenhum ensejo de dar a vida por este Portugal mesquinho e envelhecido. Por este Portugal que me fez sair e Portugal. A minha pátria é outra e ela está ainda por nascer. Sei o quanto estes desabafos ultrapassam o tom que devia nortear este relatório. Mas espero que Vossa Excelência entenda a absoluta solidão em que me encontro e como esse isolamento me começa a roubar a capacidade de discernir. (COUTO, 2015, p. 35-36).

Como se pode ver, há um deslocamento da personagem, Germano não defende os interesses da coroa portuguesa e não se sente parte de Portugal, tampouco da colônia onde vive. Apresenta-se marcado por dupla inscrição cultural e a sua situação no cargo de comandante não possui reconhecimento, todavia a voz narrativa de Germano, no trecho que segue, confronta Imani em sua origem e em seu estado de hibridização. Nessa perspectiva, o colonialismo cultural devastou a população da região sul de Moçambique, estabelecendo a ideia de sujeição de um pelo outro.

Imani diz que não devo matar os bichos. E tem uma teoria curiosa sobre os serviços que as aranhas prestam. Diz ela que as suas teias fecham as chagas do mundo. E que saram

feridas que desconheço dentro de mim. Enfim, fantasias próprias desta gente ignorante (COUTO, 2015, p. 78).

A partir dessas duas vozes narrativas, temos dois olhares distintos: um da nativa Imani e outro do sargento português Germano de Melo. Essa obra compõe uma escrita que intercala o histórico e o ficcional pelas memórias, ora na voz de Imani, que canta a nação moçambicana, ora na voz de Germano de Melo, que mesmo divergindo de seu comando e de seus superiores carrega em si a herança cultural portuguesa.

As personagens narradoras demonstram desconfiança na relação entre colonizador e colonizado, mesmo depois de se enamorarem. Um enlace amoroso que apresenta a hibridização dos povos, por meio da arte romanesca de Mia Couto. Essa escrita, nutrida de poesia, aponta em Imani o silenciamento e a altivez em sua voz narrativa. Ou seja, a voz da mulher moçambicana frente às mazelas da colonização e do imperialismo cultural.

O romance trabalha com a temática da diferença. Imani e Germano de Melo representam indivíduos de origem diferentes que se aproximam pelo advento da colonização portuguesa, em território africano, todavia Imani possui vantagens em relação a Germano, pois foi educada e alfabetizada por um padre português, e esse espaço intercultural favorece a sua sobrevivência em meio à guerra; enquanto Germano, sente medo dos povos africanos quando chega em Nkokolani, ele assume o posto de comando na cidade como castigo, por desobediência hierárquica ao exército português e não está apto ao enfrentamento em situação de guerra.

Os narradores demonstram, em sua relação afetiva, as diferenças raciais com as quais convivem e, em diversas passagens, essas diferenças inter-raciais são citadas na narrativa. O português Germano age de forma racista, julgando os africanos como seres inferiores. Nesta convivência conflituosa, mostram-se influenciados pela cultura do outro.

Desse modo, Germano argumenta:

(...) Seremos muito diversos, europeus e africanos. Ninguém duvida, nem mesmo os pobres negros, da superioridade da nossa raça. Em contrapartida, como são semelhantes os nossos medos, de um e do outro lado do oceano! (COUTO, 2015, p. 58)

(...) Aquelas são as árvores sagradas daqueles chopes. Acreditam estes cafres que as laranjeiras os defendem dos feitiços, os seus piores inimigos. Quem sabe eu mesmo venha a plantar uma árvore no meu quintal? Se não der proteção, sempre dará fruto e sombra. (Ibidem, p. 77)

Descubro, enfim, meu caro Conselheiro, nestes tristes sertões uma humanidade que em mim mesmo desconhecia. Esta gente, aparentemente tão distante, tem-me dado lições que não aprenderia em nenhum outro lugar. (...), (Ibidem, p. 187)

Germano em suas narrativas traz o discurso eurocêntrico da superioridade do branco e da demonstração de sua autoridade enquanto colonizador. Seu discurso de republicano não se desvencilha dos interesses imperialistas europeus. Mesmo quando afirma que tem aprendido com as etnias locais, o discurso que estrutura o contradiz. Da mesma forma a personagem Imani, em suas narrativas, faz comparativos entre as culturas: corrige em pensamentos e até mesmo no diálogo a pronúncia dos nomes de líderes, etnias e lugares, que são pronunciados de forma incorreta pelos invasores. Nos recortes abaixo, ela relata a falta de habilidade dos portugueses na lida do campo e questiona a mudança de hábitos das etnias africanas do sul de Moçambique.

(...) Olhei os homens labutando e não pude deixar de notar a falta de habilidade dos portugueses. E dei comigo a pensar: nós, os negros, sabemos mexer numa pá incomparavelmente melhor que qualquer outra raça. Nascemos com essa habilidade, a mesma que nos faz dançar quando precisamos de rir, rezar ou chorar. (COUTO, 2015, p. 73)

(...) Em tudo o mais tínhamos abandonado os nossos próprios alimentos – a mapira e a mexoeira. Musisi estava certo: nós já imitávamos os invasores. E fazíamos-lo no que é mais visceral: comíamos o que eles comiam. (Ibidem, p. 135)

Todos neste mundo vivem num único lugar e num irrepitível tempo. Todos, menos nós, os de Nkokolani. Como os morcegos da lenda, nós morávamos numa encruzilhada de mundos. Uma invisível e insuperável fronteira atravessava a nossa alma. (Ibidem, 174).

Todos neste mundo vivem num único lugar e num irrepitível tempo. Todos, menos nós, os de Nkokolani. Como os morcegos da lenda, nós morávamos numa encruzilhada de mundos. Uma invisível e insuperável fronteira atravessava a nossa alma. (Ibidem, 174)

Nesse adiar de sentença senti o gosto perverso que as leoas experimentam antes do derradeiro golpe. Atirei para o chão o telegrama do dia anterior, coloquei um pé sobre o seu peito, cuspi-lhe no rosto e, com a mais doce voz, insultei-o na minha língua. - Branco mentiroso! Irás rastejar como uma serpente. (Ibidem, p. 200)

A minha raça?, perguntei-me, em silêncio. Naquele momento entendi que a minha tristeza era grande, mas que eu já era órfã antes. Esse desamparo não era apenas meu, mas de todos os meus irmãos negros. Essa orfandade não precisa que haja morte. Começa antes mesmo de nascermos. (Ibidem, p. 283)

Os erros de pronúncia da italiana faziam a língua portuguesa ser mais doce. Abria as vogais das palavras, arredondava as arestas das consoantes. Certamente ela reprovaria nos exames do padre Rudolfo. Estava ali patente essa dualidade de critérios. Os brancos podem falar de variados modos: diz-se que têm sotaques. Só a nós, negros, não é permitido outro sotaque. Não basta falarmos a língua dos outros. Temos que, nesse outro idioma, deixar de sermos nós. (Ibidem, p. 340-341)

Esse processo de aproximação de culturas faz com que Germano, em diversos momentos, esqueça a origem cultural de sua amada. Em compensação, Imani é lembrada a todo momento dessa condição por ser colocada em situação de inferioridade naquele contexto de colonização.

Imani sofre as agressões do colonizador por ser negra, mulher e viver uma cultura de domínio masculino, tanto do colonizador quanto do colonizado. A hostilidade é oriunda de todos os lados. Se o colonizador lhe ignora enquanto sujeito, o colonizado, na personagem de seu pai Katini Mzambe, a julga como prostituta que irá servir aos soldados portugueses. Em outro momento, a oferece como esposa ao imperador, na tentativa de negociar proteção de Ngungunyane.

A relação com o feminino na narrativa revela os absurdos que ocorrem no processo de colonização, bem como nas relações sociais das etnias que compunham o território de Moçambique. A violência sexual era cometida pelos povos étnicos da região e pelos estrangeiros. A condição da mulher era a mais baixa e angustiante, pois sofria a devassidão do negro e do branco. Imani se resignificava, rompendo com as tradições que colocavam a mulher em situação de subalternidade, assim, ela se redescobria como possuidora de

novas formas de viver e de falar, especificamente, a falar e a escrever o idioma do colonizador.

Um dos conflitos estabelecidos nesse primeiro romance é quando Imani com uma arma de fogo atira nas mãos de Germano, em defesa de seu irmão, possibilitando a leitura de identidades híbridas, em constantes transformações, mas que são movidas por uma herança cultural de origem. O pertencimento do indivíduo ou a falta de pertença possibilita uma reflexão mais ponderada desse indivíduo em movimento.

Imani atira contra Germano em defesa de seu irmão Mwanatu, como pode-se ver no recorte:

– *Sargento Germano! Não faça isso!*

Não respondeu. Virou o cano da arma para mim e o seu olhar dizia da sua intenção. Ele dispararia sobre mim caso eu o distraísse dos seus obcecados propósitos. Da parede, retirei a Martini-Henry que sempre ali estivera pendurada. Quando voltei a chamar pelo seu nome, o sargento já tinha desferido o primeiro tiro. Olhou-me, primeiro, de soslaio. Depois a sua incredulidade não teve limites. Apenas teve tempo de colocar as mãos à frente do rosto e, quando o disparo soou, o meu corpo foi projetado para trás e fiquei surda com o estrondo. (COUTO, 2015, p. 330).

Imani ama Germano Melo, mas também ama o irmão e suas origens. O tiro nas mãos do sargento assume uma simbologia muito forte na narrativa. A atitude da colonizada contra seu colonizador é imediata ao ver na figura do irmão a ameaça ao seu povo. Uma representação de luta e resistência ao domínio português em solo moçambicano. Imani se fragmenta entre o amor às origens e o amor ao invasor, quando se localiza, mesmo que em solo moçambicano, fora do seu lugar de pertencimento.

O nome Imani tem como significado, segundo o dicionário informal, algo de grande porte, imenso, desmedido. O mesmo dicionário atribui ainda ao nome o significado de feroz, cruel, desumano, entre outros adjetivos dessa natureza. Mas o nome Imani também apresenta o questionamento da origem, ou seja, a indagação sobre “Quem é?” Essa interrogação remete ao seu pertencimento e, ao mesmo tempo, ao fato de a personagem ter sido criada sob o domínio da coroa portuguesa, ainda que guardando fortes traços culturais de sua etnia Vachopi. E apesar da submissão ao pai e aos

portugueses Imani sabe negociar e observar os interesses dos invasores, conseguindo sobreviver diante das relações de poder estabelecidas entre as etnias africanas e a coroa portuguesa.

Mulheres de cinzas (2015) mostram que o processo de aproximação cultural provocado pela colonização do sul de Moçambique modificou os portugueses e as etnias africanas que ali viviam. As dicotomias apresentadas no período colonial se dissolveram, dando espaço a identidades múltiplas caracterizadas pela hibridização de raças e de culturas.

As relações de poder apresentadas através das personagens narradoras expõem suas memórias sobre a colonização portuguesa, considerada violenta. Imani e Germano, portanto, mostram olhares possíveis sobre alguns acontecimentos em Moçambique. Além disso, pode-se identificar uma transitoriedade identitária entre africanos e portugueses que vivenciaram o colonialismo, quando inúmeras perspectivas de identidades são inscritas em um mesmo sujeito.

1.1 A história de um Imperador

O nascimento do imperador Ngungunyane deu-se por volta de 1850, no sudeste da Faixa de Gaza, território ocupado pelo seu avô Manukuse, área que se estendia ao sul, leste e norte do que hoje é o território moçambicano e parte de território dos países vizinhos a Moçambique. Ngungunyane teve como nome de nascimento Mudungazi, tornou-se imperador do território de Gaza e conquistou territórios vizinhos, em confrontos sangrentos. Foi derrotado e capturado pelo exército português, comandado por Mousinho de Albuquerque, levado a Portugal como prisioneiro, quando veio a morrer em 23 de dezembro de 1906, no exílio, na Ilha Terceira, nos Açores.

Seguem dados biográficos de Ngungunyane, segundo Maria da Conceição Vilhena⁷:

- Nome: Mudungazi ou Mondagaz, cognominado Gungunhana depois de subir ao trono, em 1884.

⁷ VILHENA, Maria da Conceição. GUNGUNHANA NO SEU REINO. Edições Colibri, Lisboa, 1996.

- Data de nascimento: Mais ou menos 1850, segundo informações daqueles que o conheceram: pouco mais de 30 anos, em 1885 (J.J Teixeira Botelho); uns 42 anos, em 1892 (J.J. Almeida); entre 40 e 45, de 1892 a 1895 (Dr. Liengme)⁸.
- Lugar de nascimento: País de Gaza, no sul de Moçambique, entre o Zambeze e o Incomati.
- Estado Civil: casado com 200 a 300 mulheres, de quem teve uma vintena de filhos.
- Nome do pai: Muzila, rei de Gaza, de 1861 a 1884, filho e sucessor de Manicusse, o invasor vindo da Zululândia.
- Nome da mãe: Yosio, substituída após a sua morte, por Umpibekeçana.
- Domicílio: No Manjacaze, capital de Gaza, desde 1884 até 10-XI-1895. Em seguida, em Chaimite, onde foi feito prisioneiro por Mousinho de Albuquerque, em 28-XII-1895. Exilado para Portugal, permaneceu no forte de Monsanto de 13-III-1896 a 22-VI-1896. Daí é transferido para o forte de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo (Ilha Terceira, Açores), onde faleceu em 23-XII-1906.

Sua ascensão ao poder ocorreu por meio de guerra de sucessão entre herdeiros, como a de seu pai. Ngungunyane, com o apoio da sua esposa predileta, Yosio, ordenou a morte de um irmão e tornou-se o imperador de Gaza em 1884. Nesse processo de transição, mudou de nome, tornando-se Ngungunyane “o terrível” ou “o invencível”. Após seu domínio como imperador governou Gaza por 11 anos, sem interferência dos portugueses.

Segundo Vilhena (1996), o Dr. George Liengme revela informações da habitação e da aldeia de Ngungunyane, da colaboração de seus subordinados, da vida privada do imperador, das festas, exército, alimentação, trajes, superstições e guerras. Como médico e missionário, Liengme conviveu muito próximo a Ngungunyane, tentando, inclusive, evitar a queda do imperador.

⁸ Durante o período entre 1891 e 1893, o Dr. Liengme fez três visitas na vila de Mandlakaze solicitando a autorização do rei Ngungunyane para estabelecer uma missão médica no seu território. Cada viagem foi feita a pé e durou cerca de 10 dias. A viagem exigiu 300 horas andando, acompanhado por uns africanos e dez burros que carregaram a bagagem. A cidade de Mandlakaze teve uma boa população e serviu como um bom sítio para o trabalho médico. Em maio de 1894, o Dr. Liengme junto com a sua família e um outro missionário suíço, o Sr. Gerber, foram para se estabelecer permanentemente na vila de Mandlakaze. Mas, no mesmo ano a situação política piorou-se. Umás áreas perto de Lourenço Marques sofreram ataques. Pouco depois da chegada da família Liengme, um exército de dentre 40 e 50,000 soldados, preparados para lutar, chegou em Mandlakaze e o Gungunhane antecipava um ataque pelos portugueses. Mas, emissários do sul, “anjos de paz”, chegaram dizendo exatamente o oposto. Porque não havia comida suficiente para o exército, os soldados desmobilizaram-se regressando às suas casas. Isso foi em março de 1895. Gungunhane pediu ao Dr. Liengme ir ter com o governador, o Dr. António Ennes, para fazer intercessão. Eles conversaram, mas o Ennes não foi persuadido. O doutor regressou a Mandlakaze e continuou o trabalho.

No mesmo período em que Ngungunyane tornou-se imperador aconteceu a Conferência de Berlim⁹ (1884-85), quando as nações europeias dividiram o continente africano. Devido ao interesse dos países da Grã-Bretanha e da Alemanha pelo território moçambicano, Portugal intensificou suas ações colonialistas e proporcionou ao imperador possibilidades de negociar com os países europeus, protelando sua derrocada.

Segundo Vilhena (1996),

(...) Era a corrida desenfreada na partilha de África, com material bélico e manobras diplomáticas. O branco decidia das terras africanas, alheio ao parecer do negro que aí vivia. Rivalidades e cobiças internacionais, em que o mais poderoso esmagava sem escrúpulos o mais fraco. A pressão era enorme, a competição assustadora. (VILHENA, 1996, p. 17-18).

Todavia, em 1895, iniciou-se uma ofensiva militar contra Ngungunyane e, depois de várias batalhas, o “Leão de Gaza” refugiou-se em Chaimite, uma província de Gaza, aldeia sagrada para o povo nguni, onde seu avô foi sepultado. Em 28 de dezembro de 1895, o imperador de Gaza foi preso e, juntamente com sua comitiva formada por suas mulheres, um tio e vassallos, levado a Portugal e exibido em jaula no Jardim Botânico de Belém. Após esses episódios, Ngungunyane foi exilado, onde aprendeu ler e escrever, além de ter sido batizado por imposição da coroa portuguesa, com o nome de Reinaldo Frederico Gungunhana. Morreu vítima de hemorragia cerebral em 23 de dezembro de 1906.

Segundo Vilhena (1999),

Em 1983, na primeira semana de outubro, Samora Machel, Presidente da República de Moçambique, vem em visita oficial a Portugal. A mentalidade colonialista havia sido praticamente enterrada; e Samora Machel quer não só fazer ressaltar o que nos pode unir, como afastar ou esquecer o que é suscetível de nos separar. É um primeiro passo para cooperação, bem aceite pelo então presidente português, General Ramalho Eanes. O que os portugueses fizeram e desfizeram, o que construíram ou alteraram, faz parte da vida actual em Moçambique; há laços muito fortes a ligarem os dois países. E todos os portugueses que lá viveram, ou lá nasceram, não conseguem facilmente esquecer o seu país de adopção. Laços profundos e

⁹ No Anexo 03, é apresentado o Documento referente a Conferência de Berlim.

recíprocos, de que deu testemunho aquele africano o dizer “nós os latinos somos assim...” De tal modo ele se sentia impregnado da cultura portuguesa!

[...]

Samora Machel havia já manifestado, às autoridades portuguesas, o desejo de que os restos mortais de Gungunhana regressassem à pátria. Ao decidir-se da sua visita a Portugal, pensou-se que seria o momento adequado para lhe fazer a entrega oficial das cinzas; e imediatamente se desencadeia o processo, fazendo diligências junto do Presidente do Governo Regional dos Açores João Bosco Mota Amaral, através do Ministro da República, que era então o General Tomás George Conceição e Silva. A autorização da exumação e transladação de Gungunhana, dada por Mota Amaral, tem data de 4-X-1993.

Tudo se faz dentro do devido tempo, Samora Machel visita Portugal, recebe as cinzas, mas parte sem as levar. Deu-se, como justificação, o facto de o presidente não ir directamente de Lisboa para Moçambique, por ter de visitar ainda outros países da Europa; mas parece terem surgido outras dificuldades. Segundo informa um ofício do Ministro da república ao Presidente do Governo Regional, Gungunhana, falecido em 1906, havia sido enterrado em campa rasa; havia 77 anos, e os seus ossos não podiam ser encontrados. Por isso, dando ao acto um aspecto meramente simbólico, como sempre se faz em tais circunstâncias, foi tirado do cemitério de Angra um punhado de terra, que se colocou numa pequena urna, das que se utilizam normalmente para as cinzas. Houve mesmo o cuidado de dar conhecimento exacto do processamento adoptado, constante de documento enviado a Samora Machel, juntamente com a urna. (VILHENA, 1999, p. 299-300).

Desse episódio, nasce a hipótese de que a trilogia de Mia Couto recebe o nome *As areias do imperador*, talvez inspirado pelo envio simbólico dos restos mortais de Ngungunyane a Moçambique.

Ngungunyane, por ser uma figura controversa à história colonial de Moçambique, teve o registro do seu legado maculado por seus feitos. Então, ora é reconhecido como um herói na luta anticolonial, ora é visto como um explorador, que travou diversas lutas na conquista e na tentativa de permanência do seu império.

Para uma melhor compreensão dos relatos, doravante serão detalhadas algumas minúcias do processo anticolonialista que se expõem em ações do imperador de Gaza, ao lutar contra a dominação portuguesa. Precisam ser

consideradas, no entanto, as ações de dominação exercidas por ele sobre etnias moçambicanas da região de Gaza e arredores.

A obra *Mulheres de Cinzas* (2015) faz referência histórica à época em que o sul de Moçambique era governado pelo imperador. Nesse contexto,

já perto de casa sucedeu o imprevisto. Do espesso mato irrompeu um grupo de soldados Vanguni. Chikazi recuou uns passos enquanto pensava: escapei dos crocodilos para entrar na boca de monstros ainda mais ferozes. Desde a guerra de 1889 que as tropas de Ngungunyane tinham deixado de rondar pelas nossas terras. Durante meia dúzia de anos saboreávamos Paz pensando que duraria para sempre. Mas a Paz é uma sombra em chão de miséria: basta o acontecer do tempo para que desapareça. (COUTO, 2015, p. 21).

Segundo Maria da Conceição Vilhena (1999), a origem de Ngungunyane advém da dinastia Jamine. Herdou de seu irmão o trono do império de Gaza e, nesse período, esteve em guerra com diversas etnias no sul de Moçambique e também com a coroa portuguesa.

O povo Nguni pertence ao grupo Bantu que vivia na região do Natal e migrou para Moçambique por volta de 1800, sob o comando de Shochangane. Essa migração ocorreu devido à escassez de terras férteis. Assim, quando os Ngunis chegaram ao território que hoje compõe Moçambique, os portugueses já estavam naquela região desde 1500. No entanto, até a conferência de Berlim, a convivência entre os portugueses e as etnias locais era menos truculenta e o processo escravocrata ainda era tímido.

Os Ngunis que migraram para Moçambique estavam divididos em três clãs e começaram a realizar dominações geográficas, e de pequenos aglomerados populares que existiam em redor da região sul de Moçambique. Nesse processo de dominação territorial, os clãs entraram em conflito, originando uma guerra interna. Shochangane, o líder de um dos clãs, também conhecido como Manicusse, conseguiu retirar o seu exército do conflito e fundou o Estado de Gaza.

O primeiro imperador de Gaza apoderou-se do comércio dos Ronga com os portugueses e começou a cobrar tributos dos comerciantes que passassem por seu território. Shochangane morreu em 1858 e seu filho Muzila assumiu o poder, após o atentado fratricida contra Maueua. Com a morte do imperador

Muzila, Ngungunyane assume o trono como Imperador de Gaza, tornando-se o último da geração desse Império.

A exploração colonial realizada por Portugal contou com o aporte financeiro de companhias comerciais estrangeiras, pois não contava com recursos financeiros suficientes para realizar a exploração. Essas grandes companhias europeias tornaram-se cada vez mais poderosas, desenvolvendo ali o sistema capitalista global.

Em consequência das ações do imperialismo das grandes potências capitalistas, ocorreram grandes conflitos. Surgiram patamares socioeconômicos que dantes não intervinham nas relações de poder dos países colonizados pelos portugueses, no continente africano. O poder estabelecido entre o capital estrangeiro e as colônias portuguesas determinavam a capacidade colonialista da coroa portuguesa e o incisivo poder dominante de Portugal sobre suas colônias.

Para evitar uma guerra, as potências imperialistas promoveram a Conferência de Berlim, quando ocorreu a divisão do continente africano entre os países exploradores. Na partilha, ficou determinado que um território africano seria considerado colônia de um país, quando os espaços geográficos estabelecidos tivessem a sua efetiva ocupação. Com esse acerto, foi traçado o fim do Império de Gaza, pois, a partir dessa nova política de dominação colonial, a guerra contra Ngungunyane foi declarada.

De acordo com Vilhena (1996),

Perante as grandes potências europeias, Portugal era um país sem voz, sem força, sem projecção. O facto de ter aberto a rota marítima para a Índia e de se ter antecipado na fixação em certos pontos da África não lhe permitiu fazer valer quaisquer direitos de precedência, pelos quais se bateu nas conferências de Londres, em 1884, e de Berlim, em 1885. Aceitou a humilhação com revolta e lutou com denodo para se impor à consideração dessas potências. Vencer o Gungunhana, aquele grande potentado africano cujo nome fazia estremecer os próprios africanos, foi alvo escolhido para alcançar tal consideração. (VILHENA, 1996, p. 18).

Nesse período conflituoso, surgiu o mito do imperador construído pelos povos africanos que se viam indefesos ao exército Nguni. Os levantes eram realizados contra as aldeias do sul de Moçambique, bem como contra o

exército da coroa portuguesa. Os portugueses reforçaram o mito, no intuito de que os franceses entendessem que Ngungunyane era voraz, o que valorizava o poder bélico de Portugal e afugentando qualquer possibilidade de outros países europeus entrarem no confronto pelas terras de Moçambique.

O romance *Mulheres de cinzas* (2015) narra uma guerra sangrenta na tentativa de capturar o imperador. Contudo, a ficção também acolhe traços históricos que registram a fragilidade do “Leão de Gaza”, frente ao poder exercido pelo exército de Portugal. O texto contextualiza ainda o fato de que as frentes de colonização no sul de Moçambique enfrentaram a resistência do povo Nguni e de outras etnias que se juntaram ao rei de Gaza contra os portugueses.

Os conflitos eram eminentes, embora não contassem com um inimigo em comum; as frentes de dominação vinham tanto dos portugueses quanto do imperador Ngungunyane e, ainda de etnias distintas, que buscavam a dominação de outrem, para subjugar-los e adquirir um domínio territorial. As guerras tornaram-se generalizadas, os povos tentavam se defender aliando-se a quem lhes dessem proteção.

A personagem Katini Nsambe, pai de Imani, ora se alia ao exército português, ora ao “Leão de Gaza”, conforme pode-se ver nos trechos:

– Pai, tenha cuidado. Ninguém pode saber que leio o telegrama dos portugueses.

– Acha que sou maluco? Julga que não sei o que os portugueses fazem aos espiões? Fui eu mesmo que denunciei uns tantos.

[...]

– O grande herói desse seu irmão é o imperador Ngungunyane. E agora responda: essa pessoa pode ser meu filho?

– E o que pensa fazer? Entregá-lo aos portugueses?

– É isso mesmo que farei. Um dia que encontre o seu irmão vou fazer com que ele lamente ter-me enfrentado. (COUTO, 2015, p. 92 -93)

– Mudei de planos – declarou ele. Vou-te entregar ao Nkossi, vais ser esposa do rei. Vais ser a mulher principal de Ngungunyane.

– Por amor de Deus não faça isso, meu pai.

– A vida enganou-me, os portugueses traíram-me. Agora é minha vez de trair. Serás esposa dele. (COUTO, 2016, p. 219)

No romance, a relação entre colonizador e colonizado faz-se controversia. As guerras travadas apresentam indivíduos confusos, sem saber contra quem lutar. A aproximação de grupos rivais no processo colonial torna colonizador e colonizado sensíveis ao sofrimento e à desolação do ambiente de guerra. O medo torna-se um sentimento comum a todos que vivem as mazelas do conflito. Portugueses e etnias moçambicanas temem o imperador Ngungunyane, como se pode ver no recorte que se segue, extraído do romance em estudo:

- *O que mais me perturba nesse Gungunhane não é ele odiar-nos. É ele não nos temer.*
- *Sabe o que fazemos? – inquiriu sardinha. – Colocamos veneno nas garrafas, essas que vocês insistem em lhe oferecer! Nem é preciso uma bala, basta uma gota. Uma só gota e cai por terra o Império de Gaza.*
- *Temos ordem para não o matar.*
- *Agora sou eu que tenho vontade de rir – comentou Fragata. – Temos ordem para não o matar? Nós temos sorte é que ele não nos mate a todos nós.* (COUTO, 2015, p. 69)

Se se lançar um olhar histórico em paralelo à narrativa, pode-se observar que a narrativa literária e a narrativa histórica se aproximam em relatos idênticos e se distanciam pela vertente da ficção. O autor parece não querer narrar o trauma desse período histórico do país e usa relatos da narrativa histórica de forma alegórica, ludibriando seu leitor em um emaranhado de conflitos ideológicos que perpassou séculos e se mantem até os dias atuais.

A figura histórica e mítica do imperador Ngungunyane estabelece um diálogo interessante entre a narrativa literária e a narrativa histórica, pois as obras que procuram desmitificar essa personagem findam por criar um discurso afirmativo para o mito e esse discurso faz-se presente tanto no relato histórico quanto no relato ficcional. Segundo VILHENA (1996), o povo angone não era numeroso, mas era dotado de uma extraordinária capacidade guerreira, era ativo, violento e disciplinado.

O processo de recuperação e de registro da cultura moçambicana afirma a necessidade de um herói nacional. O mito do imperador faz menção a atos heroicos e anti-heroicos, dependendo do ponto de vista do colonizador e do

colonizado. Para os portugueses, Ngungunyane foi um inimigo, todavia, para o povo moçambicano, ele representa a origem de uma nação, o que se confirma através das narrativas *Ualalapi* (1990), de Ba Ka Khosa e na trilogia *As areias do imperador*. Khosa considera a visão do Imperador de Gaza sobre o poder que detinha.

(...) O poder pertence-me. Ninguém, mas ninguém poderá tirarmo até a minha morte. Os espíritos poisaram em mim e acompanham-me, guiando-me nas minhas ações lúcidas e precisas. E não irei permitir que haja a mesma carnificina como no tempo da entronização de Muzila, porque irei actuar já. Os homens que não me conhecem, conhecer-me-ão. Não vou partilhar o poder. Ele pertence-me desde que nasci do ventre de Yosio, minha mãe, a mulher preferida de Muzila. E serei temido por todos porque não me chamarei Mudungazi, mas Ngungunhane, tal como as profundas furnas onde lançamos os condenados à morte. O medo e o terror ao meu império correrão séculos e séculos e ouvir-se-ão em terras por vocês nunca sonhadas! Por isso meu guerreiro, aguça as lanças. Teremos de limpar, o mais urgente possível, o atalho por onde caminharemos, para que não possamos tropeçar com possíveis escolhos. (KHOSA, 1990, p. 30)

A invenção dos heróis em Moçambique foi um processo que fez parte da história e das lutas sócio-político-culturais na construção da memória e da identidade nacional. Esse conceito de nação se estabeleceu a partir do processo colonial, com a intervenção do Estado português e na oposição ideológica entre colonos e colonialistas.

Para Bessa Ribeiro (2005), a constituição de um herói na nação moçambicana opera pelo imaginário político e identitário, no intuito de construir e instituir uma identidade nacional. Essa construção dependia do alinhamento das diferenças existentes entre as etnias que compunham a região de Moçambique. Na trilogia de Mia Couto, o herói do imaginário político e identitário é o imperador Ngungunyane.

A partir do herói constituído delineiam-se a identidade e aspectos da memória coletiva, ou seja, uma memória que reportará a um grupo. Assim, segundo Halbwachs (2013), o sujeito constrói e acessa lembranças a partir de uma coletividade. O indivíduo isoladamente não consegue formar lembranças, e não será capaz de sustentá-las sozinho. A memória tem carácter relacional,

formando-se da interação entre indivíduos; nesse sentido, o sujeito não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo.

Assim, toda a constituição de nação ou de identidade nacional fica amparada na memória e na tradição dos grupos étnicos que compunham a nação moçambicana. Os rituais e crenças das etnias que hoje integram o território moçambicano estão presentes em suas festividades e em momentos de conflitos sócio-políticos.

Segundo Bessa Ribeiro (2005), a figura histórica do imperador de Gaza tornou-se um símbolo na luta contra o colonialismo e Ngungunyane transformou-se em herói nacional, a partir da construção da identidade política, social e cultural de Moçambique, surgida no século XX, ao se fortalecer uma política nacionalista advinda dos movimentos de independência do país. Os militantes da política nacionalista transformaram a derrota do Imperador de Gaza em símbolo da identidade nacional do país e da nova nação.

Como acontece em todo processo de heroificação, os aspectos negativos do imperador foram suprimidos, para que características de valorização do herói como coragem e inteligência se sobrepusessem. A Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO – tomou para si a figura de Ngungunyane e a sua resistência face ao colonialismo, como exemplo heroico na luta contra os invasores.

Foi no governo de Samora Machel, com o repatriamento dos restos mortais do imperador Ngungunyane que se propagou uma representação propositiva do “Leão de Gaza”, no intuito de avivar a valorização de uma figura heroica e de resistência ao colonialismo português. Essa proposta política do partido FRELIMO teve como objetivo fortalecer o pensamento de nacionalidade moçambicana. Essa foi contestada por Ungulani Ba Ka Khosa na obra *Ualalapi* (1990).

No romance Ba Ka Khosa, é ressaltada a complexidade do ato de narrar, na ficção e na História, sobretudo quando se discute a noção de verdade. O romance de BA KA Khosa restaura vários pontos de vista da figura de Ngungunyane em sua ascensão e queda no governo do Império de Gaza. A construção de uma imagem positiva de Ngungunyane construída pelo governo de Samora Machel é desconstruída na narrativa de Khosa, porque o escritor busca em *Ualalapi* (1990) mostrar as facetas da narrativa histórica e da

memória colonial do povo moçambicano no intuito de desmitificar o herói nacional construído a partir da imagem guerreira do imperador de Gaza, e de sua oposição à coroa portuguesa. Khosa encena os medos e a fragilidade do imperador, em passagens como a que se segue:

Estou com medo, Ualalapi. Estou com medo. Vejo muito sangue, sangue que vem dos nossos avós que entraram nestas terras matando e os seus filhos e netos mantêm-se nela matando também. Sangue Ualalapi, sangue! Vivemos do sangue destes inocentes. Porquê, Ualalapi? – É necessário, mulher. Nós somos um povo eleito pelos espíritos para espalhar a ordem por estas terras. E é por isso que caminhamos de vitória em vitória. E antes que o verde floresça é necessário que o sangue regue a terra (KHOSA, 1990, p. 32).

Como em *Mulheres de cinzas* (2015), o romance *Ualalapi* (1990) provoca uma reflexão sobre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, destacando o imperador Ngungunyane e suas relações de poder com relação às etnias do sul de Moçambique, bem como, com a coroa portuguesa. E nas estrelinhas da narrativa histórica tanto Mia Couto quanto Ba KA Khosa subvertem o mito do imperador.

O entrelaçamento de questões literárias e história possibilita a aproximação entre o real e o imaginário na construção de uma obra literária. A poeticidade do mito credita a ideologia do mito, todavia para os críticos literários há de se perceber as motivações de um texto literário quando assume funções sociais e políticas, naquilo que se concebe como literatura engajada.

A produção de uma obra literária como a trilogia *As areias do imperador* não está presa exclusivamente à narrativa histórica de Moçambique, pois o autor pode narrar com liberdade de escrita, utilizando-se de elementos ficcionais na construção das personagens, do tempo e do espaço. A engenhosidade de Mia Couto no ato de narrar permite um olhar questionador frente a narrativa histórica.

Ao apropriar-se da memória como estratégia narrativa é possível ao escritor disseminar conceitos a respeito de um determinado fato. O ato de narrar constitui um discurso que dá sentido à experiência humana e, nesse viés analítico, o discurso auxilia na composição da memória e do lugar de origem.

Nessa linha de pensamento, Mia Couto cria uma narrativa que ajuda a desconstruir o mito do imperador Ngungunyane.

1.2 Os vários “eus” inscritos nas personagens

A constituição da nação moçambicana a partir das etnias que habitavam a região sul de Moçambique acontece pelo processo de exploração realizado por Portugal. O marco que caracteriza a dominação do território sul de Moçambique foi a captura do imperador. Nesse momento ocorre um movimento mais agressivo da coroa portuguesa pela dominação de território, ao mesmo tempo que se dá a reação que fortalecerá, mais tarde, a guerra de libertação que absorve a luta dos povos que habitavam aquela região.

A escrita de Mia Couto que entrelaça narrativa ficcional e narrativa história permite que *Mulheres de Cinzas* (2015), bem como as duas outras obras que compõem a trilogia – *Sombras da água* (2016) e *O bebedor de horizontes* (2018) – sejam nominadas como romances históricos. Mia Couto deixa claro para os seus leitores ter-se valido de pesquisa de fontes e de entrevistas realizadas em seu país:

Esta narrativa é uma recreação ficcional inspirada em factos e personagens reais. Serviu de fonte de informação uma extensa documentação produzida em Moçambique e em Portugal e, mais importantes ainda, diversas entrevistas efetuadas em Maputo e Inhambane. De todos os entrevistados, é justo destacar o nome de Afonso Silva Dambila, a quem devo expressar a minha profunda gratidão. (COUTO, 2015, p. 09).

Em *Mulheres de Cinzas* (2015), o registro documental de fatos portugueses e moçambicanos faz-se presente, assim como é possível identificar outras características dessa classificação de romance. O enredo da obra aborda fatos históricos do período colonial relativos a Portugal e a Moçambique. O magistral da narrativa de Mia Couto é a tentativa de construir essa escrita na perspectiva do colonizado, pela voz da personagem Imani.

Os europeus ao colonizarem o continente africano se depararam com etnias e culturas distintas, fato que gerou conflitos na convivência. Por isso, além do interesse comercial que motivavam os portugueses a iniciar o

processo de dominação e de catequização dos povos que se delineava a partir de ordens para que falassem a mesma língua e assimilassem os ideais europeus e sua cultura.

Segundo SANTOS (2010), o colonialismo implicava na dominação territorial, mas incluía também a dominação epistemológica, ou seja, a colonização das mentes. Essa dominação teve um grande impacto nos países colonizados e, em Moçambique, não foi diferente. Mesmo após o fim das hierarquias colonialistas, a dominação epistemológica permaneceu no intelecto da nação moçambicana. Pode-se dizer que a narrativa em análise enuncia a intenção da descolonização do imaginário¹⁰. Serge Gruzinski propõe em *A colonização do imaginário* (2003) o conceito de “ocidentalização” para tratar das mestiçagens culturais resultantes do contato entre colonizador e colonizado.

Segundo Gruzinski, na ausência da decodificação das informações (culturas) de modo linear, se instaura um processo de releitura de saberes e práticas que, de tanto se justapõem de maneira ocasional e aleatória, fazem com que os dados e as impressões recolhidas formem conjuntos jamais fechados em si mesmo.

Mia Couto, em entrevista à Revista Fórum, ao pronunciar sobre trilogia, afirma que “o outro também está dentro de nós”. Essa declaração revela a intenção da sua narrativa de realizar a desconstrução do discurso histórico, dando voz aos indivíduos que haviam sido silenciados e apagados no processo colonial. Para ele, algumas versões construídas sobre o passado não foram legitimadas, porque eram as visões dos marginais e dos vencidos. Mia Couto afirma, portanto, que sua obra dialoga com a História.

Nessa perspectiva de romance histórico, a obra em análise assume e desarticula a visão eurocêntrica portuguesa feição que está presente na trilogia *As areias do imperador*. Através das lacunas da narrativa, o autor dá voz aos marginalizados dessa história, ou seja, aos heróis populares, que defendiam a independência do país. Imani, como personagem narradora, representa a voz das minorias sociais. Sua trajetória apresenta diversas facetas sociais, através das múltiplas identidades inscritas em seu ser.

¹⁰ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol Século XVI-XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

Imani, como personagem, é caracterizada como uma mulher jovem, negra, catequizada pelos portugueses e falante da língua portuguesa. Mesmo diante de todo esse processo de assimilação à cultura do colonizador, a personagem reage aos eventos coloniais de forma dissimulada, visando a sobrevivência. Sua indefinição quanto à origem rompe fronteiras e ela própria questiona, como no trecho abaixo, a identidade delineada pelo nome que recebeu ao nascer.

Chamo-me Imani. Este nome que me deram não é um nome. Na minha língua materna "*Imani*" quer dizer "*quem é?*". Bate-se a uma porta e, do outro lado, alguém indaga:

- *Imani?*

Pois foi essa indagação que me deram como identidade. Como se eu fosse uma sombra sem corpo, a eterna espera de uma resposta. (COUTO, 2015, p. 15).

O questionamento identitário é um traço marcante na personagem Imani, bem como em Germano Melo. Todavia, na personagem Imani, essa característica é explorada com mais afinco pelo autor, no intuito da representação do coletivo do povo moçambicano, representando a crise de pertencimento no período da ocupação do imperador de Gaza.

Imani assume uma identidade em construção, que sofre diversas influências culturais no período colonial, mas que, mesmo antes desse episódio histórico, demonstra que sua cultura já sofria influências de outras etnias que habitavam aquela região do continente africano. O conflito identitário já existia bem antes de os portugueses chegarem. Pode-se dizer que os conflitos pelo domínio da terra e de povos é uma prerrogativa desde a origem do homem. A personagem Imani personifica traços identitários ancestrais do povo moçambicano, como pode-se ver no trecho:

Meu avô tinha a minha idade quando as nossas terras foram pela primeira vez invadidas. Não entendíamos por que motivo essa gente nos tomava por bichos e apreciava mais os seus bois do que os povos que submetiam. Não entendíamos porque razão roubavam o nosso gado, matavam a nossa gente e violavam as nossas mulheres. Chamava-nos de *tinxolo*, as "cabeças". Era assim que nos olhavam: contados como escravos, descontados como bichos. A ferro e fogo, fundaram um império que passou de avô para filho, de filho para neto. E era agora este neto, o Ngungunyane, que nos voltava a punir.

A persistência da agressão criou mudanças na nossa gente. O facto é que sempre vivêramos dispersos em entretidos e pequenos conflitos de vizinhança. Mas aquela ameaça uniu-nos numa única entidade. Tornámo-nos VaChopi, os “do arco e flecha”. Resistimos à invasão dos VaNguni, mantivemos a nossa língua, a nossa cultura, os nossos deuses. Pagamos caro essa teimosia. (...) (COUTO, 2015, p. 113).

Nas narrativas de Mia Couto as personagens femininas marcam espaço por meio de discurso e ações, e relatam as injustiças da sociedade colonial e pós-colonial, quando se apresentam ora submissas ao sistema imperialista ora resistentes a ele. Nesse processo que abraça tradição e modernidade, essas personagens demonstram coragem em desafiar seus destinos, uma vez que vivem as crenças de suas comunidades de origem, reforçando em meio a tanta diversidade o seu local de pertencimento.

As tradições culturais são marcas identitárias dessas personagens femininas, seja na exaltação da oralidade, ao imaginário e nas suas culturas ancestrais, deixando de lado os estereótipos traçados pela colonização. Na obra coutiana, pode-se destacar a resistência à dominação portuguesa, já que as mulheres de vários romances de Mia Couto reforçam a necessidade de sobreviver a uma cultura machista, tanto de seus povos como dos colonizadores; e, principalmente, a resistência ao imperialismo colonial.

Em *A confissão da leoa* (2012), Mariamar é vítima de um sistema social opressor através do patriarcalismo, principalmente, da violência contra a mulher; em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2003), Mia Couto destaca a condição marginal e de submissão das mulheres rurais de Moçambique; em *Antes de nascer o mundo*, as personagens Dordalma e Marta – a portuguesa – são colocadas em posição de alteridade, e como a natureza deve ser dominada. Duas mulheres que são silenciadas; no entanto, possuem atitudes subversivas que anulam o silenciamento imposto pela cultura estabelecida.

A personagem Imani supera diversas fronteiras, tais como a do corpo feminino que em sua cultura significa inúmeras privações; a cultura patriarcal de sua etnia e de outras que compunham o território de Moçambique; a superação racial no contexto colonial e de guerra; e a violência contra a mulher e todo o desamparo e silenciamento a ela imposto. Em *Mulheres de cinzas*

(2015), Imani torna-se cinza e pó na tentativa de passar despercebida e sobreviver aos seus infortúnios. Essas ações da personagem são realizadas como forma de resistência aos seus opositores como no trecho:

– *A sua mãe também era espancada?*
 – *A avó, a bisavó e a trisavó. É assim desde que a mulher é mulher. Prepare-se para ser espancada também você.*

[...]

– *Sabe como morreu a sua avó? – E não esperou pela resposta. – Fulminada por um relâmpago. Foi assim que ela morreu.*

– *E por que se lembrou disso agora?*

– *Porque é assim que também quero morrer.*

Era o seu pretendido desfecho: sem corpo, sem peso, sem réstia para sepultar. Como se uma morte não sofrida apagasse o sofrimento todo de uma vida.

[...]

– *Agora, vá buscar o seu pai. Ele sente ciúmes de nós.*

– *Ciúmes?*

– *De mim, por não lhe dar toda a atenção; de si, porque foi educada pelos padres. Você pertence a um mundo onde ele nunca poderá entrar. (COUTO, 2015, p. 26-27).*

As narrativas de Mia Couto denunciam a violência contra a mulher e a tentativa de seu silenciamento sociocultural, colocando em evidência confrontos entre tradição e modernidade, reconstruindo a multiplicidade de raízes culturais no país de Moçambique, a partir do contato com o europeu. Apresentam os vários “eus” interditos em suas personagens femininas que discutem uma identidade cultural, política e religiosa hibridizada, como consequência do contato com o “outro”. Uma possibilidade de ressignificação identitária da nação moçambicana, pelo entrelaçamento com a cultura europeia.

Suas ações refletem a sua condição de margem, de viver na fronteira cultural e étnica entre a sua nação e a nação colonialista. O conflito existencial da personagem lhe permite a oscilação comportamental e a fragmentação do “eu” em vários “eus”, sob a influência de outras culturas, como pode-se ver nos trechos que seguem:

Todos neste mundo vivem num único lugar e num irrepitível tempo. Todos, menos nós, os de Nkokolani. Como os morcegos da lenda, nós morávamos numa encruzilhada de mundos. Uma invisível e insuperável fronteira atravessava a nossa alma. (COUTO, 2015, p. 174).

Estranho que os portugueses usassem a expressão *cabeças de gado*. Porque aos escravos também nós chamamos de *tinhloko*, que quer dizer “cabeça”. Mais estranho ainda ter-me habituado ao facto de que os Vanguni valorizassem menos um humano que um bovino. (COUTO, 2016, p. 168)

- Meu Deus, como esta gente é atrasada – comenta o militar, mãos à cabeça. – E as pretas são piores do que eles. Não percebe quanto me magoa. O português em que me expressei, sem ruga nem rasura, faz com que Mousinho deixe de ver a minha raça. Guardo-me em silêncio. Calo-me na mesma língua do homem que me humilha. (COUTO, 2018, p. 17).

Os vários “eus” inscritos em Imani dão-se pela necessidade de sobreviver ao processo colonial, e em meio a um entre-lugar¹¹ do discurso da literatura latino americana, a personagem traz em si sua origem e seu lugar de pertencimento. Nesse turbilhão de acontecimentos, verificam-se sentimentos e emoções; reações a situações corriqueiras e inusitadas, consequências de sua bagagem cultural e ética, advinda de sua formação étnica, bem como, da influência de outras culturas que lhe foram impostas.

A construção identitária de Imani pode, então, ser considerada a partir do que diz Stuart Hall:

a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 13)

Imani se percebe um indivíduo em constante mudança, o seu lugar de pertencimento já não a representa, sua história foi maculada, transformada. Há uma inquietação em sua alma, pelo estranhamento de seu ser. O que lhe

¹¹ SANTIAGO, Silvano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

apetecia ontem, já não lhe satisfaz hoje. As contradições em sua existência, lhe confundem a alma,

Fosse como fosse, a verdade é que aquele compasso viril me arrancava do mundo e, embora a dança fosse exclusivamente executada por homens, no meu recatado lugar eu mantinha todo o corpo em movimento. E era como se uma outra pessoa dançasse dentro de mim. Talvez essa pessoa fosse “a Viva”, talvez fosse “Cinza”, talvez fossem todas as que em mim viveram. Naquele momento eu ficava isenta de ter corpo, desobrigada de ter memória. Eu era feliz. (COUTO, 2015, p. 89-90)

Assim como Imani, a segunda voz narrativa, de Germano de Melo, também evidência em suas cartas o estranhamento na convivência com a cultura dos povos no sul de Moçambique. Germano de Melo é sargento e foi punido pelo exército português, por ter participado da revolta portuense e republicana de 31 de janeiro de 1891. Como punição, foi enviado a um posto militar nas planícies da África Oriental portuguesa, ou seja, em Nkokolani, onde viviam Imani e sua família.

Assim, outra perspectiva de mundo é apresentada pelo sargento Germano, através das cartas endereçadas ao Senhor Conselheiro José d’Almeida. Enquanto Imani simboliza a cultura do povo moçambicano, Germano representa interesses da coroa portuguesa. Contudo, ambos relatam o estranhamento de culturas distintas.

Germano de Melo era um jovem republicano, com um passado familiar traumático que é reatado em uma de suas cartas. Estabelece, com os nativos, uma convivência de desconfiança, pois seus interesses e os dos nativos não convergem. É necessário citar ainda, que Germano Melo também não mantinha uma relação de confiança com o exército e a coroa portuguesa.

A falta de confiança e a discordância com as ações do exército e da coroa portuguesa em terras moçambicanas faz-se presente em diversos trechos da narrativa e permite a Germano Melo um contato maior com a cultura do povo nativo e uma maior proximidade com ideologias distintas. Veja alguns trechos de suas cartas:

Foi preciso viver entre gente negra e estranha para me entender a mim mesmo. Foi preciso estiolar num lugar escuro e

distante para entender o quanto ainda pertencço à pequena aldeia em que cresci. Talvez Imani tenha razão sobre as aranhas e as suas teias curarem o mundo e repararem os rasgões da nossa alma. Talvez eu, durante este tempo de exílio, tenha aprendido um estranho gosto de inventar doenças. Do que padeço, no entanto, não é assunto médico. Na verdade, Excelência, não adoeci em África, como todos os demais. Eu adoeci de Portugal. A minha doença não é senão o declínio e a podridão da minha terra. Eça de Queiroz escreveu: "Portugal acabou". Ao escrever estas palavras diz ele que lhe vieram as lágrimas aos olhos. É essa a minha e a sua doença: a nossa pátria sem futuro, vazada pela ganância de um punhado, dobrado sob os caprichos da Inglaterra. (COUTO, 2015, p. 315).

(...) Nesse tempo entendi o seguinte: não é apenas o barco que se movimenta no oceano. São as almas dos passageiros que transitam e se mesclam para além das raças e das nações. Sou um privilegiado neste mundo, sou dos poucos que empreendeu essa outra viagem. E não foi no mar que viajei. Foi em ti que cruzei fronteiras que me separavam de mim mesmo. Os meus olhos são azuis para que me atravesses como se eu fosse água. (COUTO, 2018, p. 53).

Nesse momento, a posição de Germano de Melo (colonizador) e Imani (colonizada) convergem para um espaço de desterritorialização, ambos absorvem costumes e cultura do outro. Há, portanto, o processo de hibridismo cultural (BHABHA, 1998), que dá margem às identidades múltiplas, ou seja, à construção de um novo pensamento identitário a partir do outro. Nesse movimento característico de hibridização, o colonizador impõe-se ao colonizado, transformando-lhe; contudo, também é transformado, pois, nesse deslocamento cultural, ambos remodelam suas identidades.

O ser humano necessita de espaço seja físico ou espacial para estabelecer relações sociais, assim, se territorializando e definindo a sua identidade. E essa relação estabelecida sofre alterações mediante guerras e outros conflitos sociais, que podem gerar a desterritorialização do indivíduo segundo Haesbaert (2004). Esse fato provoca a ruptura do indivíduo com o seu espaço, como se observa no romance em análise.

Todavia, nesse processo, prevê-se que está implícito um outro, o de reterritorialização que pode ocorrer em níveis diversos. Para as personagens Imani e Germano esse processo ocorre por meio do caos do conflito de guerra. O espaço de reterritorialização é incompleto e lento, afastando o indivíduo de seus conceitos simbólicos e identitários.

O individual é invadido pelo coletivo e em um espaço de conflito se estabelece a desterritorialização, de modo que esse processo acontece pela relação entre o colonizado e o colonizador. O sargento Germano de Melo narra uma situação de deslocamento cultural e ideológico, percebe que colonizador e colonizado sentem medo um do outro. Sua condição de opressor fica fragilizada ao se perceber margeado por negros. Veja no trecho que segue:

Não deixo de pensar nem por um instante que aqueles jovens pretos, tão distantes de cor e feição, se parecia, afinal, comigo. Como eles, também eu me revoltara. Como eles, também eu ousara apontar as armas contra os poderosos. Talvez tenha sido por isso que a espingarda se encravou e o projétil explodiu dentro da câmara. Essa bala continua deflagrando eternamente dentro de mim. Se fosse ave, já há muito teria soçobrado, de tanto grão na asa. (COUTO, 2015, p. 150-151)

Observa-se, na narrativa, que as fronteiras entre colonizador e colonizado se constroem no encontro e no confronto de culturas distintas. A construção de uma nova identidade dá-se de forma racional, utilizando-se da tradição cultural e de elementos novos que foram apresentados. Desse modo, como aponta Hall (2000), a reconstrução identitária acontece constantemente, pois como cidadãos do mundo estão em movimento. Para o autor,

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2005, p. 12).

Imani e Germano de Melo vivenciam o conflito da desconstrução do sujeito. O processo de fragmentação do “eu” possibilita a constituição de vários “eus”, permitindo que o sujeito consiga conviver em espaços de diversidades sociais, políticas e, principalmente, culturais. E nesse novo cenário identitário surge um novo “eu”, uma nova identidade a partir de vários “eus” inscritos no mesmo indivíduo.

Dessa maneira, compreende-se que a identidade nunca está completa, mas em constante construção, pois o “eu” pode assumir identidades contraditórias devido as identificações deslocadas do local de pertencimento do indivíduo. Além disso, a construção identitária pode ser produzida mediante a identificação e a diferença. Na concepção de Kethryn Woodward (2000) a identidade nasce e se desenvolve na relação com o outro, assim, deve ser compreendida a partir da diferença.

1.3 Vozes narrativas: o confronto entre colonizador e colonizado

Mulheres de cinzas (2015) apresenta duas vozes narrativas, como já foi dito, e é por essas vozes que o autor enuncia a voz do colonizador, através da personagem Germano de Melo, e a voz do colonizado pela voz de Imani. As vozes narrativas se alternam a cada capítulo. A primeira voz narrativa, que é a de Imani, inicia a obra, já que surge no primeiro capítulo. No segundo, tem-se a voz narrativa de Germano de Melo, contando os acontecimentos de guerra na perspectiva do colonizador. Veja o trecho:

Seja qual for a verdadeira explicação, o facto é que estreei da pior maneira a minha presença em África. [...] os nossos domínios, que tão pomposamente chamamos de “Terras da Coroa”, encontram-se votados ao desgoverno e à imoralidade. Na maior parte desses territórios nunca nos fizemos realmente presentes durante estes séculos. E nas terras onde marcámos presença foi ainda mais grave, pois quase sempre nos fizemos representar por degredados e criminosos. Não existe, entre os nossos oficiais, nenhuma crença de que sejamos capazes de derrotar Gungunhane e o seu Estado de Gaza. (COUTO, 2015, p. 33-34).

No terceiro capítulo, volta à voz narrativa de Imani. Ao narrar os fatos na perspectiva do colonizado, Imani conta a trajetória do povo moçambicano sob o domínio português e os ataques dos soldados de Ngungunyane.

Os outros povos, nossos vizinhos, moldaram-se à língua e aos costumes dos invasores negros, esses que chegavam do sul. Nós, os VaChopi, somos dos poucos que habitam as Terras da Coroa e que se aliaram aos portugueses no conflito contra o Império de Gaza. Somos poucos, murados pelo orgulho e

cercados pelos kokholos, essas muralhas de madeira que erguemos em redor das nossas aldeias. Por razão desses abrigos, o nosso lugar tornara-se tão pequeno que até as pedras tinham nome. (...) (COUTO, 2015, p. 18).

Na voz narrativa de Imani, inscreve-se a cultura europeia e a portuguesa, por meio de sua formação escolar junto à igreja católica e no convívio com os portugueses colonizadores. Sua identidade africana se transforma, pois ao ter contato com outra cultura, inscreve-se no mundo do “outro”. O mesmo acontece com Germano de Melo, ao ser enviado ao território que hoje constitui Moçambique e ao longo convívio com os povos africanos. Veja o trecho:

– *És tu a tal moça? E que bem falas português, a pronúncia corretíssima! Deus seja louvado! E onde é que aprendeste?*

– *Foi o senhor padre que me ensinou. Vivi na missão, na praia de Makomani, durante anos.*

O português deu um passo atrás para melhor me espreitar o corpo e depois disse:

– *Mas tu tens uma cara bem bonita!*

Baixei o rosto, juntei a vergonha à culpa. Caminhámos junto ao rio até que o visitante parou e fechou os olhos, pedindo-me que não falasse. Ficámos em silêncio até que ele se manifestou:

– *Na minha terra não há disto.*

– *Não há rios?*

– *Claro que há rios. Só que deixámos de os escutar.*

O português desconhecia o que era um lugar comum em Nkokolani: que os rios nascem no céu e cruzam a nossa alma como a chuva atravessa o céu. Escutando-os, não estamos tão sós. Mas guardei-me calada, à espera da minha vez. (COUTO, 2015, p. 63).

Imani vive o conflito de viver entre fronteiras culturais e protagoniza diversas identidades que dialogam dentro de si. Desterritorializa-se em seus vários “eus” de mulher e negra, por falar a língua oficial portuguesa e ter domínio da escrita da língua portuguesa. Ao mesmo tempo, vive as tradições de sua etnia e se ressignifica no avançar da narrativa. A personagem apresenta em si as múltiplas identidades inscritas em um mesmo sujeito.

Segundo Rama (2001), o processo de transculturação contempla tradição e modernidade. O homem desde tempos primórdios se vê em contato com culturas alheias à sua, seja no papel de dominador ou de dominado. Os choques culturais e as sobreposições de culturas ocorrem e têm como

resultado a dominação de uma nação ou de um império. Isso ocorre no romance *Mulheres de cinzas* (2015), em que o processo de dominação sobre o povo moçambicano é exercido pela coroa portuguesa e pelo imperador Ngungunyane,

Não sei por que me demoro tanto nestas explicações. Porque não nasci para ser pessoa. Sou uma raça, sou uma tribo, sou um sexo, sou tudo o que me impede de ser eu mesma. Sou negra, sou dos VaChopi, uma pequena tribo no litoral de Moçambique. A minha gente teve a ousadia de se opor à invasão dos VaNguni, esses guerreiros que vieram do sul e se instalaram como se fossem donos do universo. Diz-se em Nkokolani que o mundo é tão grande que nele não cabe dono nenhum. (COUTO, 2015, p. 17).

A família de Imani representa o real conflito vivido em Nkokolani em tempos de guerra, pois enquanto o irmão (Mwanatu) luta junto à coroa portuguesa, o mais velho (Dubula) une-se às tropas do imperador Ngungunyane. O pai de Imani, por nome Katini, tenta agradar os portugueses, procurando obter, em troca, de proteção para os seus. Por isso, coloca os filhos Imani e Mwanatu a serviço do sargento Germano de Melo, na esperança de obter proteção e privilégios junto à coroa.

Mulheres de cinzas (2015) apresenta o conflito entre colonizador e colonizado, em um ambiente de hostilidade imposto pelas guerras entre etnias moçambicanas. As lutas interétnicas se dão, no tempo e espaço representados, a favor ou contra o imperador Ngungunyane, além da luta contra a coroa portuguesa. O olhar do colonizador e do colonizado se encontram pelo olhar de Imani e de Germano de Melo. O conflito colonial se dissolve na troca de olhares dos narradores, para ressurgir no confronto corporal da guerra, ou seja, no conflito entre o dominador e o dominado, com seus medos e esperanças. Isso pode ser visto no trecho que segue:

(...) Como podemos governar quem tanto desconhecemos? Que exército poderemos vencer se ignoramos quase tudo sobre o nosso inimigo? Falei a Sanches do pavor inicial que causava a nossa chegada às povoações. Ele sorriu e disse: o medo que eles têm não é diferente do nosso, que acreditamos que os pretos comem carne humana. Pois esta gente acredita que os canibais somos nós. (...) (COUTO, 2015, p. 58).

Nesse contexto de guerra, as alianças entre as etnias moçambicanas eram frágeis e seu rompimento se dava a todo o momento, pois os ataques e invasões não eram destinados a apenas um inimigo. A questão da sobrevivência dissolvia alianças de paz e colocava as etnias umas contra as outras. As invasões nas aldeias eram corriqueiras e quem era amigo poderia se tornar inimigo.

Nesse cenário de guerras interétnicas características do século XIX, em Moçambique, salienta-se que o povo Chope não aceitava o domínio do exército de Ngungunyane e lutava contra ele. Por outro lado, outros povos se uniam ao Imperador e avançavam pelo sul de Moçambique, nos ataques de dominação de territórios e dos povos que ali viviam.

No recorte que segue, destaca-se que as aldeias eram invadidas e destruídas, os povos de etnias distintas lutavam entre si. Enquanto uns defendiam Ngungunyane e outros defendiam a colonização portuguesa, muitos esqueciam-se de defender suas próprias vidas, muitas vezes intensificando a defesa dos VaNguni e os portugueses.

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretendentes proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. O exército dos VaNguni era bem mais numeroso e poderoso. E mais fortes eram os seus espíritos, que mandavam nos dois lados da fronteira que rasgou a nossa terra ao meio. De um lado, o Império de Gaza, dominado pelo chefe dos VaNguni, o imperador Ngungunyane. Do outro lado, as Terras da Coroa, onde governava um monarca que nenhum africano haveria nunca de conhecer: Dom Carlos I, o rei de Portugal. (COUTO, 2015, p. 17).

O romance procura demonstrar que a guerra que não pertencia ao povo do sul de Moçambique, reforçando, de certo modo, o que diz Vilhena (1996), quando afirma ser o país de Gaza habitado não apenas pelos nguni, mas por povos de tipos distintos na fisionomia, na maneira de vestir e no uso de armas. Os landis eram valentes e arrogantes, utilizavam as armas tradicionais. Já os bitongas, cossas, chopes, mindongues e tsogas eram mais humildes, de um pacifismo que tocava a cobardia.

A família de Imani era Chope e a escolha de Mia Couto por dar à personagem essa origem talvez seja justificada pelo fato de trazer para a ficção os conflitos e rivalidades entre os povos, no período de dominação do imperador de Gaza; de destacar uma série de confrontos que resulta em perseguições, diáspora, invasões, perseguição, extermínio e genocídio, mas também na expansão do povo vencedor.

Segundo Vilhena,

Vencidos e dominados, os povos locais tiveram de se submeter e de se deixar assimilar pelo vencedor. O povo angune era agora o grande senhor da região austral. Ao serem incorporados no grupo angune, os povos vencidos sofriam um processo de integração forçada, a que podemos chamar “angunização”: eram obrigados a falar a língua oriunda dos zulus, e a seguir os seus costumes. Para melhor, serem introduzidos nos hábitos angunes, os filhos dos chefes vassallos deviam ser entregues ao suserano, para serem educados na sua corte. Esse processo de assimilação tinha como consequência um alargamento considerável do povo angune, que ia impondo e divulgando a sua forma de viver. (VILHENA, 1996, p. 20).

Imani e a família representam a resistência dos povos no sul de Moçambique contra a dominação dos ngunis e da coroa portuguesa. Katini Nsambe é caracterizado pela própria mulher como um covarde, mas é pela sua humildade e perspicácia que consegue sobreviver ao conflito de guerra de dominação, e, resistindo ao processo de assimilação imposto pelo império de Gaza, bem como à dominação da coroa portuguesa, mantém viva a cultura e a tradição da etnia chope. Segundo Bauman (1999) o processo de assimilação era uma estratégia que procurava tornar a diferença semelhante, abafar as distinções culturais ou linguísticas e coibir as manifestações culturais de tradição dos povos colonizados.

É possível dizer que escrita do romance é permeada por experiências pessoais e visão de mundo do autor sobre questões de transitoriedade geográfica e identitária, que fazem com que o lugar de pertencimento do indivíduo seja o mundo, transitando entre culturas e raças, criando novas fronteiras. O diálogo entre as culturas transforma o indivíduo e o inscreve em múltiplas identidades.

Segundo Stuart Hall, a identidade caracteriza-se pela constante mudança e pelo deslocamento, tornando-se uma celebração móvel, que é formada e transformada continuamente em relações às formas pelas quais os indivíduo são representados ou interpelados nos sistemas culturais que os rodeiam. Nesse contexto, apresentam-se as identidades fragmentadas para indicar que, em um mundo em constante transformação, os contatos sociais e a proximidade de culturas diferentes dissolvem-se as visões de identidades fechadas estabelecidas em uma sociedade e em determinado período histórico.

Como já se afirmou, a obra em análise vale-se de elementos históricos do país de Moçambique, e de vivências e experiências que, de alguma forma, recuperam fatos da história de luta de Mia Couto, junto à Frente de Libertação de Moçambique. Pode-se dizer que, na constituição de sua escrita, ecoam percepções advindas do período de guerra de independência, de guerra civil e do pós-guerra. Sua escrita configura a luta de um povo em manter tradição, oralidade, religiosidade, enfim sua cultura. O autor problematiza, em sua obra em geral, e no romance em análise, em particular, tanto o indivíduo que se adapta ao sistema hierárquico de dominação, quanto o que resiste a “ele”, entrelaçando ficção e história na representação das condições de vida em seu país.

Em *Mulheres de cinzas* (2015), o autor encena a busca identitária do indivíduo, busca essa que pode ser particular e solitária ou se caracterizar pela assunção do coletivo, quando trata de uma visão humanitária. No idealismo de uma sociedade mais humanizada, pensa-se a existência em um contexto coletivo, nessa nova composição identitária. As personagens Imani e Germano rompem diversas fronteiras na convivência da guerra de dominação colonial, ora aproximando, ora demarcando limites entre mundos distintos. Conforme diz a narrativa,

A crueldade de uma guerra não se mede pelo número de campos nos cemitérios. Mede-se pelos corpos que ficam sem sepultura. Era assim que pensava enquanto escolhia onde pisar, entre gente despedaçada, chacais e aves de rapina. A maior ferida da guerra é não deixarmos nunca de buscar os corpos de quem amamos. Quem diria que eu seria uma dessas

mulheres condenadas a caminhar a vida inteira entre cinzas e ruínas? (COUTO, 2015, p. 256 – 257).

O sargento Germano de Melo olhou para a praça para confirmar o terror maior de qualquer europeu: ver nascer no chão, como formigas escuras, milhares de negros armados avançando com a fúria de uma súbita tempestade. E era o que surgia perante os seus olhos azuis, repentinamente verdes de medo. As hostes ainda vinham longe, mas ele apressou-se a construir as suas defesas. Correu pra o obsoleto paiol para de lá tirar a única arma que ainda funcionava: uma metralhadora e umas tantas fitas de balas. Barricou as portas com pesadas caixas de balas e fez o mesmo com as janelas. (Ibidem, p. 328).

Os confrontos, nas guerras, envolvem as origens culturais de Imani e Germano, que vão muito além do sentimento que ambos nutrem um pelo outro. As adversidades os unem, mas também os separam.

Para Bhabha (1998), a identidade é o deslocamento do indivíduo, seu constante movimento em sistemas sociais que sofrem transformações pelo processo de colonização, conceito que se torna ainda mais complexo se levada em consideração a fluidez das culturas que ora se aproximam, ora se distanciam em momentos de transformação ou de transposição cultural.

Para o autor,

Se a diversidade cultural é uma categoria da ética, da estética ou da etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual enunciados sobre ou em uma cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade (BHABHA, 1998, p.34 - grifo do autor).

As identidades, conforme se vem salientando, não são rígidas nem imutáveis, pois são resultados transitórios de processos de identificação. Até mesmo as identidades que se querem sólidas sofrem choques de temporalidade, em constante processo de transformação. Sabe-se que as identificações são plurais e lidam com as diferenças de forma hierárquica. Ao se questionar identidades, é preciso observar a posição do “eu” e do “outro”. Segundo Bhabha, as identidades podem ser pensadas como uma espécie de reflexo narcísico de Um no Outro, confrontando, na linguagem, o desejo da identificação. E a identidade nunca é uma priori, nem um produto acabado.

Esse processo identitário pode ser visto, em Moçambique, no período pós-independência, no empenho de se assumir a tarefa da descolonização cultural. A literatura, nesse processo, se atrelou à tarefa de revisitar a História e as tradições, ajudando a construir um novo pensamento sobre a realidade social e sobre a construção de uma identidade nacional que se desviasse do processo de colonização que trouxe consigo a ideia de nação, de povos e raças.

A narrativa de Mia Couto se atrela, de certa forma, a esse projeto ao assumir explícitos diálogos com a oralidade e utilizar vocábulos e expressões das línguas faladas em Moçambique, bem como o hábito de contar histórias, que vem de costumes tradicionais de grupos étnicos do país. E essa narrativa escrita em língua portuguesa, a língua do colonizador, causou e causa ainda hoje tensões entre oralidade e escrita, conflitos entre memória e identidade.

A narrativa da personagem Imani é oralizada e poética e o relato da cultura de seu povo se configura na tradição de sua ancestralidade, além de se valer de variadas figuras de linguagem. Imani narra ainda a luta da mulher e sua condição social frente à guerra e de forma transgressora apresenta as inseguranças e os conflitos identitários vividos pelo povo moçambicano no período colonial. A questão identitária e seus deslocamentos está sempre presente na literatura moçambicana e, na discussão dessa questão, o romance em análise encena o lugar da mulher em sociedades tradicionais como as que aparecem nas cenas narradas:

A diferença entre a Guerra e a Paz é a seguinte: na Guerra, os pobres são os primeiros a serem mortos; na Paz, os pobres são os primeiros a morrer. Para nós, mulheres, há ainda uma outra diferença: na Guerra, passamos a ser violadas por quem não conhecemos. (COUTO, 2015, p. 107).

No decorrer da narrativa, a jovem Imani conhece as diferenças entre o mundo de Germano e o seu. A intérprete de Germano sabe que para sobreviver àquele momento de guerra ela deve voltar à sua origem e aos significados de seu próprio nome. Imani significa “quem é?”. De certa maneira, seu nome alude à falta da identidade. Na narrativa de *Mulheres de cinzas* (2015), a mulher é comparada a sombras e cinzas, elementos da natureza que se desfazem. Isso pode ser visto no recorte:

Sempre que desabava uma tempestade, a nossa mãe saía a correr pelos campos e ali permanecia, braços erguidos, a imitar uma árvore seca. Esperava a descarga fatal. Cinzas, poeiras e fuligem: era o que ela sonhava vir a ser. Era esse o desejado destino: tornar-se indistinta poalha, leve, tão leve que o vento a faria viajar pelo mundo. Nesse desejo da avó ganhava razão o meu anterior nome. Foi o que a mãe me quis lembrar.

— *Gosto de Cinza — disse eu. — Faz-me lembrar anjos, não sei porquê.*

— *Dei-lhe esse nome para a proteger. Quando se é cinza nada nos pode doer* (COUTO, 2015, p. 17).

Na narrativa, os diálogos expressam o discurso patriarcal, as mulheres ocupam um lugar de subalternidade na hierarquia social, todavia o papel da personagem é transgressor. Imani representa mulheres que desempenham seus papéis sociais e familiares. A sua falta do nome Ihe permite mudar o seu destino, pois segundo a crença e a tradição do povo moçambicano a escolha do nome rege a vida de pessoas e lugares. Imani narra que,

como manda a tradição, o nosso pai foi auscultar um adivinho. Queria saber se tínhamos traduzido a genuína vontade desse espírito. E aconteceu o que ele não esperava: o vidente não confirmou a legitimidade do batismo. Foi preciso consultar um segundo adivinho que, simpaticamente e contra o pagamento de uma libra esterlina, Ihe garantiu que tudo estava em ordem. Contudo, como nos primeiros meses de vida eu chorasse sem parar, a família concluiu que me havia dado o nome errado. Consultou-se a tia Rosi, a adivinha da família. Depois de lançar os ossículos mágicos, a nossa tia assegurou: “*No caso desta menina, não é o nome que está errado; a vida dela é que precisa ser acertada*”. (COUTO, 2015, p. 16)

Imani não possui um lugar de pertencimento até mesmo no nome, apresenta-se como uma personagem deslocada de sua cultura. A desterritorialização ocorre pelo movimento de abandono de um espaço, seja ele exterior ou interior da protagonista. A personagem narradora enuncia sua resistência ao sistema colonial, pelo conhecimento da língua portuguesa na fala e na escrita. Assim, sua voz narrativa representa a voz do povo moçambicano no dito e no interdito do texto. E no silêncio de Imani existe uma representatividade da opressão colonial.

— *É a tal menina local que nos veio receber, você não acredita no português correto dela... diz lá alguma coisa, miúda... Vá, fala um bocado para o meu colega te escutar!*

De repente fiquei muda, varreu-se-me todo o português. E, quando tencionei falar na minha língua natal, enfrentei o mesmo vazio. Inesperadamente, não possuía nenhum idioma. Dispunha apenas de vozes, indistintos ecos. O militar salvou-me do embaraço:

— *Está envergonhada, a coitadita. Não tens que falar, basta que nos conduzas até ao quartel.* (COUTO, 2015, p. 64)

Na obra, as vozes narrativas tecem a história da colonização em território moçambicano, entrelaçando narrativa histórica e narrativa ficcional na construção do romance. As vozes enunciativas deslocam-se por locais reais e imaginários onde existe o conflito da guerra. E a partir do imaginário Imani consegue descrever as tradições, as lendas e os costumes das etnias que habitavam o território sul de Moçambique.

Em *Mulheres de cinzas* (2015), a narrativa se divide em capítulos, nos quais Imani narra em primeira pessoa, já Germano Melo em terceira, intercalando capítulos que contêm a troca de correspondências entre Imani e o sargento. Essa estratégia narrativa permite a exploração da visão do colonizador, representado pelo militar, e do colonizado, através da jovem Imani, que representa as etnias de Moçambique.

Na construção das personagens, Germano e Imani se desprendem de seus lugares de origem e absorvem a cultura do “outro”. Imani teve educação escolar europeia, Germano foi inserido na sociedade moçambicana por muito tempo. A guerra e a violência vivida com o avanço das tropas portuguesas aproximaram colonizador e colonizado em suas existências.

O processo colonial insere em cada indivíduo novas identidades, Germano não é mais só um sargento, ele passa a responder também por alguém que não compreende mais os seus superiores e os questiona. Imani demonstra essa inscrição de novas identidades desde a sua concepção – Imani – Quem é? A sua constituição identitária dá-se desde a origem.

As vozes narrativas de Germano e Imani dialogam no enredo do romance e permitem pensar as relações dialógicas apresentadas pelo teórico russo Mikhail Bakhtin (1981). A teoria bakhtiniana defende que a linguagem é fruto das relações do “eu” com o “outro”, quando a palavra é o elo condutor que estabelece as relações sociais e constrói a comunicação. Para Bakhtin,

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. (BAKHTIN, 1981, p.113)

A concepção de linguagem de Bakhtin (ibidem) contempla as relações dialógicas e sociais desses sujeitos. Assim, o processo de interação entre Germano e Imani necessita do contato com o meio em que estão inseridos, além das relações sociais que cada um estabelece nesse contexto de guerra.

Em *Mulheres de cinzas (2015)*, a concepção de linguagem que a palavra é o elo condutor entre o “eu” e o “outro” possibilita uma nova ordem cultural que é fruto do confronto entre grupos sociais distintos no sul de Moçambique, esse conflito reorganizou as culturas das etnias locais pela fragmentação e o deslocamento do indivíduo, que devido a guerra reordenou uma nova identidade.

Para Bakhtin, todo o indivíduo possui um território interno e este não é soberano, pois o discurso se firma no diálogo e na multiplicidade das vozes. Contudo o que diz respeito ao “eu” é enunciado pelo mundo externo, assim, o “eu” toma consciência de si através do “outro”. Pelo “outro” se concebe a representação do “eu”. Assim, em situações de conflito, como na guerra de Moçambique, ocorre a transformação dos indivíduos que vivenciaram o período.

Germano e Imani absorvem a cultura do “outro” pela convivência forçada e têm em seu “eu” uma multiplicidade de vozes que enunciam ideologias conflitantes, pois através de deslocamentos e fragmentações identitárias já não se reconhecem. Falta-lhes um lugar de pertencimento, pois a multiplicidade identitária não cabe em suas referências de origem.

Segundo Stuart Hall (2004) as identidades forçadas a partir do processo de colonização parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Entretanto, na cultura popular das etnias africanas, em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais,

de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas.

CAPÍTULO II

SOMBRAS DA ÁGUA – A GUERRA NO SUL DE MOÇAMBIQUE

Ser, parecer

Entre o desejo de ser
e o receio de parecer
o tormento da hora cindida

Na desordem do sangue
a aventura de sermos nós
restitui-nos ao ser
que fazemos de conta que somos

(MIA COUTO, no livro *Raiz de Orvalho e Outros Poemas*).

Sombras da água (2016), segundo romance da trilogia de Mia Couto, narra o fim do Reino de Gaza, uma guerra que durou mais de sessenta anos, quando o imperador Ngungunyane dominou a região sul de Moçambique até o seu reinado ser interrompido pela coroa portuguesa, no advento de sua captura e encarceramento. *Sombras da água* (2016) tem por objetivo, segundo o autor Mia Couto, dar voz àqueles que usavam a azagaia contra a espada europeia. E acrescenta que a trilogia é uma contribuição à dignificação da história de Moçambique.

O segundo volume da trilogia dá sequência à narrativa ficcional de *Mulheres de cinzas* (2015), e retoma a trajetória das personagens após o conflito no posto militar de Nkokolani, quando Imani fere as mãos do sargento Germano de Melo com um tiro para defender o irmão. Mwanatu, em meio a um movimento popular, movia-se contra o posto militar que Germano era responsável. Após o conflito e com o incidente ocorrido com Germano, Imani, seu pai e o irmão, na companhia da italiana Bianca, saem de Nkokolani pelo rio Inharrime em busca de socorro para o sargento. Veja o trecho:

Sem pausa, os remos golpeavam o rio. E tinha que ser assim: conduzíamos Germano de Melo ao único hospital em toda a região de Gaza. O sargento vira as mãos despedaçadas num acidente de que eu fora responsável. Disparara sobre ele para salvar Mwanatu que caminhava à frente de uma multidão prestes a assaltar o quartel defendido pelo solitário Germano. (COUTO, 2016, p. 14-15).

Sombras da água (2016) retoma esse episódio da narrativa e dá sequência à história amorosa de Imani e Germano de Melo. Destaca a guerra que se instaurou no sul de Moçambique, no intuito de derrotar Ngungunyane, o último imperador do Estado de Gaza. Para Mia Couto, os fatos encenados pelo romance vão além de contar as paixões e as guerras em Moçambique, pois, através da narrativa, o autor rememora os fatos ocorridos na perspectiva das vozes silenciadas pela narrativa histórica. Essa perspectiva está aludida no trecho seguinte:

Mas já ninguém escutava a terra: em toda a região, soldados de Portugal e de Ngungunyane preparavam-se para o embate final. Não era a vitória o que mais os motivava. Era o que se seguiria. O mágico desaparecimento dos que antes foram os inimigos, a retificação de um erro na obra divina. O meu avô plantava impossíveis sementes. O meu pai embalava com os dedos o sono dos que na terra dormem. (COUTO, 2016, p. 19).

Nesse fragmento, como pode-se ver, Imani relata a guerra entre o Império de Gaza e a coroa portuguesa e se coloca à margem desse conflito, representando as etnias que tentavam sobreviver ao infortúnio. A guerra do sul de Moçambique é contada por vozes silenciadas. Nesse sentido, pode-se dizer que Imani assume o discurso dos silenciados, dos que foram vencidos antes mesmo da batalha.

Segundo Eni Orlandi (2007), há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras. As considerações sobre o silenciamento nos mostram que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito, absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do "implícito". Nesse sentido, pode-se dizer que Imani fala através do silêncio, enunciando a perspectiva de mundo do povo colonizado.

Edward Said diz que a visão do colonizador europeu postula um mundo universalmente passível ao sistema colonial, todavia dimensiona a que preço deu-se a colonização. Por isso, segundo o teórico, houve

um comprometimento por causa do lucro, e que ia além dele, um comprometimento na circulação e recirculação constantes,

o qual, por um lado, permitia que pessoas decentes aceitassem a ideia de que territórios distantes e respectivos povos deviam ser subjugados e, por outro lado revigorava as energias metropolitanas, de maneira que as pessoas decentes pudessem pensar num imperium como um dever planejado, quase metafísico de governar os povos subordinados, inferiores ou menos avançados (SAID, 1995, p.41).

O objeto desta visão consolidada é sempre uma vítima ou um personagem sob forte coerção, com a ameaça permanente de severas punições, apesar de suas diversas virtudes, serviços ou realizações, excluída ontologicamente por possuir poucos dos méritos do forasteiro conquistador, fiscalizador e civilizador. Para o colonizador, a manutenção do aparato incorporador requer um esforço incessante. Para a vítima, o imperialismo oferece duas alternativas: servir ou ser destruída (SAID, 1995, p. 220).

Os povos que se encontraram por força da colonização, que não detinham o poder legitimado pela política da coroa portuguesa ou o poder conquistado pelo reino de Giza, sofriam ataques violentos de dois exércitos, os quais, na conquista do território geográfico, aniquilavam vilarejos e sociedades organizadas. Desse massacre sócio cultural, surgem as sociedades de margem, fruto da miscigenação racial e do hibridismo cultural, gerando uma sociedade de fronteiras múltiplas, ainda que esses aspectos sociais não tivessem sido reconhecidos por décadas.

Segundo Bauman (2005), esse deslocamento do indivíduo causa o estranhamento em qualquer lugar que esteja, pois já não reconhece um lugar para seu pertencimento, é uma experiência desconfortante e perturbadora. É o indivíduo que se encontra nessa terceira margem, acessa o mundo a partir desse entre-lugar e se reconhece como um indivíduo que pertence a mais de uma cultura.

Essa identidade

só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, 'um objetivo'; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais — mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tende a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p. 22)

A preocupação em afirmar uma identidade ao indivíduo era importante no intuito de estabelecer laços de pertencimento. Todavia para as etnias que habitavam o sul de Moçambique essa preocupação era desnecessária, pois sabiam o seu lugar de pertença, suas origens e tradições saltavam-lhes aos olhos. A falta de pertencimento deveria ser percebida pelo colonizador.

Segundo Bauman, os países colonizadores fizeram o necessário para tornar a identidade pela assimilação dos valores eurocêntrico um dever a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. Nascida como uma ficção, a identidade colonial precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar como realidade.

Em *Sombras da água* (2016), surgem novos elementos narrativos, bem como novas personagens ficcionais que contribuem para o desenvolvimento da multiplicidade do indivíduo. As vozes narrativas predominantes continuam a ser as de Imani e Germano de Melo, que, como já dito, apresentam visões de mundos diferentes. Ao utilizar estratégias narrativas da meta-ficção, Mia Couto insiste em retomar a questão da colonização de Moçambique e os rastros identitários construídos por esse processo.

Na perspectiva de análise da trilogia *As areias do imperador* a meta-ficção é um recurso narrativo que tem como objetivo a aproximação entre a história oficial e a narrativa ficcional. Segundo Linda Hutcheon (1980), a meta-ficção faz com que o leitor participe da produção e da recepção do texto de produção cultural. A semelhança de produção narrativa entre ficção e relatos da realidade, na contraposição dos textos, proporciona uma releitura da História. Com essa perspectiva, o romance em análise propicia alcançar o ponto de vista dos povos vencidos sobre uma guerra que não lhes pertencia.

Para Hutcheon (ibidem), o conceito de meta-ficção historiográfica empenha-se em considerar, no texto ficcional, o período histórico em que a obra se situa e o discurso nela predominante, incluindo a abordagem das estratégias de sua composição. Para a pesquisadora,

a meta-ficção historiográfica demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história é discursivamente estruturada, e, nesse processo, consegue ampliar o debate sobre as implicações ideológicas da junção foucaultiana entre poder e conhecimento – para os leitores e para a própria história como disciplina. (HUTCHEON, 1991, p. 158)

A meta-ficção historiográfica sugere uma distinção entre “acontecimentos” e “fatos” que é compartilhada por muitos historiadores. Como venho sugerindo, os acontecimentos tomam forma de fatos por meio de sua relação com matrizes conceituais em cujo interior precisam ser embutidos se tiverem de ser considerados como fatos. (Ibidem, p. 161)

A meta-ficção, uma nova estrutura do romance contemporâneo que articula ficção, história e discurso, permite observar a narrativa histórica e subvertê-la pelo discurso atual, em um movimento dinâmico entre o passado e o presente. A meta-ficção historiográfica propicia uma leitura alternativa do passado, por isso tem caráter contraditório. De acordo com Hutcheon, o papel da meta-ficção reside no contraste de visões da parte dominante e dos subjugados, pois tanto a narrativa histórica quanto a narrativa de ficção partem da verossimilhança na execução da escrita.

Mia Couto se vale das lacunas da narrativa histórica, de relatos das etnias moçambicanas, dos descendentes do imperador Ngungunyane, além de histórias que foram sendo compiladas por ele, na composição da trama da trilogia. Talvez seja, pela proximidade histórica dos fatos acontecidos, que a obra parece absorver tanto o sentimento de resistência ao colonialismo, como as sequelas da guerra civil, que sucedeu à independência de Moçambique.

A narrativa de *Sombras da água* (2016) relata um período datado das lutas anti-colonizadores, mas também a guerra pela sobrevivência do povo nativo. Não por acaso, através do núcleo das personagens nativas, Mia Couto procura dar voz ao povo moçambicano. Isso fica claro na narrativa da personagem Imani em que se vê um emaranhado de sentimentos que indicam a sua condição de nativa. No entanto, também prevalece a imagem de uma mulher guerreira que dribla a subalternidade ao sistema colonial como um meio de sobreviver e defender o seu povo e o seu lugar de origem, como se vê no trecho:

O remorso pesou sobre mim durante toda a viagem. O tiro desfizera uma boa parte das mãos do português, aquelas mesmas mãos que eu, tantas vezes, ajudara a renascer dos delírios que o afligiam. Os másculos dedos com que tanto sonhara tinham-se evaporado. Durante todo o caminho mantive os pés submersos no fundo encharcado da canoa, onde a água havia-se tingido de vermelho. Diz-se que morremos por perder

sangue. É o inverso. Morremos afogados nele. (COUTO, 2016, p. 15)

Essa resistência ao sistema colonialista ocorre através da personagem Imani, no falar e, principalmente, no silenciar. Segundo Gayatri Spivak (2010)¹², a situação de subalternidade feminina é um modo de marginalização da mulher no colonialismo, o termo subalterno deve ser resgatado,

retomando o significado que Gramsci lhe atribui ao se referir ao “proletariado”, ou seja, àquele cuja voz não pode ser ouvida. O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituída pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante”. (SPIVAK, 2010, p. 12).

Spivak aborda a violência que tem como tática a neutralização do “outro”, no intuito de invisibilizá-lo ou de expropriá-lo de qualquer possibilidade de representação. O seu ensaio *Pode o Subalterno falar?* publicado pela primeira vez em 1985 é um texto que parte da crítica aos intelectuais ocidentais para a reflexão das práticas discursivas do pós-colonialismo e a possibilidade de agenciamento do indivíduo subalterno. Spivak destaca que a subalternidade do feminino é ainda maior. Para a autora,

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 66 e 67).

A personagem Imani fala e cala no intuito de ludibriar as situações que a colocam em conflito ou confronto com as autoridades estabelecidas no sul de

¹² Gayatri Chakravorty Spivak é uma teórica literária, crítica feminista e professora de Literatura Comparada e Sociedade na Columbia University, em Nova York, é uma das mais influentes intelectuais pós-coloniais existentes. Notorizou-se por seu monumental trabalho como tradutora e prefaciadora da *Gramatologia* de Derrida nos Estados Unidos, em 1976.

Moçambique. Em um diálogo com o pai, Imani aceita cumprir uma de suas vontades, conforme se observa no diálogo:

- *Quer que seja eu a matar o Ngungunyane?*
 - *Já acertei tudo com ele.*
 - *Com ele quem?*
 - *Com o rei. Amanhã você vai estar à aprovação da Corte.*
 - *Está a castigar-me a mim ou ao Ngungunyane?*
 - *Não a mando para ser esposa. Vai lá para ser viúva.*
 - *E o senhor?*
 - *Não sei. Para já volto para Sana Benene. E depois irei para Nkokolani.*
 - *Nkokolani já não existe, pai. Quem vai tratar de si?*
- Os lugares são eternos parentes, Não deixamos que agonizem sozinhos. Foi o que disse o meu pai e rematou, com um trejeito de troça nos lábios:
- *É mentira o que eu disse ao rei. Ninguém morre sozinho.*
- (COUTO, 2016, p. 289-290).

A personagem Imani segue a orientação do pai na tentativa de matar o imperador como vingança pela morte da mãe. Apesar de amar Germano, Imani atende à vontade do pai como resignação ao sofrimento de sua família, na representação de uma guerra motivada por sentimentos que não se relacionavam à guerra.

Sombras da água (2016), assim como no primeiro romance da trilogia, divide-se em capítulos e, neles, a personagem Imani narra em primeira pessoa; de outro modo, os militares Germano de Melo e Ayres de Ornelas usam o discurso indireto, por meio de cartas. Os contrastes são apresentados na alternância de capítulos, explorando o ponto de vista dos colonizadores e das etnias que compunham o Estado de Gaza, gerando aspecto abrangente do contexto histórico narrado, em contraposição à narrativa histórica escrita pelos portugueses.

A narrativa apresenta, no início uma despedida. Na busca de socorro para Germano, Imani se despede de sua casa, de sua origem e de seu lugar de pertencimento. Na narrativa de Mia Couto, observa-se certo lirismo, pois, como se pode ver, nos recortes abaixo, a palavra adeus, por exemplo, revela com leveza a condição de fragmentação da personagem.

Tudo começa sempre com um adeus. Esta história principia por um desfecho: o da minha adolescência. Aos quinze anos,

numa pequena canoa, eu deixava para trás a minha aldeia e o meu passado. Algo, porém, me dizia que, mais à frente, iria reencontrar antigas amarguras. A canoa afastava-me de nkokolani, mas trazia para mais perto os meus mortos. (COUTO, 2016, p. 14).

(...) Dentro de mim um rio nascia. Fora de mim escoava o último dos rios. As duas águas, sem se tocar, se despediam. Tudo começa sempre com um adeus. (Ibidem, p. 384).

O relacionamento entre Imani e Germano sofre abalos após o episódio do tiro que feriu Germano, o português demonstra extrema repulsa a Imani “– *Foi ela que me matou!* – gritou, apontando para mim. – *Foi ela, essa puta*” (COUTO, 2016, p. 17). O casal tenta superar o ocorrido, porém as diferenças que os cercam são profundas. Ambos têm em seus corações o peso de amar uma pessoa tão diferente e pertencerem a mundos distintos. Pesa ainda a desconfiança mútua.

A obra dá sequência ao romance *Mulheres de cinzas* (2015), quando portugueses e moçambicanos viviam em guerra. Nesse ambiente inóspito, Imani e Germano estabelecem uma relação de cumplicidade, contudo o mundo circundante leva-os a refletir sobre suas diferenças; e logo surgem as divergências em contextos cotidianos.

Essa era a triste ironia do nosso tempo: enquanto em desespero procurávamos salvar um soldado branco, a poucos quilómetros dali se instalara um matadouro para milhares de seres humanos. No cruzar desses cegos rancores, nós, os Vaxopi, éramos os mais vulneráveis. Ngungunyane tinha jurado exterminar os da nossa raça como se fôssemos bichos que Deus se arrependera de ter criado. Estávamos entregues à proteção dos portugueses, mas esse amparo estava sujeito a temporários acordos entre Portugal e os Vanguni. (COUTO, 2016, p. 19).

A narrativa apresenta duas ações colonizadoras contra o povo moçambicano, uma realizada pela coroa portuguesa e outra exercida pelo imperador Ngungunyane. Segundo Mia Couto, é preciso dar voz aos derrotados, pois a história é contada pelos denominados como “vencedores”. Para o autor, é preciso ouvir a voz dos vencidos, em uma outra perspectiva histórica.

Essa visão de mundo que o autor apresenta sobre as guerras em Moçambique é fruto do seu dia a dia, tendo em vista que Mia Couto testemunhou a guerra da independência (1964-1975) e a guerra civil (1977-1992) do país. Assistiu aos conflitos inerentes à guerra que resultaram em deslocamentos e desterritorialização do indivíduo. Uma nação que tem seu lugar de pertença desconstruído pelo colonizador.

Em *O universo num grão de areia* (2019), Mia Couto diz que,

A pergunta pode ser esta: por que razão os escritores de Moçambique e Angola se lançam hoje na busca dessa identidade ilusória que é o passado? A primeira resposta é que talvez essa seja uma busca não apenas dos escritores de África, mas de todos os escritores de todos os continentes.

Um mesmo desamparo nos percorre a todos nós, de todos os cantos do mundo. Existimos entre um passado falsificado e um futuro cego em que não nos vemos. Nunca a humanidade viveu tão abastecida de contemporaneidade. Mas nunca antes sentimos tanto o presente como um tempo que não nos pertence. Porque este é um presente que não nos deixa estar presentes. Para além desse sentimento que é universal, há algo que me parece ser nosso, dos africanos chamados “de língua portuguesa”. É que estas nações olham a sua história por uma janela que não lhes pertence. A janela do nosso comboio é um vidro pintado. Nessa superfície baça se maquilhou uma tela de uma única dimensão. É este quadro pobre e empobrecedor que nos oferecem como inevitável janela. Nos nossos países, a narrativa nacionalista anunciou-se com a intenção de libertar a terra e os homens. O cumprimento dessa missão foi um ato de grande coragem. Mas a promessa de emancipação apenas se cumpriu pela metade e acabou criando uma visão muito simplista e redutora de nós mesmos. A narrativa dos antigos nacionalistas reduziu o passado a um estereótipo que serve para justificar privilégios e legitimar a ordem social vigente. Essa narrativa cegou a janela. Este discurso emparedou a paisagem. Do lado de dentro ficou um tempo falsificado. Do lado de fora ficaram passados que insistem em nos bater à porta. Muita dessa violência do nosso presente resulta desta exclusão de um tempo que é nosso e de que somos excluídos. (COUTO, 2019, p. 119 – 120).

Na relação entre colonizador e colonizado há o entrelaçamento entre raças e culturas, mediada pelos conflitos próprios do regime colonial. O autor apresenta, através de suas narrativas, a hibridização dos povos e, conseqüentemente, a influência entre culturas. Esses episódios históricos acabam por questionar o imperialismo cultural imposto pelos vencedores. Tais aspectos, podem ser identificados nos fragmentos:

– *Este venenoso pó espalhou-se pelo mundo. Este pó rasga a garganta, devora o peito e, no fim, provoca a cegueira das nações. Essa cegueira chama-se guerra.*

[...]

– *Peço-vos, meus antepassados: mostrem-me as vossas cicatrizes! Mostrem-me a veia aberta, exibam o osso quebrado, a alma rasgada. O vosso sangue é o mesmo que ali está, vermelho e vivo, naquela bacia.*

[...]

– *Este branco está quase a ficar pronto.*

– *O que quer dizer?* – perguntei, aflita.

– *Já está a perder os braços, depois vai perder as orelhas e, a seguir, as pernas. No fim vai ficar peixe. E voltará para os barcos que o trouxeram para África.*

[...]

– *Prepare-se, minha irmã: não tarda que fique sem a companhia desse branco* – disse ela, beliscando-se o braço. (COUTO, 2016, p. 39-40).

Não há como manter-se puro ou fiel às suas origens após o contato com outras culturas, a relação de poder não é favorável ao predomínio de raças e culturas, pois a miscigenação e o hibridismo pactuam com a convivência de pessoas de origens distintas. Um indivíduo jamais será o mesmo após uma viagem que o coloca frente a diversidades culturais. Segundo Edward Said (1995), todas as culturas estão mutuamente imbricadas, pois nenhuma é pura ou única, todas são híbridas. Conforme Said,

O fato é que estamos todos misturados de uma maneira jamais imaginada pela grande maioria dos sistemas educacionais nacionais. Associar o conhecimento nas artes e ciências a essas realidades integradoras constitui, a meu ver, o desafio intelectual e cultural do momento. (SAID, 1995, p. 405).

Para Canclini (2003), as culturas híbridas formam-se de pensamentos, de subjetividades e de fragmentos de identidades, mas que no processo de nacionalização, o estado dissemina formas comunitárias de convivência. No contexto de Moçambique, pode-se dizer que, enquanto o Estado pensava em

formar identidades influenciadas pela elite europeia, as sociedades formavam-se de identidades fragmentadas, com traços identitários do colonizado e de seus ancestrais. Segundo Canclini,

Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturaram em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais. As diversas formas em que os membros de cada grupo se apropriam dos repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais geram novos modos de segmentação. (CANCLINI, 2003, p. 23).

Essa inserção do indivíduo em outra cultura propicia a fragmentação da identidade e em seguida a sedimentação de múltiplos aspectos identitários nesse mesmo indivíduo.

No período em que Mia Couto escrevia *Sombras da água* (2016), ele esteve nos Açores, onde o imperador Ngungunyane e três dos seus súditos foram exilados até a morte, onde, também, moraram as sete mulheres do imperador, que o acompanharam às terras portuguesas. No lugar de exílio, Mia Couto encontrou os descendentes do imperador, que contribuíram com a sua pesquisa para composição da obra. E mais uma vez pode-se ver a hibridização no narrar os fatos, ou seja, os contrapontos da história contada por colonizadores e colonizados.

Sombras da água (2016) possui representação simbólica expressiva em relação ao rio, pois esse elemento, em vários momentos da narrativa, representa uma personagem. Sua presença pode ser identificada no início da trama, ao navegarem pelo rio Inharrime em busca de socorro para o sargento Germano, com indicação espacial, representando um caminho para outro lugar. E também no último capítulo da obra, intitulado “O rio derradeiro”, significa a saída de Imani do continente africano.

Na saída de Nkokolani, segue no barco com Imani e Germano, o pai de Imani, o irmão Mwanato e a amiga italiana do sargento, Bianca Vanzini. Durante o trajeto para Manjacaze, eles resolvem parar no local de encontro entre os rios Inharrime e Nhamuende. Ao seguirem viagem, avistam a igreja do padre que alfabetizou Imani, Padre Rudolfo Fernandes, e percebem que estão

em Sana Benene. Ali, Imani se encontra com Bibliana, a feiticeira, e esta cura o sargento Germano de Melo, conforme se vê no trecho abaixo, com métodos estranhos aos olhos dos cristãos europeus.

Após a demorada evocação dos antepassados, Bibliana colocou à cabeça uma Virgem feita de gesso, envolta em fitas de uma impecável alvura. A multidão calou-se e todos se prostraram no solo. A adivinha desceu a ladeira e abraçou-se à estátua para juntas mergulharem no rio. Lançou sobre as águas um pano estampado que chamamos de capulana e proclamou:

– *Não lavamos no rio. É ao contrario: o rio é que se lava em nós.*

E pousou a capulana molhada sobre os ombros do português. (...). (COUTO, 2016, p. 52).

Ao colocar em um mesmo capítulo as personagens padre Rudolfo Fernandes e a feiticeira Bibliana, que tem em seu nome uma alusão a literatura cristã – bíblia, Mia Couto demonstra neste núcleo de personagens a complexidade religiosa do Estado de Gaza. O confronto vivido pelas personagens não é apenas territorial, mas também ideológico, político e religioso.

A questão da religiosidade das etnias do sul de Moçambique era algo que incomodava os dirigentes portugueses que estavam à frente das ações colonialistas. Tanto que o Serviço de Centralização e Coordenação de Informações realizou levantamento de curandeiros e feiticeiros no sul de Moçambique, compilando esses dados em forma de relatórios, como o que segue nas figuras abaixo:

Figura 06 – Relação de curandeiros e feiticeiros

179

S.  R.

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

Governo do Distrito de Inhambane

GABINETE DA ZONA
- DE -
ACÇÃO PSICOSSOCIAL

= CONFIDENCIAL =

Ao Exmo. Sr. DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO E
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

= LOURENÇO MARQUES =

Inhambane, 7 de Janeiro de 1965.-

N.º 628/A/37

Aut. de se

REF.º - ofício nº. 3534, de 7.12.1964:

1 - Junto envio a V. Ex.ª, as relações dos feiticeiros das áreas Vilanculos (2ª e 3ª relação), Zavala, Govuro, Inhambane, Homoine, Panda e Morrumbene.

2 - Falta apenas Massinga enviar os elementos solicitados várias vezes e logo que sejam recebidos serão imediatamente remetidos a V. Ex.ª.

A Bem da Nação.


GOVERNADOR,

José Dinis P. Salvador Paralta
Médico de 1ª classe


TORRE
TOMBO

JM/MF.

S. C. C. I.
ENTRADA N.º 244
Data 11/1/65
Proc. L/19

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 07 – Relação de curandeiros e feiticeiros

239

S.  R.

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE
GOVERNO DO DISTRITO
DE
MANICA E SOFALA
GABINETE DO GOVERNADOR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE
INFORMAÇÕES
LOURINÇO MARQUES

N.º 372/SDI

CONFIDENCIAL
MD/MP
18/15

*Ofício se pretende
e me enviar que falta
e me aguardar 11/11/64*

1ª) - Em referência ao ofício n.º 1286 do corrente ano se informa V.Exa. que já foi dada resposta ao ofício n.º 938/SDI de 14.12.63 ao qual esses Serviços também já responderam com o ofício n.º 2 do corrente ano. A honra de informar V.Exa. que estes Serviços pretendem que sejam enviadas em conjunto as listas de todos os divisões administrativas.

2ª) - Mais se informa que nesta data se insistiu de novo com as respostas do Dondo, Cheringoma, Marroneu e Sofala, únicas em falta, para assim serem enviadas todas em conjunto como é desejo de V.Exa.

A SEM DA NAÇÃO

Lourinço Marques, 2 de Junho de 1964

A SEM DA NAÇÃO
O Director, Interino, dos Serviços de Informação
TOMBO

Beira, 27 de Maio de 1964.

A. Inocêncio Fernandes de Freitas
O GOVERNADOR DO DISTRITO,

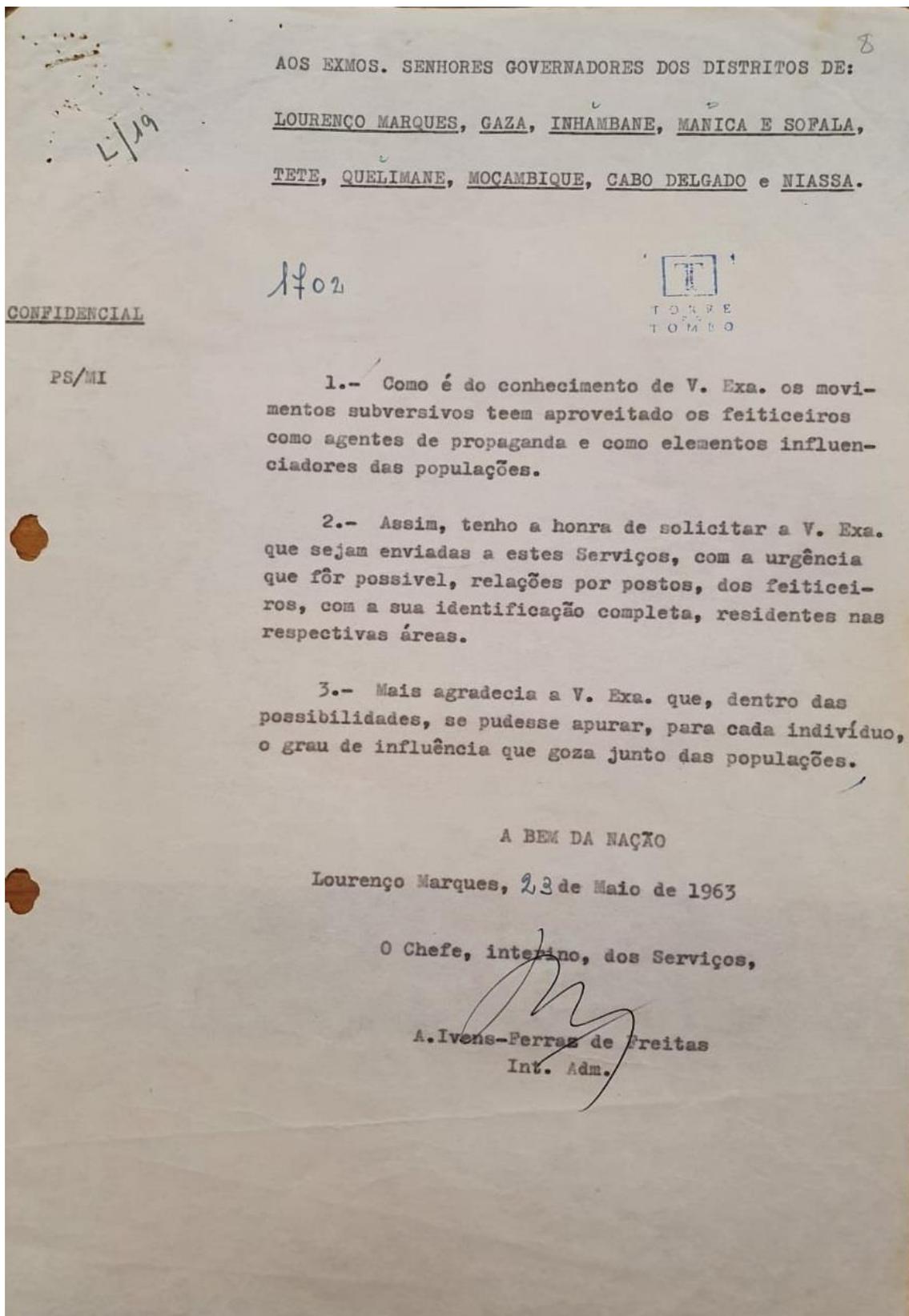
Francisco Castelo Branco Galvão
Francisco Castelo Branco Galvão
Juiz-Desembargador

S. C. C. I.
ENTRADA N.º 3378
Data 11/16/1964
Proc 1/19

mt

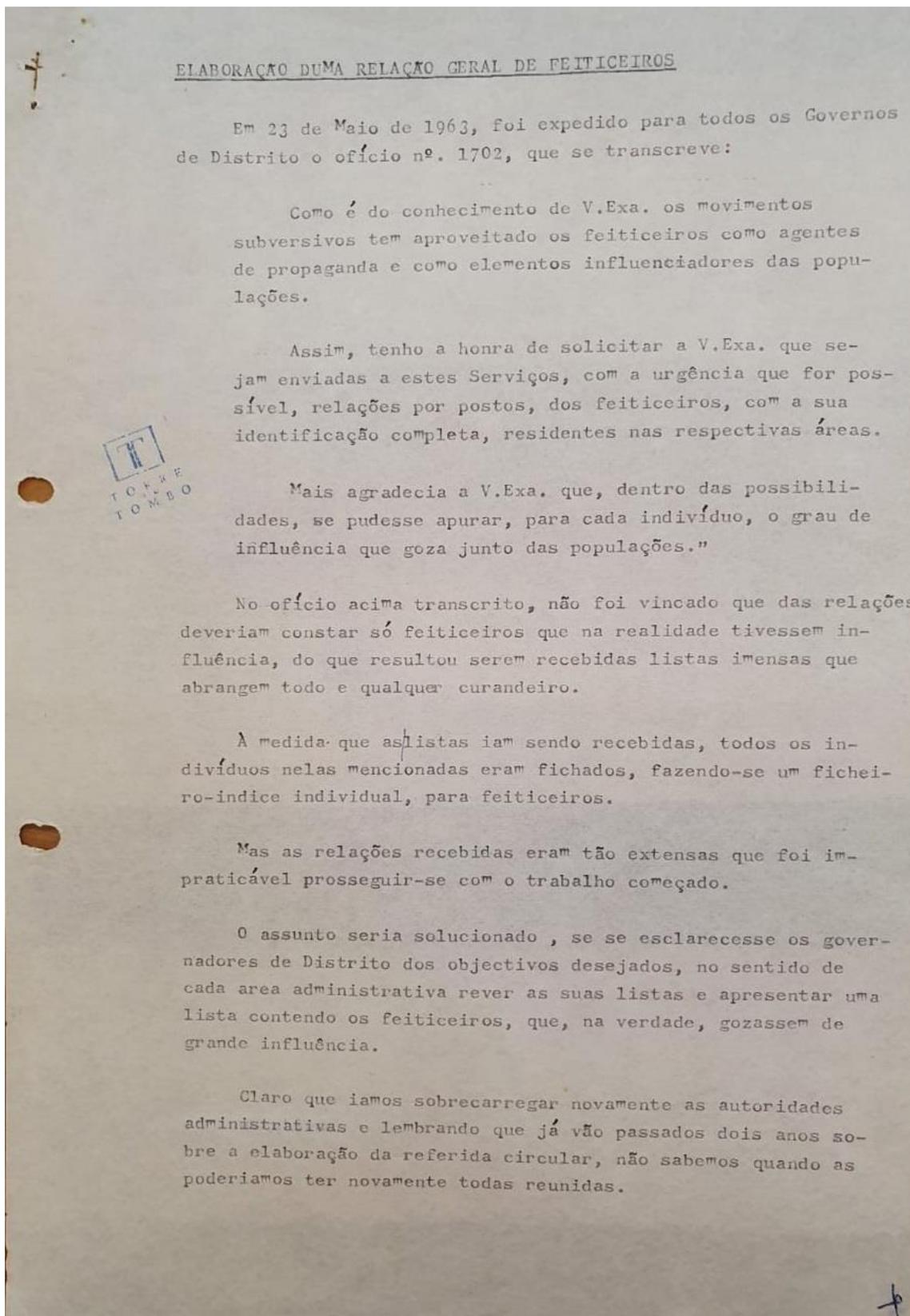
Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 08 – Relação de curandeiros e feiticeiros



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 09 – Relação de curandeiros e feiticeiros



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 10 – Relação de curandeiros e feiticeiros

234

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE
DISTRITO DE GAZA
ADMINISTRAÇÃO DA CIRCUNSCRIÇÃO DO LIMPOPO
POSTO ADMINISTRATIVO DO PAFURI

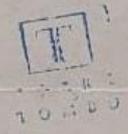
Relação dos feiticeiros

PENICELA BALOI - Filho de Tsovamambo Baloi e de Uamahuhucha, natural da regedoria Munhamane, Posto Administrativo de Massingir e residente na povoação do Chefe de grupo Macandezulo, da regedoria Mapai.
É feiticeiro de pouco prestígio e só é consultado por nativos daquela área.

Posto Administrativo do Pafuri, 28 de Julho de 1963.-

O Chefe do Sub-Sector,


João José Africano da Costa
Adj. Adm. Posto

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 11 – Relação de curandeiros e feiticeiros

126

SERVIÇO DE ACÇÃO PSICOSSOCIAL
GABINETE DA ZONA DE GAZA
SUB-SECTOR DO ALTO CHANGANE

--- Relação solicitada pela circular-confidencial nº 322/A/10,
de 5 de Junho do ano em curso, do Gabinete de Zona de Gaza:---

REGEDORIA	CHEFE	N o m e s
Machiqueuane	P.R.	Macacha Macamo Chupo Saveca Chiforice Chilengue Jamite Macamo Uamarumbe Mazive Chupasse Jambai Nengueza Macamo Tavasse Mabunda Davambe Machava
"	CHIUANGA	Massumane Mucavele Comane Tumbo Mugono Macamo Punganhane Macuácuá Uabajanhane Boene Muchaúlo Macuácuá Fada Chongo
"	MITINE	Teto Nhone Mobane Jivi Manhica Monjane Nhamaone Macamo Maginguani Mudlhovo Chitsemi Valaze
"	MUBÓXUA	Uachapo Biza Magangatani Macuácuá Munhamani Sitori Cavani Sitori Zinhane Macheque Munhambazi Tivani Maria Mubetei
FUNGUANE	P.R.	Pomacazi Chongo Nuachilakuani Novela Ndungeni Mabuia Manhanganje Macie Mabuiaua Machava Mufananguake Sitori Mutunua Utui Cotasse Chauque Urrombo Chauque Chipissane Machava Chicumbanjani Uqueio Bonisse Ngovene Bompe Muchanga Nuachiloketi Novela Majijane Chilengue Nguinji Chilengue Manbuyawani Machava Magave Marrindzi Macheve Cuinica Chimaji Machele Udiumuni Novela Teiassi Tivane Gumbanhane Machava
"	CUCUMEZANE	Conduane Jovo Manhaia Jovo Mainjua Novele Ngezimane Ussivani Mapoissane Utuve Mona Cumaio Gabriel Novela Chicumba Jovo Sabão Muchanga Mabaiara Chauque

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 12 – Relação de curandeiros e feiticeiros

130

RELAÇÃO DOS CURANDEIRO E FEITICEIROS QUE EXERCEM A SUA PROFISSÃO
NA CIRCUNSCRIÇÃO DO LIMPOPO

JONA MATUASSA	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 44 anos de idade provável, filho de Chengene e de Uachicogo, natural e residente nas terras do P.R. Chidulo.
JOÃO BAVANDINACCHIRINDZA	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 53 anos de idade provável, filho de Bavandina. Natural e residente nas terras do P.R. Chidulo.
MACHEVO CAÚQUE ou MATOSSANE	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 55 anos de idade provável, filho de Chale e de Munene, natural e residente nas terras do chefe de grupo Chale, regedoria Chicualacuala. Com muito prestígio.
INGUANE TIVANE	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 54 anos de idade provável, filho de Cave e de Uachisseque, natural e residente nas terras do chefe de grupo Dumela, regedoria Chicualacuala.
MUCOMBO CHAÚQUE	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 65 anos de idade provável, filho de Matimisse de de (?), natural e residente nas terras do chefe de grupo Chale, regedoria Chicualacuala.
UACULUNGUANE CHIVITE	- <u>Feiticeira</u> . Casada, 35 anos de idade provável, filha de Culunguane e de Uadubula, natural e residente nas terras do chefe de grupo Combomune, regedoria Matsambo.
MATOMBOZANA MAGODA	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 40 anos de idade provável, filho de Machavela, natural e residente nas terras do P.R. Chitanga.
MUHULO CHAÚQUE	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 59 anos de idade provável, filho de Rulane e de Uatsatsela, natural e residente nas terras do chefe de grupo Meguzalala da regedoria Chicualacuala.
TSATSUAUNE CHACHA	- <u>Curandeira</u> . Casada, 30 anos de idade provável, filha de Tsunde e de Uamachau, natural e residente nas terras do chefe de grupo Matsambo regedoria Chicualacuala.
CHIRRAMÉ MACHAVA	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 66 anos de idade provável, filho de Halata e de Mahohoche, natural e residente nas terras do chefe de grupo Manguana regedoria Chicualacuala.
UAHAMA CHAÚQUE	- <u>Feiticeira</u> . Casada, 39 anos de idade provável, filha de Machau e de Usuai, natural e residente nas terras do chefe de grupo e regedoria Chitanga.
UACHICOCHÉ SIMANGO	- <u>Feiticeira</u> . Casada, 37 anos de idade provável, filha de Chicche e de Uamatsambo, natural e residente nas terras do P.R. Chitanga.
MUTIVO CHAÚQUE	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 29 anos de idade provável, filho de Muhulo e de Muchava, natural e residente nas terras do chefe de grupo Meguzalala da regedoria Chicualacuala.
MANGOLE MACHAVANE	- <u>Curandeiro</u> . Casado, 46 anos de idade provável, filho de Dumela e de Came, natural e residente nas terras do chefe de grupo Macassane regedoria Chicualacuala.

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 13 – Relação de curandeiros e feiticeiros

144

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE
DISTRITO DE GAZA
ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DOS MUCOPES

Relação dos Curandeiros e Feiticeiros da Área da Sede.

RIBEDORIA MACUPULANE

N o m e	Chefe de Grupo	Grau de influência	OBS.
Halima Magulanhane	Maguele P.R.	É influente	Mulher
Meriamo Langa	" "		"
Machelele Manjate	" "	É influente	
Marta Langa	" "	" "	Mulher
Maiocote Chemane	" "		"
Francisco Tovele	" "	É influente	
Rindau Simbine	" "		Mulher
Guilichane Langa	" "	É influente	
Iungasse Baule Miambo	" "	" "	Mulher
Diachane Langa	" "		
Casao Pereida Costa	" "		
Uamavanganhe	" "		
Chimenda Bamo	" "	É influente	
Chuanhane Sajone	" "	" "	Mulher
Luisa Tamele	" "		Mulher
Tomar	" "		
Maceda Bamo	" "		
Neuasse Langa	" "	É influente	Mulher
Elisa Pedro Tamele	" "	" "	"
Lídia Langa	" "		"
Limão	" "		"
Lúcia Nhancala	" "		"
Luis Novelo	" "	É influente	
Paunde Chilunzo	" "		
Utissimbi Chissaque	" "		
Nhachuane Tamele	" "		
Caringane Tovele	" "		
Catarina	" "		Mulher
Mandenda Cuco	" "		
João Mazive	" "		
Munhica Moiane	" "		
Sitefane Langa	" "		
Cuiuma Langa	" "		
Manguissa Cossa	" "		
Estação Banze	Cuanguacha		Mulher
Uamudecuane Tamele	"		"

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 14 – Relação de curandeiros e feiticeiros

(Continuação)

REGEDORIA MACUPULANE

<u>N o m e</u>	<u>Chefe de Grupo</u>	<u>Grav de influência</u>	<u>Obs.</u>
Cotasse Tamele	Cuanguacha		Mulher
Gueleguele Tamele	"		"
Mudungo Tamele	"		"
Afonso Cuna	"	É influente	
Uassiquete Munguambe	"		
Massasse Vilanculo	"		
Francisco Macamo	"		
Uachissa António Nhancale	Quicimasse		
Matimbiane Nhancale	"		Mulher
Amade Nhancale	"	É influente	"
Chiquimão Nhancale	"	" "	"
Ussiuna Nhancale	"	" "	
Ana Nhancale	"	" "	Mulher
Jacinto Nhancale	"		
Madide Boa	"		
Uachissa Chiramelane	Langa Gele	É influente	Mulher
Lucia Abilio Cuco	Jele		"
Júlio Cuco	"		
Cassamuane Sorota Cuco	"		Mulher
Ernesto Matimba Cuco	"		
Ezequiel Cuco	"		
Arone Cuco	"		
Michicane Tovele	Chicocololo		
Gavene Ruco	"		
Alima Manjate	Guechene	É influente	Mulher
Malicende Manjate	"	" "	"
Rosita Manjate	"		"
Celeste Manjate	"		"
Capitine Manjate	"		
Mamuquelane Cuco	"		
Jocia Mazamba Langa	Chilumbele	É influente	
Drestina Mula	"		Mulher
Chindoto Cossa	"	É influente	
Nharuluque Cossa	"		
Garcia	"		
Amosse Langa	"		
Maria Langa	"		Mulher
Faiela Langa	"	É influente	
Chidacua Langa	"	" "	
Uamaguingui Langa	"		

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 15 – Relação de curandeiros e feiticeiros

146

(Continuação)

N o m e	Chefe de Grupo	Grau de influência	OBS.
Massanguane Manjate	Michonane		Mulher
Simaila Mirende	"		"
Basse Langa	"		"
Jemane Langa	"		
Chinhanga Langa	Nhaondole		
Uachissa Buque	"		Mulher

— Secretaria Da Administração do Concelho dos Muchopes, em Marjacaze, aos 2 de Outubro de 1963.—

O Administrador,

Antônio Júlio de Campos
Adm. de circ.

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 16 – Relação de curandeiros e feiticeiros

147

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE
DISTRITO DE GAZA
ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DOS MUCHOPES

Relação dos Curandeiros e Feiticeiros da área da Sede.
REGEDORIA COOLELA

<u>N o m e</u>	<u>Chefe de Grupo</u>	<u>Grau de influência</u>	<u>OBS.</u>
Rabeca S. Mause	P. R.	É influente	Mulher
Penfasse Moiane	" "	" "	"
Zefanias Cavele	" "	" "	"
Boquissuane Mabunda	" "		
Tene Bango	" "		
Cotasse Mate	" "		Mulher
Buteiane Bembele	" "	É influente	Mulher
Matulutulo Sumbane	" "	" "	Mulher
Ugazite Gazite	" "		Mulher
Jeiene Mate	" "		
Matavissane Sitoi	" "		
Mabanjasse Machava	" "		Mulher
Maibasse Mate	" "		Mulher
Davasse Matusse	" "		Mulher
Catazane Tivane	" "		Mulher
Neiasse Sitoi	" "		Mulher
Checuisse Mazivila	" "		Mulher
Celina Monjane	" "	É influente	Mulher
Muzamussane Tivane	" "	" "	Mulher
Novanine Bila	" "		Mulher
João Chambisso	" "		
Teiasse Sitoi	" "		Mulher
Iotasse Muchanga	" "	É influente	Mulher
Munhembezane Mutumane	" "		Mulher
Nhacuavane Muchanga	" "	É influente	Mulher
Machocozone Monjane	" "		Mulher
Johane Mutuque	" "	É influente	
Machasse Mulate	" "	" "	Mulher
Rosa Matavele	" "		Mulher
Uachimangane Chone	" "		Mulher
Cauaine Tivane	" "		
Manhaia Sitoi	" "		
Touasse Mate	" "		Mulher
Matilde Sigauque	" "		Mulher
Tavasse Gazite	" "		Mulher
Mevasse Lombole	" "		Mulher
Puassane Massuco	" "		Mulher
Mona Sitoi	" "	É influente	

T
TORRE
TOMBO

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 17 – Relação de curandeiros e feiticeiros

105

13.3.1.2 - Pelo seu "Boletim de
 Informaçoes" n.º 45/64, de 9.5.64 e seu
 aditamento ao Boletim n.º 17/64, transcritos,
 o jovem ~~de~~ do distrito em causa
 que ~~em~~

"Na região do Chidenguele
 (Concelho dos Muchôtes) nota-se
 que aparecem indivíduos
 entre os 20 + 30 anos com
 cabelos bastante compridos.
 ZIZÉ, nesta área, que
 diz "homens de cabelos
 crescidos".

13.3.1.3 - Sobre o assunto não
 foram recolhidos, nos S.C.C.T, quaisquer
 outros elementos, ~~que~~ pelo que não
 é possível avaliar a actual, e
 sua extensão, desta realidade e a sua
 atitude perante a Subversão.

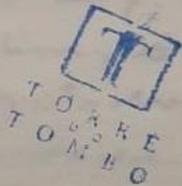

 TORRE
 TOMBO

Figura 18 – Relação de curandeiros e feiticeiros

106

13.3 - IGREJAS E SEITAS RELIGIOSAS

13.3.1 - Durante o ano de 1964 não foram recebidos, nos S.C.C.I., quaisquer elementos, com excepção do constante no "Boletim de Informaçoes" nº 17/1964, de 7.2.1964 do governo do distrito de Gaza e de teor seguinte:

SEITA ZIZE

(Seita dos muelhos, ou seja dos indivíduos que resolvem os seus assuntos de noite)

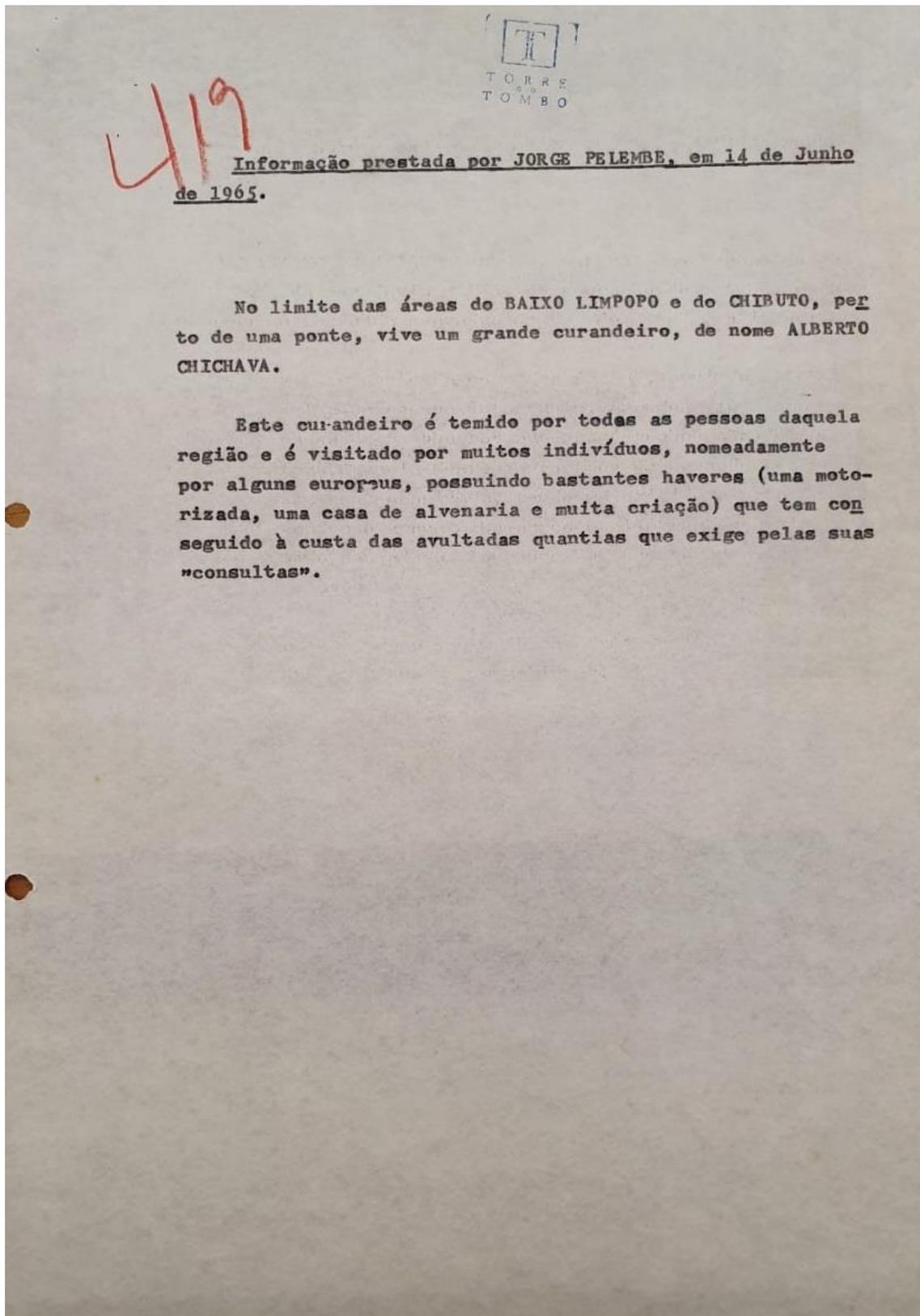
Na freguesia de LANGAZITA -

Cópia o B.I

13.3.1.1 - É de notar a presença de elementos de outros creídos e a atitude perante o governo português e a fuga de nativos para o exterior.

É de notar, também, que depois de reunião pública se realizou outra ~~reunião~~ reunião restrita aos "cabecilhas", procedimento usual para fugir à repressão dos informadores e como já se encontra referido no nº 13.3.5.1 do "Boletim de Informaçoes" de 8.11.1963.

Figura 19 – Relação de curandeiros e feiticeiros



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figura 20 – Relação de curandeiros e feiticeiros

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE
DISTRITO DE GAZA
CIRCUNSCRIÇÃO DE MAGUDE
POSTO ADMINISTRATIVO DE MAPULANGUENE

-0-

Relação nominal dos feiticeiros desta Sub-divisão:

Nome	Identificação completa	Naturalidade	Residência	Grau de influência junto das populações
Mechaque Sitee	Filho de Chinangue e de Quissse Moiana, casado, de 46 anos de idade provável.	Mapulangue, Regedoria Chimonhana.	Mapulangue, Regedoria Cuumbate.	Muito influente
Chicumbo Mujevo	Filho de Chibube, casado, de 38 anos de idade provável.	Mapulangue, Regedoria Cuumbate.	Mapulangue, Regedoria Messa.	Muito influente

Secretaria do Posto Administrativo de Mapulangue, 15 de Junho de 1963.-

O ADMINISTRADOR DO POSTO,

Júlio Carlos do Espírito Santo Leonor
Adm. de Poste

Figura 21 – Relação de curandeiros e feiticeiros

depl. cad.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE GAZA.-

JOÃO BELO

RELACAO DOS NOMES DOS CURANDEIROS DA ÁREA DO REGULADO

CHILUANE.-

✓ 1-Moiasse Nhimane, filho de Malezulane e de Ihamaze,
 ✓ 2-Macclua Macamo, filha de Roldão e de Moiasse,
 ✓ 3-Julia Sitoia, filha de
 ✓ 4-Riogo Dava, filho de
 ✓ 5-Dondane Mucavele, filho de
 ✓ 6-Mandau Mariquele, filho de
 ✓ 7-Titasse Jamine, filho de
 ✓ 8-Mangaiaso Manhique, filho de Madolo
 ✓ 9-Uahalate Zimila, filha de Daude Zimila e de Gufesse
 ✓ 10-Savene Macano, filho de Cuihane e de Dumacude

ÁREA DO CHEFE ZIMILENE CHILUANE.-

✓ 1-Sebastião Zita, filho de Maculane e de Machasse, Povoação Nº 46
 ✓ 2-Canhessa Zimila, filho de Tope e de Malasse, povoação Nº 26
 ✓ 3-Adelina Zita, filha de Manhanga e de Vulane, povoação Nº 70
 ✓ 4-Cumbene Boca, filho de Changane e de Chacaza, povoação Nº 4 76
 ✓ 5-Chocombane Balane, filho de Chotane e de Uajosse, Pov. Nº 431
 ✓ 6-Teasse Cavele, filha de Chihovane e de Uacumbe, povoação Nº 305
 ✓ 7-Dumane Machavane, filho de Matuele e de Wangemais, Pov. Nº 876
 ✓ 8-Mutiasse Zimila, filha de Chiriluané e de Malulecane, Pov.
 ✓ 9-Muneuasse Zimila, filha de Pangala e de Uapenege, Pov. Nº 660

ÁREA DO CHEFE CHONGOANINE -CHILUANE.-

✓ 1-Motasse Machine, filha de Chigensze e de Uachivita, Pov. Nº 181
 ✓ 2-Titasse Mabai, filha de Chicoche e Muhotuanhane, Pov. Nº 500
 ✓ 3-Chigumerhane Manhique, filha de Chifile e Lalage, Pov. Nº 44
 ✓ 4-Simangueia Bocaze, filha de Gogote e Uticaze, Povoação Nº 401
 ✓ 5-Cholasse Machuza, filha de Bapitane e Galapse, povoação Nº 704
 ✓ 6-Mutiasse Mula, filha de Muwaisso, e de Machinde, Povoação Nº 818
 ✓ 7-Dizanova Machai, filho de Cufene e de Nhundasse, Povoação Nº 413
 ✓ 8- António Cossa, filho de
 ✓ 9-Julia Mahumane, filha de Mapanguelane e de Cavane, Pov. Nº 44

ÁREA DO CHEFE BALANINE-REGULADO CHILUANE.-

✓ 1-Eugénio Chianguela, filho de
 ✓ 2- Janzene Tembe, filho de
 ✓ 3-Manchesse Massingue
 ✓ 4-Musavene Maiene
 ✓ 5-Mavatane Navunga
 ✓ 6-Cochene Chitlhango
 ✓ 7-Munguno Novunga
 ✓ 8-Machacane Simango
 ✓ 9-Chitucu Chilaule
 ✓ 10-Marumbine Matusse
 ✓ 11-Massinguitane Manjete

ÁREA DO CHEFE CHILAUENE-REGULADO CHILUANE.-

✓ 1-Cochene Chitlhango, filho de Uanchanhel e Teasse, Pov. Nº 82
 ✓ 2-Munguno Mavunga, filho de Macavelane e Petasse, Pov. Nº 754
 ✓ 3-Povo Macandza, filho de Maguvane e Minuasse, povoação Nº 48
 ✓ 4-Madacane Simango, filho de Deylua e Tombissana, povoação Nº 135
 ✓ 5-Chitucu Chilaule, filho de Bocota e Nuapunguene, povoação Nº 214
 ✓ 6-António Chilaule, filho de Mugugu e Tombissane, povoação Nº 106
 ✓ 7-Marumbine Matusse, filho de João e de Gaveya, povoação Nº 279
 ✓ 8-Massinguitane Manjete, filho de Malalane e Matimbe, povoação.

FORAM FEITAS FICHAS
 DATA 4/9/63

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

É curioso o fato de a maioria dos feiticeiros e curandeiros identificados serem mulheres, assim como na obra de ficção de Mia Couto. O autor trabalha a religiosidade do povo moçambicano, possibilitando ao leitor a percepção do significado cultural da religiosidade do país. No período da colonização o monitoramento desses líderes religiosos dava-se devido a influência que exerciam sobre os povos.

Em *Sombras da água* (2016) a feiticeira Bibliana exerce grande influência sobre Imani e seus familiares e devido a convivência forçada pelo processo colonial o cristianismo e as religiões oriundas das etnias que habitavam o sul de Moçambique se aproximaram. As relações sociais minimizaram os conflitos ideológicos.

Na narrativa padre Rudolfo e Bibliana mantinham uma relação conjugal, mesmo pensando e agindo com ideologias religiosas que se confrontavam. Mia Couto engendra, através dessa relação amorosa, bem como pela relação das personagens protagonistas Imani e Germano, o processo de hibridização pela convivência forçada em meio à guerra. Observe o trecho a seguir:

Envergando uma túnica vermelha com panos brancos atados à cintura, Bibliana ajoelhou-se no centro daquela imensa moldura de gente. Fez-se absoluto silêncio enquanto ela evocava os antepassados. Enumerou-os um por um, numa infindável lista, como se os estivesse recebendo à porta de casa. Aprendi que há uma diferença fundamental no modo como brancos e negros tratam os falecidos. Nós, os negros, lidamos com os mortos. Os brancos lidam com a morte. Foi esse desencontro que Germano enfrentou ao enterrar o cantineiro Francelino Sardinha. Aquela cerimónia de despedida era um modo de pedir licença à morte para esquecer o morto. (COUTO, 2016, p. 52).

A narrativa coutiana relaciona as diferenças culturais e religiosas entre os povos negros e brancos que conviviam no Estado de Gaza. O estranhamento na aproximação de culturas distintas gera diversos conflitos de convivência e, como se está falando de um período colonial, os povos em situação de subalternidade eram hostilizados e massacrados pelo imperialismo cultural europeu.

Contudo, para o cientista político Samuel P. Huntington (1997), o continente africano não possui uma civilização genuína, pois o norte de África

possui uma civilização islâmica e a civilização ocidental adentrou o continente no século XV pelo movimento colonial. Em Moçambique, esse entrelaçamento cultural é uma peculiaridade pela localização geográfica, por isso a região é nominada de África Austral.

Segundo Huntington (1997), o choque de culturas provoca o conflito entre civilizações, as tradições e as características religiosas, históricas, linguísticas e culturais são diferenças fundamentais, muito além das diferenças políticas e ideológicas, para ele essas diferenças geram conflitos.

No romance, um exemplo desses conflitos é o embate constante que ocorre entre as personagens Imani e Germano de Melo. Apesar do sentimento que cultivam um pelo outro, as diferenças culturais lhes saltam aos olhos a todo o momento. Os interesses de ambos divergem, bem como seus discursos e o lugar de onde falam. Imani tem em sua narrativa um discurso voltado para suas origens, conforme se percebe no trecho:

Aquela mítica criatura das águas não podia ser enfrentada sob risco de nos secarem os olhos e definhar o cérebro. Aquele deus dos rios que convoca os sismos e traz a chuva não podia ser perturbado. O meu irmão benzeu-se, o meu pai foi remando com mil cuidados, evitando o mínimo ruído. E pensei: os rios já foram nossos irmãos, costurando uma líquida teia que nos protegia. Agora aliaram-se aos nossos inimigos. E tornaram-se serpentes de água, tortuosos caminhos por onde viajavam anjos e demônios. (COUTO, 2016, p. 22).

Germano de Melo, por sua vez, traz em si o discurso do europeu, do colonizador. Por meio de cartas, o sargento Germano foi orientado pelo tenente Ayres Ornelas a voltar a Portugal, mas condicionou o seu retorno à companhia de Imani. Todavia, quando ocorre o confronto entre Germano e Mwanatu, Imani atira contra Germano atingindo-lhe as mãos, esse episódio traz à tona suas diferenças. Veja os trechos:

A verdade é esta: não sei se quero partir sem companhia dessa mulher. Quando primeiro concebi esta carta, decidi que lhe comunicaria frontalmente mas sem afronta o seguinte: sem Imani não viajaria para lado nenhum. Mas agora hesito. O meu maior receio não é ofender Vossa Excelência. É antes não ser verdadeiro comigo mesmo. O que se passa é que essa moça é agora o meu destino, a minha pátria. Continuará sendo assim amanhã? Será que o amor dessa negra por mim é

completamente desinteressado? Não serei apenas um passaporte para que ela se afaste de seu lugar e do seu passado? (COUTO, 2016, p. 46)

Perguntar-se-á Vossa Excelência como mantenho tanto apego por uma rapariga que disparou contra mim e desse modo para sempre me mutilou? Não sei responder, Excelência. Será que foi ela a culpada? Será que me lembro com rigor do que sucedeu? (Ibidem, p. 47).

Os conflitos culturais e sociais são evidentes na relação de Imani e Germano de Melo. Cada qual a seu modo evidencia uma relação construída de desconfianças. Apesar do sentimento que os aproxima, as diferenças os afastam no conflito de guerra. Para Imani, uma guerra em busca de liberdade, já para Germano de Melo uma guerra de ocupação territorial.

No decorrer da narrativa, Germano comunica a seu superior que precisava ir a Manjacaze para atendimento médico, e, por isso, tentou convencer o tenente Ayres de Ornelas que sua permanência na África era importante no auxílio da captura de Ngungunyane. O tenente informou que estava em Chicomo, com a difícil missão da rendição do imperador e de seus súditos, ignorando os argumentos do sargento.

Através do enlace amoroso de Germano e Imani, Mia Couto apresenta o indivíduo que independente de origem étnica encontra-se em um ambiente de hostilidade e que seu opositor pode se tornar uma pessoa próxima. As etnias moçambicanas, bem como os portugueses sentiam-se perdidos em relação à guerra. Já não entendiam pelo que lutavam e, muitas vezes, buscavam apenas sobreviver naquele ambiente hostil.

E não eram apenas os grupos étnicos que compunham o Estado de Gaza, que não se entendiam, já que em diversos momentos da narrativa os militares portugueses divergiam entre si, como se pode ver no trecho:

É verdade que profundas diferenças nos separam. Com os meus vinte e nove anos, sou um monárquico convicto. Você é uma meia dúzia de anos mais novo e foi deportado para Moçambique por causa das suas convicções republicanas. Curiosos desencontros: em África estamos na mesma trincheira; em Portugal estamos em opostas barricadas. Confesso-lhe, meu caro: se a República vencer, demito-me do exército e não mais viverei em Portugal. Você foi exilado pela monarquia. Eu serei a monarquia no exílio. (COUTO, 2016, p. 29).

Deixe-me dizer, sem panos quentes: como militar você é um desastre. Pensa demasiado, interroga-se sobre a legitimidade da guerra, não tem ambições de carreira. E vive há tanto tempo e tão intensamente entre os africanos que lhes vai descobrindo laivos de humanidade. Eu mesmo confesso: das vezes que mais me aproximei dessa gente acabei em confissões lamechas como a carta que escrevi à minha mãe relatando a minha intensa emoção ao escutar os sublimes cânticos dos Vátuas. Falo, pois, com experiência própria: todas essas circunstâncias emocionais enfraquecem um soldado porque o tornam débil e hesitante. E mais grave ainda porque, acontecendo em plena guerra, essa promiscuidade acaba por confundir as fronteiras entre o nosso território e o do adversário. (Ibidem, p. 137-138).

A guerra entre colonizador e colonizado tornou-se cruel a cada dia, principalmente pelo fato de que essa guerra atingia a população nativa em diversos conflitos, pois ora a guerra era contra a coroa portuguesa, ora contra o império de Gaza. Mas também ocorriam os conflitos entre as etnias que habitavam aquela região, “*Quantas guerras há dentro de uma guerra? Quantos ódios se escondem quando uma nação manda os seus filhos para a morte? (COUTO, 2016, p. 86)*”. As mortes ocorriam em todos os espaços e vitimava nativos e portugueses. Entretanto, morriam mais nativos que portugueses.

As posições conflitantes entre colonizador e colonizado criam animosidades entre Imani e Germano de Melo, devido as suas origens. Todavia a hibridização das personagens é indicada pela educação europeia de Imani e pela imersão do sargento Germano na cultura moçambicana. O resultado desse processo de colonização é impactante para colonizador e colonizado, pois ambos sofrem transformações pelo contato com culturas distintas.

Imani tem em si o conflito de viver ou deixar-se morrer e, portanto, questiona o cuidado que tem na recuperação da saúde de Germano, enquanto o seu povo morre pelas mãos dos portugueses e do imperador de Gaza. Germano, por sua vez, é impactado pela cultura de Imani e o processo de aculturação é tão forte, que, às vezes, ele mesmo questiona a coroa portuguesa quanto à colonização.

Germano de Melo em sua nona carta ao tenente Ayres de Ornelas apresenta-se confuso em relação ao seu local de pertencimento e suas

funções como militar no sul de Moçambique, aspecto observável na passagem abaixo:

Triste modo de Vossa Excelência me lembrar que, mais que tudo, sou soldado e sou português. Adeus, hospital suíço, adeus, Imani, adeus, meus sonhos de vida em Moçambique. Escrevo estas linhas com o mesmo desalento dos sepultados vivos que, sem esperança, fazem estremecer a tampa do caixão. É essa a minha prostração. Nunca mais terei amores, nem amigos, nem vizinhos. (COUTO, 2016, p. 223).

As mudanças provocadas pelo confronto transformam o colonizado pela imposição da cultura europeia, mas também o colonizador, já que este estabelece relações sociais de convivência e adaptação à cultural do “outro”. Germano já não tem Portugal como lugar de pertença, uma vez que a hibridização o transforma em um indivíduo fragmentado.

A desconfiança na relação entre colonizador e colonizado é permanente, a convivência é truculenta pela guerra declarada ao reino de Gaza. Todavia existiam guerras interiores travadas por cada indivíduo que se encontrava em meio a tantas guerras externas. Imani, por sua vez, sabia que os acordos estabelecidos em tempos de guerra poderiam ser rompidos a qualquer momento e, por isso, mantinha-se atenta a cada passo dos que estavam à sua volta.

A personagem sustenta-se por um fio divisor de tempo e age com o princípio de um eterno recomeço¹³, já que entende que sua existência dependia do outro, mas que para sobreviver precisava passar despercebida por esse momento de conflito. Na guerra, as mulheres eram duplamente violentadas e subjugadas, pois a violência física e psicológica era cometida por aliados e opositores, assim, como os trechos abaixo relatam:

¹³ Tomo aqui a noção de recomeço na visão de Nietzsche: “E se um dia, ou uma noite, um demônio lhe aparecesse furtivamente em sua mais desolada solidão e dissesse: Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá que viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo o que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida, terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem [...]. Se esse pensamento tomasse conta de você, tal como você é, ele o transformaria e o esmagaria talvez; a questão em tudo e em cada coisa, ‘você quer isso mais uma vez e por incontáveis vezes?’, pesaria sobre os seus atos como o maior pesos! Ou o quanto você teria de estar bem consigo mesmo e com a vida, para não desejar nada além dessa, eterna confirmação e chancela” (NIETZSCHE, 2001, p.230).

– *Faça as contas, meu branco. Quantos soldados morreram nesta guerra? E quantas mulheres foram agredidas, violadas, assassinadas? E agora responda: quem mais precisa ser protegido?* (COUTO, 2016, p. 117).

– *Vinhas roubar mulheres para o teu rei? Para não ires de mãos vazias, leva-lhe um recado meu: vais dizer-lhe que as minhas unhas são longas garras de lagarto. Onde estou, sem dar um passo, todas as noites essas garras lhe arranham o sono.* (COUTO, 2016, p. 120).

Germano de Melo narra uma conversa entre Katini Nsambe, pai de Imani, e a italiana Bianca sobre a condição das mulheres na sociedade e, principalmente, no período de guerra. Conforme fragmento de *Sombras da água* (2016),

(...) Pedia o tal Katini que a italiana levasse a sua filha, Imani, para Lourenço Marques e a colocasse a render junto dos homens brancos. Argumentou que a moça era bonita, de tez clara e dócil temperamento. A italiana não se iria arrepender. Respondeu Bianca não poder corresponder ao pedido pois não passava de uma simples proprietária de bares. Ao que Katini implorou: *pois leve-a para um desses seus bares*. Mas o pobre cafre nunc estivera numa cidade: naqueles bares as prostitutas eram todas brancas. As pretas serviam apenas nas cantinas dos bairros indígenas. (COUTO, 2016, p. 142).

Observa-se que mesmo enamorado de Imani, o relato do sargento Germano deixa transparecer o seu posicionamento ideológico em relação às mulheres e a visão depreciativa sobre as mulheres pertencentes às etnias africanas. Historicamente, os relatos da condição da mulher em período de guerra aponta a violência física e psicológica a que foram sujeitadas, e essa questão está presente em várias obras de Mia Couto, quando dá voz a personagens femininas para tratar sobre a questão. Por exemplo, em *Antes de nascer o mundo*, quando a personagem Dordalma comete suicídio após ser violentada.

Em *Sombras da água* (2016), Mia Couto aponta as lutas travadas entre o povo nativo da região de Gaza contra a coroa portuguesa, contra o império de Gaza e a luta pela sobrevivência por mulheres que viveram a guerra no século XIX.

A voz narrativa de Imani propicia o despertar para o conhecimento da cultura do povo moçambicano, da violência contra a mulher nativa, da verossimilhança das relações de poder do imperialismo dominante, além de abordar questionamentos de sobreposição de culturas, hibridismo e mestiçagem, como pode-se ver em:

Á beira das lágrimas, a italiana sacudiu a cabeça. Não dançava. Estava sim a tentar imobilizar a feiticeira. Tencionava interromper aquela blasfêmia. Mas logo desistiu do intento para, afogueada, retomar o seu lugar junto dos outros. Quando se afundou em prantos, o padre tranquilizou-a:

– *A senhora não entende, dona Bianca. Este ritual que tanto a incomoda é o que a salva de ser devorada viva.* – E acrescentou: – *Os famintos deste mundo, mais do que pão, querem encontrar culpados.* (COUTO, 2016, p. 54).

Imani apresenta a oralidade em sua narrativa. Há um desdobramento das línguas nativas e a apropriação da língua do colonizador como processo de hibridização linguística na escrita coutiana. Para Ana Mafalda Leite (2018),

As literaturas pós-coloniais emergiram de uma experiência de colonização, em que um dos principais factores da opressão imperial foi o controlo da língua. O sistema educativo estabeleceu um padrão da língua metropolitana como norma, e as “variantes” eram consideradas marginais. A função crucial da língua como meio de poder e de dominação é uma das questões que anima a teoria pós-colonial; as novas literaturas distinguem-se pela apropriação da língua do centro ex-imperial, adaptando-a localmente. Este processo implica duas noções: a de abrogação ou rejeição da língua normativa, e a de apropriação ou reconstituição da língua do centro, remodelando-a em novos usos. (LEITE, 2018, p. 37).

Pela narrativa de Imani, Mia Couto elabora esteticamente a oralidade na escrita. O romance margeia a cultura letrada e a cultura de base oral, difundida pelos grupos étnicos da região sul de Moçambique. E a narrativa norteadada pela oralidade traz embutida a cultura tradicional africana que é de base patriarcal. Essa estratégia narrativa contribui para a leveza de relatos violentos do período colonial. Veja os trechos abaixo:

Mas já ninguém escutava a terra: em toda a região, soldados de Portugal e de Ngungunyane preparavam-se para o embate final. Não era a vitória o que mais os motivava. Era o que se

seguiria. O mágico desaparecimento dos que antes foram os inimigos, a retificação de um erro na obra divina. O meu avô plantava impossíveis sementes. O meu pai embalava com os dedos o sono dos que na terra dormem. (COUTO, 2016, p. 19).

[...]

– *Faça as contas, meu branco. Quantos soldados morreram nesta guerra? E quantas mulheres foram agredidas, violadas, assassinadas? E agora responda: quem mais precisa ser protegido?*

E bateu com as botas no chão como se tivesse transitado de profetisa para uma função militar. No meu ombro pousou com firmeza a mão para declarar:

– *Você não precisa de cerimônia, minha filha. Há muito que está imunizada.*

À nossa frente ela se despiu para devolver a farda ao sargento.

– *E você, meu branco, pode ficar com essa capulana que parece ter sido feita à sua medida* – gracejou. (Ibidem, p. 117).

Na voz do sargento Germano de Melo, há o questionamento de como lidar com o processo de miscigenação. Como ele, de origem europeia justificaria sua descendência em uma relação matrimonial com Imani? Em uma das cartas endereçadas ao tenente Ayres de Ornelas, Germano diz:

Que filhos teríamos, perguntará Vossa Excelência. Como os apresentaria aos familiares portugueses? Quem me respondeu não foi Imani. Foi Bibliana que proclamou com a certeza das profecias: *Que importa a cor da pele dos que nascerem? Gungunhana terá netos brancos portugueses e os portugueses terão netos africanos! Contrariar essa inclinação é travar o vento com uma peneira. O Tempo, meu filho, o Tempo é um grande misturador de sementes.* (COUTO, 2016, p. 144).

Germano tenta negar a miscigenação, mas já não é possível negar a sua hibridização cultural, da mesma forma, que não é possível negar as transformações nos povos nativos. Mwanatu é morto nos conflitos de guerra, em luta junto à coroa portuguesa, contra o exército do imperador. O nativo já aculturado luta numa guerra que não é sua.

Imani já previa o ocorrido, pois Mwanatu poderia ser abatido tanto pelos portugueses, como pelo exército Nguni. Não havia meio de sobreviver a uma guerra tão cruel, escapava-se dos Ngunis, mas morreria da mesma forma. Os nativos viam-se expostos a todo tipo de violência que advinha de todos os lados. Mwanatu cumpriria a missão de morrer pela guerra do estrangeiro.

Após desvendar a morte do filho, Katini Nsambe conversa com Imani e informa-lhe que concedera sua mão para esposa de Ngungunyane; ela se casaria com o imperador e o mataria por vingança, como prometera a Chikazi, sua esposa. Imani fala de Germano e do amor que sente por ele, mas o pai entende que seus destinos eram separados, já que Germano fora enviado pelo exército português a um posto distante, e logo que partisse de Manjacaze, Katini faria frente ao seu propósito matrimonial para a filha.

O exército português avançava com suas tropas na ofensiva contra o “Leão de Gaza” e sua captura se tornou inevitável. Nesse momento de conflito, o afastamento entre Imani e Germano de Melo é um fato incontestável. Não há espaço para esse amor em meio a tantos conflitos. Imani não se entregaria ao imperador como esposa, mas mediará a rendição de Ngungunyane e o acompanhará ao exílio, servindo-lhe como tradutora junto à coroa portuguesa.

O imperador Ngungunyane foi derrotado e capturado pelas forças portuguesas comandadas por Mousinho de Albuquerque na cidade de Chaimite. Um grande alvoroço foi relatado por Germano de Melo em sua última carta, encaminhada ao tenente Ayres de Ornelas. Isso pode ser visto no trecho:

Eu fui seguindo aquela estranha procissão, sem parar de vasculhar por entre a massa de gente que se aglomerava à nossa volta. Felizmente, os soldados solicitaram um repouso para reparar forças antes do regresso. Contrafeito, Mousinho acedeu. A pausa teria que ser breve. Temia ele que, de uma primeira estupefação, os Vátuas se reorganizassem e resgatassem à força o seu imperador. (COUTO, 2016, p. 370-371).

Em meio ao tumulto, Imani procura por Germano e quer lhe contar sobre seu estado de graça, todavia encontrou o soldado Santiago da Mata e o matou com dois tiros. Depois escondeu a espingarda debaixo da capulana e ficou à espreita para cumprir a vingança prometida ao pai, matar o rei de Gaza, mas Germano a impediu. Imani foi arrastada por um soldado a mando de Mousinho de Albuquerque após a rainha Impibekezane, mãe de Ngungunyane dizer ao militar que Imani era uma das mulheres do imperador.

Imani relata, no capítulo *O rio derradeiro*, toda façanha da captura do imperador Ngungunyane e o início da viagem pelo rio Limpopo rumo às terras portuguesas. Ao ser levada para o navio que transportaria o imperador, Imani

se reporta ao rio em uma metáfora de começo e fim, conforme se observa abaixo:

O nosso barco progredia com o vagaroso silêncio de um indolente crocodilo. As águas do Inharrime estavam tão imóveis que, por um momento, parece-me que não era a canoa, mas o próprio rio que flutuava. A esteira prateada que íamos deixando para trás serpenteava como um risco de água por entre as terras dos Vaxopi. Debrucei-me a espreitar os irrequietos reflexos sobre a areia do leito, incansáveis borboletas de luz.

– *São as sombras da água* – disse o meu pai, pousando o remo sobre os ombros. (COUTO, 2016, p. 15).

(...) Depois, uma onda saltou o convés e molhou-me dos pés a cabeça. Era o rio que me lavava. Um marinheiro atirou-me um pano para me enxugar. Limpei-me devagar como se o meu corpo fosse tão extenso como a terra que ficava pra trás. Deixei, contudo, que o meu ventre permanecesse encharcado. Dentro de mim um rio nascia. Fora de mim escoava o último dos rios. As duas águas, sem se tocar, se despediam. Tudo começa sempre com um adeus. (COUTO, 2016, p. 384).

No momento do desfecho dessa guerra, Imani está totalmente desterritorializada e inscrita em várias identidades, a exemplo de quando mata o militar português Santiago da Mata. Ela se insere nas culturas moçambicana e portuguesa, e narra a obra como mediadora entre essas culturas. Devido a posicionamentos particulares e de contextos sociais, articula-se entre portugueses e nativos com muita destreza.

2.1 O conflito de guerra e as relações de poder

Na trilogia *As areias do imperador*, tem-se uma leitura de viés político que apresenta outra face da relação de poder entre o soberano Ngungunyane, a coroa portuguesa e outros países europeus que compunham o tratado da Conferência de Berlim, que dividiu o continente africano, no intuito da colonização. Ao contrário do que afirmava o governo salazarista, o “Leão de Gaza” não era um inimigo a ser combatido com grandes exércitos. A fragilidade do exército Nguni e do exército português se equiparava.

Eram dois grupos de guerra violentos que matavam em favor dos ideais de seus líderes, sendo que o exército português tinha vantagens de armas

bélicas que aniquilavam os povos africanos que se opusessem à coroa portuguesa. Os Ngunis, apoiados por outras etnias africanas, confrontavam as tropas portuguesas. A fragilidade militar de ambos os exércitos permitiu um longo conflito em que a coroa portuguesa caricaturava a figura de Ngungunyane como um inimigo poderoso.

Segundo Antonio Ennes (1898), em *Guerra d'África em 1895*, a voracidade mítica do imperador Ngungunyane foi construída pela necessidade dos portugueses de criar uma grande adversidade no processo de colonização daquela região, afugentando os ingleses de invadirem um território que, de acordo com a Conferência de Berlim, era de domínio português. A ideia de criar um ser monstruoso, impiedoso foi a defesa dos portugueses, quando da ameaça de outros países europeus de tomarem posse das terras do sul de Moçambique.

Em 1885, na Conferência de Berlim, as potências coloniais europeias realizaram a partilha da África, condicionando a capacidade de exploração e controle dos territórios ocupados. Dez anos depois, Portugal efetivamente passa a ter o “domínio” do território sul de Moçambique com a derrota e prisão do imperador Nguni. Todavia, nesse período de dez anos, a Inglaterra fez alianças com o Imperador de Gaza, em uma relação de desconfianças e traições.

O “Leão de Gaza” apresenta-se como um homem comum sob o domínio dos portugueses, contrastando à imagem produzida pelos portugueses. O imperador, derrotado, clamou por piedade ao rei de Portugal e, em outros momentos, lembrou com altivez a sua autoridade nas terras de Moçambique.

Nessa perspectiva histórica, observa-se a narrativa de construção de uma guerra e a formação dos exércitos a partir de direcionamentos políticos de nações distintas que tinham como objetivo a dominação de territórios e povos. A disputa entre Portugal e Inglaterra, pelo território do sul de Moçambique, acirrou a guerra de dominação contra o império do “Leão de Gaza”. Em contrapartida, a falta de traquejo político de Ngungunyane leva-o à derrocada.

As relações de poder já existentes no momento da partilha da África nortearam os conflitos de guerra e, em Moçambique, acelerou o domínio territorial, fato que elevou a violência no confronto. Imani e Germano de Melo relatam como se deu essa guerra. As motivações não eram reconhecidas pelos

que lideravam os conflitos, a percepção dos povos que viviam a guerra eram controversos. Um exemplo é o relato do sargento Germano:

E em poucos minutos o combate terminou, as baixas inimigas eram tantas que não era possível contar os corpos espalhados pelo capim. Mas também não fui capaz de contar os nossos mortos. Disseram-me que não seriam mais que uns trinta, e a maior parte deles era de negros de Angola. Todavia, quando chegou a hora de os recolher e os deitar à terra, eu não tinha olhos para tanta mágoa. Cada um daqueles jovens era parte de mim e a culpa de os perder pesará em mim para sempre. (COUTO, 2016, p. 126).

A relação de poder que o sargento exercia naquele momento, não o impediu de perceber o quanto desnecessário se fazia aquela guerra. Jovens moçambicanos lutavam em uma guerra que não lhes pertencia. A dominação da coroa portuguesa em suas colônias colocava grupos iguais em lutas de foro político e ideológico dos povos europeus.

Quando as relações de poder apresentam-se desiguais, tem-se uma representação enviesada do mais fraco, quando o que detém o poder atribui adjetivos depreciativos aos seus dominados. No colonialismo e no pós – colonialismo, esses atos ocorreram e se tornaram o fundamento das políticas internacionais através do imperialismo político-cultural.

Mbembe, em *Crítica da Razão Negra (2014)*, faz pensar as diferenças a partir da experiência negra, uma visão contemporânea construída pelo sistema escravista do colonialismo. Desse sistema, surge uma definição de raça que determina a existência subalterna do negro e sua transformação em mercadoria, pelo sistema capitalista. Para Mbembe, a palavra “Negro” refere-se ao indivíduo visto quando nada se vê e essa invisibilidade está no cerne do racismo, que, além de negar a humanidade do outro, se afirma como modelo legitimador de opressão e exploração.

Segundo Pierre Bourdieu, o processo de dominação é uma ordem dada que causa injustiça e privilegia algum grupo ou indivíduo em detrimento de outro. Essa arbitrariedade da dominação do “outro” é considerada pelo teórico como uma forma de violência simbólica, pois ocorre de várias maneiras, pela comunicação, pelo conhecimento ou pela falta deste. Essa violência remete ao

poder simbólico, que pode transformar as visões de mundo através do convencimento e da rendição ao desejo do “outro”. Para Bourdieu, portanto,

é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Assim, pode-se ver os países colonialistas impondo um conceito de mundo social de acordo com seus interesses sócio-político-econômico e cultural. As ideologias impostas pelo processo de colonização ocorreram de forma bilateral, pois como já foi dito, quem provoca influência sobre o outro, também a recebe.

Bourdieu afirma que a herança social que o indivíduo traz inscrito em si lhe propicia uma condição de participação social. Aproximando essa teoria à obra em análise, a manipulação do poder colonialista português sobre as etnias africanas do sul de Moçambique lhes restringe um capital sociocultural extremamente relevante para a existência de um povo. A tentativa de aniquilamento desse capital cultural fez surgir através da resistência à hibridização, seja ela de forma consciente ou inconsciente.

Mesmo que o grupo dominante alicerçado pelo poder econômico seja o vencedor de uma guerra, isso não o torna vitorioso, pois a hierarquização de uma raça ou cultura sofre alterações no contato com culturas distintas. Há que se afirmar que quem sofre influência, provoca mudanças na cultura do “outro”. Assim, em *Sombras da água* (2016), colonizador e colonizado saem transformados pelo processo de colonização, o sargento Germano de Melo mostra-se fragmentado em uma das cartas endereçadas ao tenente Ayres de Ornelas, como se pode ver abaixo:

Há dois meses que estou enalhado neste lugar que, como diz o padre, não é lugar nenhum. Bianca anunciou que não aguenta mais, que se vai embora na primeira ocasião. Também eu estou farto, cansado. Todavia, não me apetece sair de Sana Benene. Prende-me a este lugar a doce companhia de Imani. Não posso dizer que desisti inteiramente de sonhar com o regresso a Portugal, essa prenda que Vossa Excelência tão generosamente me prometeu. Estou dividido. E estas cartas

são a ponte entre os meus desencontrados desejos. (COUTO, 2016, p. 160).

Na narrativa, Mia Couto coloca em evidência as relações de poder do século XIX e como as potências econômicas europeias se comportaram frente ao colonialismo. O imperialismo político e cultural exerceu influência em todo o processo colonial no continente africano. Em Moçambique, a colonização portuguesa e as influências vinham da metrópole e de outros países europeus, como França e Inglaterra, que realizaram inúmeras invasões costeiras no continente africano.

Nessa perspectiva de relações de poder, Edward Said influenciado por Foucault, Fanon e Levi-Strauss, percebe uma ligação profunda entre cultura e poder, refletindo as relações de poder que há entre representações culturais distintas. Na obra *Orientalismo* (2007), o autor aborda as representações de poder da cultura ocidental que subjagam o povo oriental e impõem suas formas de vida, demonstrando total desrespeito com a cultura do “outro”.

Em *Cultura e Imperialismo* (1995), Said apresenta o conceito de relação entre cultura e império, o qual reporta ao imperialismo europeu com suas colônias, e a resistência dos povos colonizados ao reafirmarem suas identidades e culturas. Para Said, as culturas se entrelaçam mediante o contato, e nenhuma é pura, mas sim híbridas e heterogêneas.

Nessa perspectiva, Edward Said afirma que

tão vasto, e ao mesmo tempo, tão detalhado é o imperialismo como experiência de dimensões culturais cruciais que devemos falar em territórios que se sobrepõem, em histórias que se entrelaçam, comuns a homens e mulheres, brancos e não-brancos, moradores da metrópole e das periferias, passados, presentes e futuros; esses territórios e histórias só podem ser vistos da perspectiva da história humana secular em sua totalidade (SAID, 1995, p.98).

Assim, na relação cultural de um povo ocorre a associação entre cultura, política e poder, pois as relações sociais provocam o enfrentamento de hierarquização. Nessa propositura de poder, segundo Bhabha (1998) a cultura revela-se ambivalente, tendo em vista que o poder articula-se mediante o conhecimento, considerando-se que o imperialismo cultural imposto aos povos

colonizados foi aceito porque a Europa mantinha-se como referência de civilização.

A obra em análise aponta a dominação de etnias do sul de Moçambique, quando se voltaram contra o imperador de Gaza, fazendo com que até os mais próximos do imperador se rendessem ao poder dos portugueses. A guerra já se fazia tão longa que os povos exauridos pelo conflito abandonavam seus ideais, na esperança de sobreviverem à guerra dos portugueses e do imperador. Sobre isso, veja o trecho:

Falaram com ajuda de um interprete português de raça negra.
Declararam que vinham juntar-se às tropas portuguesas.
– *Queremos ver derrotado o Umundagazi, esse abutre cego* –
foi o que disseram os cafres.
Os portugueses hesitaram em aceitar aquela ajuda.
– *Podem vir conosco, mas sem armas de fogo* – teria
declarado Mouzinho. (COUTO, 2016, p. 351-351)

O contexto da guerra contra o “Leão de Gaza”, travada no século XIX, no sul de Moçambique, é recuperado pela literatura, fazendo com que os mesmos personagens que fizeram a história reapareçam na ficção coutiana. Para Edward Said (1995), história e literatura se misturam, pois as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo, além de ser o método usado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria. Desse modo, compreende-se que arte e política sempre caminharam juntas e a escrita de Mia Couto tem posição ideológica, uma vez que a sua obra apresenta um intelectual que luta contra o imperialismo cultural.

Na obra *Cultura e imperialismo* (1995), Said discute o gênero romance como “artefato cultural” ligado ao imperialismo levado às culturas de países colonizados:

Não estou pretendendo dizer que o romance – ou a cultura em sentido amplo – “causou” o imperialismo, e sim que o romance, como artefato cultural da sociedade burguesa, e o imperialismo são inconcebíveis separadamente. Entre todas as principais formas literárias, o romance é a mais recente, seu surgimento é o mais datável, sua ocorrência, a mais ocidental, seu modelo normativo de autoridade social, o mais estruturado; o

imperialismo e o romance se fortaleciam reciprocamente a um tal grau que é impossível, diria eu, ler um sem estar lidando de alguma maneira com o outro (SAID, 1995. p. 109).

Para Said, o discurso e a representação do colonialismo e do imperialismo comprovaram o domínio do mais forte sobre o mais fraco (colonizado). O autor argumenta que a cultura local foi caracterizada em uma escala hierárquica inferior em relação à cultura europeia. A história dos povos orientais e africanos foi desconsiderada em sua origem, como se passasse a existir somente a partir do convívio com o europeu. Para Said,

uma fusão conjuntural entre, de um lado, os códigos historicizantes dos textos discursivos na Europa, postulando um mundo universalmente passível de exame impessoal e transnacional e, de outro lado, um mundo maciçamente colonizado. O objeto desta visão consolidada é sempre uma vítima ou um personagem sob forte coerção, com a ameaça permanente de severas punições, apesar de suas diversas virtudes, serviços ou realizações, excluída ontologicamente por possuir poucos dos méritos do forasteiro conquistador, fiscalizador e civilizador. Para o colonizador, a manutenção do aparato incorporador requer um esforço incessante. Para a vítima, o imperialismo oferece duas alternativas: servir ou ser destruída (SAID, 1995, p. 220)

Essa situação de transitoriedade do indivíduo do período colonial engendra um terceiro espaço¹⁴, que não é do colonizador nem do colonizado, mas um espaço que se articula entre o “eu” e o “outro”, o colonizador e o colonizado, a unidade e a pluralidade, o purismo e o hibridismo, em um espaço cultural que se renova à medida que os povos envolvidos no processo colonial se articulam em novas formações sócio culturais.

Outro ponto de vista das relações de poder a ser explorado a partir da obra em análise, refere-se à perspectiva teórica de Benjamin Abdala Junior na obra *Fronteiras Múltiplas, identidades plurais – um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural (2002)*, quando reitera que o indivíduo se constitui a partir do

¹⁴ No conceito de “terceiro espaço” de Homi Bhabha (1998) o pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o Eu e o Você designados no enunciado. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um Terceiro Espaço, que representa tanto as condições gerais da linguagem quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência. O que essa relação inconsciente introduz é uma ambivalência no ato da interpretação.

outro. A obra aborda as relações de poder estabelecidas entre colônias e metrópoles no processo de colonização mundial. A estreita relação entre opressor e oprimido, e a substituição dos papéis sociais dá-se quando o oprimido torna-se opressor, em relação ao sujeito que se encontra em situação de subalternidade.

A cultura do purismo, disseminada pelos países europeus, coloca as colônias em situação de inferioridade social, cultural e racial; e, desse pensamento, surgiu todo processo de segregação social, racial, cultural e, até mesmo, econômica. O imperialismo cultural foi interiorizado pelos povos colonizados e esse processo de alienação, pela falta do conhecimento, deixou-os à margem das relações de poder constituídas.

Para Michel Foucault (1984), as relações de poder estabelecidas em uma sociedade estão associadas ao seu tempo, espaço e história. Assim, é preciso, antes de qualquer análise conceitual, estabelecer relação com a comunidade e discernir qual relação de poder está localizada naquele ambiente. No ramo da sociologia, segundo estudos de Michel Foucault, Max Weber e Pierre Bourdieu, o poder é a capacidade de imposição de uma vontade sobre o “outro”, nas diversas formas de execução do poder, sejam elas nas esferas social, econômico, político e cultural.

Foucault também destaca, nas relações de poder, a relação opressor e oprimido, percebendo-a através da triangulação entre poder, direito e verdade. Nessa perspectiva de poder, o colonizado fica à margem dos direitos constitucionais e tem sua humanidade desconstruída pelo evento colonialista.

Essa construção da relação de poder remete ao pensamento de Albert Memmi, em *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* (1977), quando a ideologia do colonizador invade a consciência do colonizado e pela alienação assimila o poder exercido pelo “outro”. Para o autor,

Não terá um pouco de razão? – murmura ele. Não somos, de certo modo, um pouco culpados? Preguiçosos, já que temos tantos ociosos? Medrosos, já que nos deixamos oprimir? Desejado, divulgado pelo colonizador, este retrato mítico e degradante acaba, em certa medida, por ser aceito e vivido pelo colonizado. (MEMMI, 1977, p.83)

Logo, os povos colonizados sentem um estranhamento de seu próprio ser, possuem em si a multiplicidade identitária que transita entre culturas. Eles já não se reconhecem em nenhuma dessas culturas dissociadas, em meio à mistura de povos e raças provocada pelo processo colonial.

Memmi (1977) discute a despersonalização dos colonizados e o estranhamento em relação ao seu próprio “eu”. Em Moçambique, o embate entre portugueses e moçambicanos encenado pela trilogia de Mia Couto, o poder de dominação dos povos foi exercido por duas frentes de batalha: os portugueses e o império de Gaza, na figura de Ngungunyane. As etnias do sul de Moçambique, que adotaram as ideologias Ngunis ou portuguesas, foram condenadas, em sua própria existência, pelo silenciamento e pela tentativa de aniquilamento das suas culturas. Não obstante, deve-se constatar que o poder está por toda a parte e, de acordo com a organização social em que o indivíduo está inserido, a relação de poder não será exercida apenas pelo Estado, mas também por representantes hierárquicos a que o sujeito esteja exposto. Em toda organização social que permite a construção do sujeito, o poder se estabelece através da força ou do convencimento pelo saber.

Na proposta do imperialismo cultural contra os povos africanos, bem como contra as demais colônias, o poder foi conquistado pela força, no intuito de enriquecimento econômico das metrópoles e obediência à organização política europeia, quando os opressores apostavam na falta de reflexão crítica do oprimido. Na tentativa de implantação de um poder soberano, quando o mais forte se sobreporia ao mais fraco e esse indivíduo em situação de fragilidade socioeconômica deveria aceitar a dominação do “outro”, o imperialismo cultural do século XIX articulou a falta de senso crítico das etnias moçambicanas no continente africano para construir o domínio colonial.

A partir dessa tentativa de imposição da subalternidade, surgem no sul de Moçambique as lutas provocadas pelas guerras que produziram a ascensão de algumas etnias sobre outras, reforçando categorias sociais vistas como inferiores. Em *Sombras da água (2016)*, como de destacou, várias formas de poder e de subalternização estão representadas pela nativa Imani e pelo militar português Germano de Melo, como estão sendo demonstradas ao longo da tese.

2.2 Decadência do Estado de Gaza no fim do século XIX

Sombras da água (2016) finaliza a narrativa fazendo menção à derrocada do imperador Ngungunyane, à sua trajetória até o exílio, bem como ao seu comportamento diante da coroa portuguesa. Como se vem acentuando, a narrativa de Mia Couto aproxima-se da narrativa histórica no tocante a esse período histórico. Há uma similaridade muito peculiar entre ficção e história na trilogia, mormente quanto se reporta à personagem histórica e ficcional do imperador Ngungunyane.

Joaquim Mousinho de Albuquerque, em *Relatório sobre a prisão do Gungunhana* (1896), descreve a prisão do Imperador de Gaza, na longa citação a seguir:

Vendo, logo que os pretos fugiram, sahir d'uma palhota próxima um homem de corôa, perguntei-lhe pelo Gungunhana e elle apontou-me para a mesma palhota d'onde sahir. Chamei-o muito d'alto no meio d'um silencio absurdo, preparando-me para lançar fogo á palhota, caso elle se demorasse, quando vi sahir de lá o Regulo Vatua que os tenentes Miranda e Couto reconheceram logo por o terem visto mais d'uma vez em manjacase. Não se póde fazer idéa da arrogância com que elle se apresentou e do tom desdenhoso com que respondeu ás primeiras perguntas que lhe fiz. Mandei-lhe prender as mãos atraz das costas por um dos dois soldados pretos e disse-lhe que se sentasse. Perguntou-me onde, e como eu lhe apontasse para o chão, respondeu-me muito altivo que estava sujo. Obriguei-o então á força a sentarse no chão (cousa que elle nunca fazia), dizendo-lhe que elle já não era Regulo dos Mangúnis mas um matonga como qualquer outro. Quando o viram sentar, a guerra preta que a esse tempo já se tinha vindo encostar ao lado exterior da pallissada, além dos que tinham trepado ás arvores e ao tecto d'algumas palhots isoladas que havia no exterior mesmo próximo á pallissada, levantaram grande alarido batendo ca as zagaias nas rodellas, em signal d'applauso e espanto. (D'ALBUQUERQUE, 1986, p. 18)

A intenção de Mousinho desde que foi nomeado governador de Lourenço Marques era a destruição do império de Gaza e a captura de Ngungunyane. E mesmo após o feito, as ações do militar são duras pela dominação do sul de Moçambique. Assim, Albuquerque descreve:

Com a prisão do Gungunhana desaparesem quaesquer probabilidade d'uma rebelião séria ao sul do Save. Jambui e Chonguella são os únicos dois régulos fortes, e nenhum d'elles parece disposto a metter-se em tão arriscado empreendimento. Não significa isto que o paiz de Gaza esteja dominado e perfeitamente sujeito. Ainda não passei do Biléne, não faço portanto idéa do que se tem passado entre os Macuácuas e entre os M'chope não avassallados a Inhambane. Mesmo no Biléne são muitos os elementos da desordem.

O chefe Inguiusa irmão de Muzilla, que tem sido o indígena que tenho ouvido falar com amis senso, instando porque eu prendesse e matasse o sobrinho Gungunhana, acrescentava que depois d'elle preso eu devia fazer povoação no Biléne e ficar ahi "com impi branca" porque os Manguni nunca se havia de deixar de matar e roubar, senão depois de muito castigados. O testemunho é insuspeito por ser de um Manguni da mais pura raça, filho do próprio Manicusse. (D'ALBUQUERQUE, 1986, p. 25)

Mousinho de Albuquerque, em suas narrativas, escamoteava os acontecimentos na exaltação e glória à coroa portuguesa. Não reconhecia o mérito do trabalho realizado pela marinha portuguesa, trabalho este que lhe dava suporte nas ações de combate. E nunca deixou transparecer em seus relatórios que Ngungunyane não ofereceu resistência no momento de sua prisão, pois já havia decidido entregar-se com o propósito de pedir perdão ao rei de Portugal.

Segundo Francisco Toscano, em *A derrocada do império vátua e Mousinho d'Albuquerque (1930)*, o império de Gaza foi fundado por Sochangane, também conhecido por Manicusse, o avô de Ngungunyane. Sochangane tornou-se o primeiro rei de Gaza entre 1821-1858 e realizou diversas conquistas por uma política de assimilação das etnias do sul de Moçambique, assim, aumentou seu poder e súditos.

O império de Gaza tinha uma organização social que o protegia dos ataques da coroa portuguesa, bem como das investidas de outros povos europeus que estavam no continente africano em busca de comércio de produtos, sendo um dos mais lucrativos, o marfim. Também vinham em busca de negros cativos, ainda que o império Nguni se posicionasse terminantemente contra esse tipo de comércio, deste o reinado de Sochangane.

Vários relatos pertencentes à história oficial legitimada por Portugal e mesmo por Moçambique foram retomados pela ficção coutinana para narrar o conflito entre o império de Gaza e a coroa portuguesa, bem como as diversas

tratativas realizadas no período da guerra. No segundo volume da trilogia, a segunda carta do tenente Ayres de Ornelas para o sargento Germano afirma:

Já lhe devem ter dito que me encontro provisoriamente em Chicomo a mando do comissário Régio numa missão quase impossível: a de convencer o Gungunhana a ceder às nossas condições de soberania. Essas condições, como o sargento deve saber, são várias: a entrega dos dois régulos rebeldes, o pagamento de um tributo anual de dez mil libras em ouro e o licenciamento dos comerciantes brancos, baneanes e mouros no seu território. (COUTO, 2016, p. 58).

Antonio Ennes (1898) relata o mesmo episódio da obra ficcional de Mia Couto, destacando as severas condições impostas a Gungunhana, conforme se verifica a seguir:

1ª O regulo Gungunhana entregará á autoridade portuguesa, para serem devidamente castigados, os régulos da Zichacha e da Magaia e os seus indunas que se acham nas terras em que elle exerce autoridade. Se elles não estiverem já n'essas terras, cooperará para a sua captura pelos meios que forem indicados. 2ª. Sujeitará todas as terras em que exerce autoridade ao pagamento de imposto de palhota, que fará cobrar por agentes seus sob a fiscalisação da autoridade ou poderá resgatar por uma quantia fixa annual, não inferior a dez mil libras. As condições d'este pagamento serão estabelecidas circunstancialmente. (...) (ENNES, 1895, p. 289).

Os fragmentos supracitados apresentam relatos semelhantes, todavia o maior distanciamento entre as duas citações ocorre entre as ideologias enunciadas através dos narradores, pois, enquanto Germano é brando em relação a política colonizadora, Antonio Ennes é enfático quanto a ideologia imperialista.

Antonio José de Orta Ennes foi um homem que viveu sob a ordem da coroa portuguesa, formado em curso superior em Letras, foi político, jornalista e escritor. Em sua obra, a temática colonial é recorrente, pois foi administrador colonial português e se destacou no conflito colonial de Moçambique, por ter exercido a função de comissário régio.

As narrativas desse período são ricas quanto ao processo colonial, as revistas militares narradas por oficiais que compunham as frentes de batalhas

trazem minúcias dos confrontos de guerra, bem como da ideologia eurocêntrica na dominação do Império de Gaza.

Na revista *Moçambique na defesa de África e do ultramar português (1951)*, o major do Corpo do Estado Maior, Fernando Louro de Sousa, narra as conquistas coloniais,

Assim, depois do Norte da África, do império da Índia e da Independência do Brasil, a nação tomou em África, outra vez, a consciência do seu grande destino. Voltámos para o continente africano fazendo Angola e Moçambique, primeiro com o sangue dos marinheiros e soldados e com a fé do missionário, e depois com o trabalho e a dor de cada dia do colono, todos obreiros da ocupação e consolidação do nosso quarto e actual Império. (SOUSA, 1951, p. 06).

Souza narra também a exaltação ao processo de colonização da coroa portuguesa,

O passado e o presente fazem de Portugal uma nação imperial. Os territórios do Ultramar dispersos por três Continentes, bem portugueses por títulos históricos, geográficos, étnicos e jurídicos, são parte integrante de Portugal há um poucos de séculos e neles temos exercido consecutivamente o poder sob todas as formas. Lá dirigimos as populações nativas sem protestos e dedicamos os maiores esforços para as trazer à civilização e para melhorar o seu bem-estar; exercemos a nossa autoridade segundo os preceitos mais aperfeiçoados da ciência e da colonização de que nos podemos orgulhar, pois nenhum outro povo, na prática, conseguiu fazer melhor. (SOUSA, 1951, p. 07).

Na perspectiva de reparar os agravos sofridos durante o sistema colonial, Mia Couto intenta ressaltar, no povo moçambicano, as vozes silenciadas pela colonização portuguesa. É por esse viés narrativo que ele propõe, em *As areias do imperador*, dar voz aos silenciados, para que a voz coletiva de uma nação faça ecoar as histórias não contadas. Veja no trecho:

Acordámos com o deflagrar de tiros. Apressadamente nos concentrámos sob o teto protetor da igreja. O padre tranquilizou-nos:

– *Devem ser soldados portugueses. Andam a matar cabeças de gado.*

No início, os militares lusitanos ainda negociavam comida por roupa. Agora apontavam a espingarda aos donos das manadas

e mandavam que escolhessem entre a vida e os bois. (COUTO, 2016, p. 168).

Na historicidade do processo colonial português e da dominação territorial do imperador Ngungunyane, a política inicial do império de Gaza tinha nos povos vencidos os novos assimilados, que passavam a compor o povo Nguni. Os assimilados contribuíam nas principais tarefas de produção de riqueza, compunham o exército em defesa do imperador, bem como em defesa das províncias que estavam estabelecidas por todo o território sul de Moçambique.

Todavia essa política de assimilação do Estado de Gaza, mais tarde, já no reinado de Ngungunyane, transformou-se no calcanhar de Aquiles do imperador, pois os assimilados que se tornaram líderes, nessa organização social, passaram a contestar o poder do imperador e o favoritismo de Ngungunyane entre os seus assimilados. Essa questão está evidente no trecho do romance:

A um certo ponto cruzámo-nos com um grupo de mulheres. Confirmaram que por ali tinham passado os soldados portugueses. Naquele mesmo lugar, a coluna tinha sido parada pou um grupo de Vátuas de cabeças coroadas. Contram-nos que ao verem Mousinho se deitaram no chão e saudaram:

– *Baiéte, Nkossi!*

Falaram com a ajuda de um intérprete português de raça negra. Declararam que vinham juntar-se às tropas portuguesas.

– *Queremos ver derrotado o Umundagazi, esse abutre cego* – foi o que disseram os cafres.

Os portugueses hesitaram em aceitar aquela ajuda.

– *Podem vir connosco, mas sem armas de fogo* – teria declarado Mouzinho. (COUTO, 2016, p. 350 - 351).

O processo de assimilação é abordado pelos narradores, cada qual em sua vivência no período colonial. Imani sofre influência do reino de Gaza e também da coroa portuguesa; por sua vez, Germano de Melo tem, Moçambique, convivência com várias etnias que compunham o território sul de Moçambique. Processos de miscigenação e de hibridismo cultural ocorreram em níveis diversos, tendo em vista que a população de Moçambique é composta por inúmeros grupos étnicos culturais.

Um fator da contestação existente entre o povo Nguni em relação ao seu imperador decorre do fato de o exército Nguni lutar com a azagaia para enfrentar os portugueses que empunhavam armas de fogo. As armas dos Nguni aniquilavam toda tentativa de confronto contra a coroa portuguesa, ocasionando a morte maciça dos soldados de Ngungunyane, pela superioridade das armas europeias. Esses aspectos bélicos contribuíram contundentemente para a decadência do Estado de Gaza.

Segundo Vilhena (1999) na queda de Ngungunyane após os portugueses ganharem a batalha de Marracuene, o imperador começa a ser abandonado pelos seus. Os indunas dizem ao régulo que não vale a pena lutar contra o branco. Vilhena cita a carta de Aires de Ornelas datada de 15-VII-1895, que traz a informação da recusa dos chefes de Ngungunyane na luta contra os brancos.

Nas figuras abaixo observa-se como a desigualdade bélica depunha contra o exército nguni,

Figura 22 – Grupo de Landis do Gungunhana



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

FIGURA 23 - O chapéu armado e a espada de Gungunhana



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal
Figura 24 – “BUZI” antigo guerreiro de Gungunhana



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

A fragilidade do exército do imperador de Gaza é inegável, as guerras travadas entre o exército português e os landis do imperador caracterizavam um verdadeiro massacre ao povo nativo. Essas informações comprovam a astúcia de Ngungunyane ao confrontar e resistir por tanto tempo ao domínio português.

Para Vilhena um outro fator que levava a incapacidade militar africana era o desentendimento entre os chefes negros, devido a ódios tribais que vinham já de longa data: a Matola com a Moamba, a Moamba com a Zixaxa, a Zixaxa com a cherinda, entre outras. Era impossível entenderem-se para as operações militares; haviam desconfiança geral, medos recíprocos, rivalidades, que impediam uma união de lealdade.

De acordo com Toscano (1930), o território sul de Moçambique tinha uma lacuna, segundo essa definição da Conferência de Berlim, pois a coroa portuguesa até então dialogava com Ngungunyane e realizava tratados e negócios com os povos nativos daquela região. Esses tratados vinham desde o reinado de Manicusse, o avô do Leão de Gaza, que foi o primeiro imperador.

Sombras da água (2016), no capítulo “Oitava carta do tenente Ayres de Ornelas”, cita a brusca mudança de comportamento da coroa portuguesa em relação ao imperador de Gaza, após a realização dos novos tratados em Berlim.

Dou graças aos céus por termos definitivamente rompido as conversações que, neste mesmo local, mantivemos com o rei dos Vátuas. As negociações eram um logro, um eterno adiar de sentenças. O homem queria guerra? Pois iria ter guerra, e numa medida que nunca imaginou. Os combates de Marracuene e Magul foram apenas um prelúdio de uma odisseia que ficará nas páginas da nossa história. (COUTO, 2016, p. 310-311).

Toscano (1930) relata que em 1821, quando os Nguni ameaçaram o presídio de Lourenço Marques, o governador do distrito português em Moçambique viu-se desprotegido e, como estratégia de defesa, realizou o primeiro dos vários acordos firmados com Manicusse, como também aconteceu, nas sucessões de trono no reino de Gaza, com Muzila e Ngungunyane.

Contudo, no último reinado dos nguni a situação foi muito diferente da estabelecida em 1821. As tropas portuguesas avançavam destruindo os povos Nguni, bem como outras etnias que resistiam à coroa portuguesa. E após a Conferência de Berlim (1884-1885), as disputas pelo território sul de Moçambique, acirraram-se devido à ameaça de invasões pelos britânicos que tinham interesse comercial naquela região, uma vez que a África do Sul era colônia inglesa.

Diante da ameaça dos ingleses dominarem a região do Reino de Gaza, o governo português concentrou o seu exército naquela região para uma ofensiva contra o império de Gaza, que estava ameaçando o direito de posse das terras pela coroa portuguesa. A partir dessa ação militar por parte dos portugueses, o exército do imperador sofreu grandes baixas por causa dos combates e por deserção.

Ainda, segundo Toscano (1930), o que mais afligia o governo português era a possibilidade de que as terras do sul de Moçambique fossem anexadas a República da África do Sul, que já era reconhecidamente uma colônia britânica. Em função dessa ameaça, a coroa portuguesa ingressou com intervenção militar que usou de extrema violência no confronto com as etnias africanas e ao reino de Gaza.

Em *Sombras da água* (2016), na décima quinta carta do sargento Germano de Melo, narram-se os excessos de violência cometidos pelas tropas portuguesas. O relato da violência colonial ultrapassa os limites fronteiriços entre ficção e história, conforme fragmentos da obra de ficção,

(...) Mousinho desceu do cavalo para abraçar o desvalido companheiro. E antes de corresponder às saudações, com voz frágil, Sanches de Miranda perguntou:

– *Por que tivemos que os fuzilar?*

– *Se assim não fosse éramos tidos como fracos* – retorquiu Mousinho.

Já nos chamavam de mulheres e de galinhas. Era preciso marcar com sangue a nossa autoridade. E voltou Mousinho a montar no cavalo. De cima da sua montada viu os seus homens procurando por um lugar seco entre o capim encharcado de água. Um sorriso iluminou-lhe o rosto. Fazendo uso do seu tradutor pessoal, deu ordem aos guerreiros Vátuas para lançarem os escudos ao chão. Serviriam esses escudos de almofadas para que os brancos se sentassem. Um rumor de protestos percorreu os soldados de Gungunhana. Estavam vencidos, mas não tinham perdido o orgulho. Deixar tombar os

escudos seria a última das humilhações no seu código de honra. Perante aquele embrião de desobediência, Mousinho ergueu a espingarda e fez voltear o cavalo num largo e vistoso círculo. De imediato os soldados vencidos começaram a depositar no chão as suas armas. E voltou o capitão para junto de Sanches de Miranda com um quase imperceptível sorriso:
 – *Vê como se faz?* (COUTO, 2016, p. 371)

Por mais que as transições de trono, no reino de Gaza, tivessem a participação da coroa portuguesa, o domínio do imperador só ocorreu no reinado de Ngungunyane. Anteriormente, o diálogo e as transações comerciais eram realizados entre Portugal e Reino de Gaza de forma pacífica. Mas a Conferência de Berlim colocou abaixo essa convivência apaziguadora.

Tanto na ficção, quanto na história a coroa portuguesa, através do seu exército, avança na dominação das terras e das províncias comandadas pelo Reino de Gaza. O exército Nguni guerreava com armas artesanais como a azagaia e algumas espingardas que tinham negociado de forma extraoficial, sem saber, todavia, manuseá-las, enquanto as tropas portuguesas possuíam armamento bélico que aniquilava seus oponentes.

Na trilogia, Mia Couto narra, através de suas personagens a história da colonização em Moçambique de forma cronológica, rica em detalhes na aproximação entre duas versões históricas: a narrada pela nação portuguesa, e a legitimada pela nação moçambicana. Entretanto, existem lacunas no relato histórico e estas são utilizadas pelo escritor, para dar voz aos vencidos e silenciados nesse processo.

Em *Sombras da água* (2016), surge uma terceira voz narrativa, a do tenente Ayres de Ornelas, que, de forma contundente, expõe as ideologias da coroa portuguesa em oposição ao Reino de Gaza. Conselheiro, monárquico e militar, Ornelas era conhecedor da questão colonial portuguesa, tendo desempenhado cargos militares, entre os quais, a de Ministro da Marinha e do Ultramar português.

Em sua carreira militar, Ornelas destaca-se pela participação nas campanhas da coroa portuguesa em Moçambique contra Ngungunyane. Fundou a Revista do Exército e da Armada que publicava os feitos da guerra travada contra os povos nativos das colônias portuguesas na África. Em sua obra, é frequente o discurso de exaltação à nação portuguesa:

No prodigioso movimento de expansão que nos levou, em cêrca de século e meio, aos confins do globo, havia muito de espírito de aventuras, uma grande cobiça mercantil e uma forte crença de propagação de fé cristã. O excesso de população e a ambição de fundar um novo Portugal de albm-mar, a necessidade de procurar saídas e mercados para o comércio, tudo, enfim, que constitui a essência de uma colonização faltou às nossas empresas ultramarinas, com excepção apenas do Brasil. Embriagados com os fumos da Índia, preocupados com a manutenção do exclusivo do seu comércio, e com as necessidades criadas pela posse de numerosos pontos de escala durante os dois primeiros séculos, podemos dizer que nas terras de Santa Cruz a organização colonial seguiu, em vez de preceder, o desenvolvimento da colonização. Com a facil apropriação das terras, com extensas liberdades civis, com ausência de vexatórias regulamentações, urna população atrevida e aventureira, tanto como trabalhadora e industriosa, num solo excepcionalmente fértil e rico, bem depressa criava uma verdadeira colônia agrícola e de população, que se havia nos nossos dias de transformar nos Estados Unidos da America austral, dando ao mundo a mais brilhante demonstração da nossa aptidão colonizadora. (ORNELAS, 1934 - 1936, p. 18 – 19).

No romance, o tenente Ayres de Ornelas enuncia o discurso do colonizador em todas as suas cartas narrativas. Na primeira, o tenente hostiliza o médico que provavelmente cuidaria dos ferimentos do sargento Germano de Melo, conforme abaixo:

Não estranhe, meu caro sargento: quem lhe escreve é o tenente Ayres de Ornelas, cumprindo o dever de, ainda que sem a assiduidade devida, corresponder às suas frequentes missivas. Soube que o feriram com gravidade num atentado ao posto militar de Nkokolani. Também me informaram da sua evacuação para a igreja de Sana Benene, de onde se supõe que seja transferido para o hospital do suíço Georges Liengme. Deve saber que esse Liengme, que é mais médico que missionário, é um personagem pelo qual nutrimos a maior das antipatias. Esse médico, que supostamente tomará conta dos seus ferimentos, tem incitado os indígenas à revolta e há muito que deveria ter sido expulso da África portuguesa. (COUTO, 2016, p. 26 – 27).

Na quarta carta, como se vê no trecho abaixo, o tenente transmite notícias ao sargento sobre os avanços na guerra contra o império de Gaza:

Meu caro sargento: o nosso bom aliado Xiperenyane será portador de boas novas: vencemos, e de que maneira, a batalha de Magul! O segredo do nosso êxito esteve num

detalhe prévio que certamente poucos se irão lembrar. Esse detalhe tem um nome: o régulo Chibanza. (...) (COUTO, 2016, p. 124).

Na oitava carta, observa-se que o discurso de Ornelas cresce em violência, ao defender que qualquer atitude valeria para se conquistar o domínio total da região sul de Moçambique. Sua visão se revela no trecho:

Todo aquele manancial bélico foi há umas duas semanas conduzido até à lagoa de Balele, onde erguemos um aquartelamento provisório. Vai ser uma carnificina! Foi o que pensei quando a chegar passei em revista todo aquele material bélico que ali se acumulara. Mas não bastavam armas para iniciar uma batalha. A nós faltava-nos o inimigo. (...). (COUTO, 2016, p. 311).

Na narrativa histórica, bem como na narrativa ficcional de Mia Couto, a personagem tenente Ayres de Ornelas representa a voz da coroa portuguesa, sem se colocar em momento algum no lugar do seu semelhante, que compunha os grupos rivais, considerando-se que naquela região havia mais de um conflito pela posse da terra. Havia várias etnias que lutavam contra os portugueses e contra o reino de Gaza, como exemplo, a etnia Vachopi, a que pertencia Imani e seus familiares.

O militar Germano de Melo relata o conflito da convivência com povos africanos, durante a guerra de dominação em Moçambique. Tanto os sentimentos humanitários, quanto o olhar para o seu semelhante com complacência comprovam a aculturação dessa personagem na narrativa. A representação do colonizador e do colonizado é eminente, mas esse papel do dominador alterna-se junto às etnias moçambicanas, entre a coroa portuguesa e o reino de Gaza.

Fico infinitamente grato por me ter demitido das funções de espião e por me ter encorajado a continuar a enviar estes mal-amanhados recados pessoais. É isso que faço nesta missiva. E verá que os meus relatos permitem olhar o sertão africano como algo que é mais do que uma simples paisagem. Talvez eu seja um segundo Dioclesiano das Neves, esse branco que se imiscuiu no universo dos indígenas e que desse mundo nunca mais regressou. (COUTO, 2016, p. 140-141).

A citação acima apresenta a constatação da hibridização da personagem que narra, Germano, e os dados da história oficial de Moçambique, quando cita Dioclesiano das Neves. Segundo relatos históricos, Dioclesiano Fernandes das Neves é de origem portuguesa, foi para Moçambique para assumir o cargo de diretor da Alfandega, de Lourenço Marques.

René Pélissier, em *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)* (1998), Dioclesiano não comunga das mesmas ideias da coroa portuguesa quanto ao processo de colonização, bem menos com relação ao tráfico de escravos. Por tais motivos, viaja à Ilha de Moçambique para pedir demissão do cargo a Augusto de Castilho, governador geral. No regresso a Lourenço Marques, sua embarcação naufraga, e, ao sobreviver, empreende uma longa caminhada para o sul, quando conhece o imperador Manicusse e se tornam amigos.

Esse relato é apresentado tanto na narrativa histórica quanto na ficção produzida por Mia Couto em que Dioclesiano tornou-se um indivíduo hibridizado pela vivência da guerra entre Portugal e a região sul de Moçambique. Pode-se dizer que a personagem, na narrativa histórica e na ficção, apresenta-se hibridizada, tal qual Germano de Melo.

O processo de hibridização está presente nos relatos referentes à colonização, no continente africano, seja a dominação da coroa portuguesa, seja a de outros países europeus que colonizaram o continente. A miscigenação racial, cultural e social ocorre pelo contato entre culturas distintas e esse fator é mais um elemento que contribuiu com a derrocada do imperador de Gaza.

2.3 A Memória e o tempo narrativo

Em *Sombras da água* (2016), a memória e a história são retomadas a partir da reconstrução identitária do povo moçambicano. Ao pensar em uma nação que necessita se reconstruir, o autor se apropria da memória individual e coletiva de indivíduos que vivenciaram o período colonial, na construção da trilogia, engendrando tradição e modernidade no construto de uma nova

perspectiva histórico-social. No romance, Imani reflete a sua condição, diante do advento da colonização:

Mas eu sabia como tinham apagado as marcas da minha origem. Durante toda a infância, longe dos meus pais, o padre patrulhara-me os sonhos logo ao despertar, anulando os noturnos recados dos que me antecederam. Para além disso, o sacerdote Rudolfo Fernandes corrigia-me o sotaque como quem apara as unhas a um cão. Eu era preta, sim. Mas isso era um acidente de pele. Ser branca será a única profissão da minha alma. (COUTO, 2016, p. 70).

A imposição de uma nova cultura ao povo moçambicano que passou pelo processo de colonização, ocorreu em diversos âmbitos, principalmente no da doutrinação religiosa. A catequização era um subterfúgio no massacre social, cultural e econômico das etnias que compunham o território, ainda sobre o processo de dominação colonial. O poder da metrópole foi estabelecido pela falta de conhecimento dos povos, mas também pela violência física, isso sem esquecer a imposição do trabalho escravo e o tráfico humano.

No trabalho realizado a partir da memória, a escrita é balizada pelo relato da violência e, às vezes, é necessário o uso da ficção para narrar o trauma. Essa proposta não é citada nem defendida por Mia Couto em suas entrevistas relacionadas à obra *As areias do imperador*, todavia sua narrativa possui elementos que permitem explorar essa vertente analítica.

Segundo Seligmann-Silva (2008), narrar o trauma ocorre pelo pensamento de que ele é uma memória de um passado que não passa. As lembranças são rememoradas sempre que um episódio traumático ocorre. A revitalização do passado pela reescrita da literatura proporciona reflexões sobre o trauma vivido por uma nação em determinado tempo histórico.

O colonialismo e o processo de escravidão, representam um trauma, pois esses elementos de violência como o trauma e a dor fazem parte da rememoração do passado colonial e pós-colonial dos que viveram o estigma da colonização. E desse modo, as populações marginalizadas nesse contexto de guerra expressaram e ainda hoje expressam os traumas vividos.

Mia Couto tem em sua obra literária a temática da dor vivida pela população negra, pelo processo de identificação com o povo moçambicano, sociedade a qual pertence, sua narrativa ficcional constitui um campo de

pesquisa, como apresenta na trilogia. A violência coletiva, a dor e o trauma são abordagens recorrentes em suas narrativas.

Para Seligmann-Silva (2008), o trauma tem características que propiciam o debate sobre narrativas de ficção que podem ser interpretadas como textos de valor confessional e histórico. Através da negação da narrativa oficial, as narrativas ficcionais possibilitam relatar o trauma daqueles que viveram e ainda hoje vivem à margem dos relatos históricos. A narrativa ficcional propicia o recontar dessa história, resgatando valores e culturas distintas. Para Seligmann-Silva,

Segundo estas palavras, podemos caracterizar, portanto, o testemunho como uma atividade elementar, no sentido de que dela depende a sobrevivência daquele que volta do Lager (campo de concentração) ou de outra situação radical de violência que implica esta necessidade, ou seja, que desencadeia esta carência absoluta de narrar. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

Ao olhar a história e a literatura, pode-se ver a narração das mesmas cenas traumáticas sob óticas diferenciadas. Como exemplo, pode-se citar algumas obras da literatura clássica: *Ilíada*, de Homero; *Édipo rei*, de Sófocles e *Hamlet*, de Shakespeare; todas relatam um trauma sofrido em determinado tempo histórico. E essa realidade traumática é comum a uma coletividade.

A narrativa do trauma ocorre por meio da memória individual e coletiva, e utiliza-se do testemunho de indivíduos na compilação de dados ocorridos em um momento de crise, também chamado por catástrofes históricas. Nesse prisma, surge uma nova forma de ver a memória na contemporaneidade, quando esta converge com as narrativas históricas oficiais, atribuindo novos significados.

Nessa direção, o crítico literário Edward Said (1995) analisa as relações entre cultura e imperialismo ao tratar das literaturas de: França, Inglaterra e Estados Unidos da América, acessando a memória imperialista no período colonial. Said retoma Eliot, no pensamento de que o trauma sofrido no advento da colonização ainda vive na memória coletiva de um povo. É a partir desses rastros identitários do povo moçambicano que Mia Couto constrói sua narrativa.

Para Said,

Tão vasto, e ao mesmo tempo, tão detalhado é o imperialismo como experiência de dimensões culturais cruciais que devemos falar em territórios que se sobrepõem, em histórias que se entrelaçam, comuns a homens e mulheres, brancos e não-brancos, moradores da metrópole e das periferias, passados, presentes e futuros; esses territórios e histórias só podem ser vistos da perspectiva da história humana secular em sua totalidade (SAID, 1995, p.98).

Esse narrar é visto como uma possibilidade de reinterpretação do passado, do recontar de aspectos históricos através da narrativa literária, facultando uma releitura dos acontecimentos e permitindo novas reflexões que propiciam maturidade intelectual. Esse exercício intelectual permite o resgate da tradição de um povo, acessando memórias perdidas e fragmentadas no tempo. No entanto, uma obra de ficção possibilita a posse da memória e história de um “outro” para contá-la como se fosse sua.

Mas essas memórias podem exceder a existência de uma personagem narradora, por isso é necessário a criação de mais de uma voz narrativa para enunciar o trauma. Desse modo, o autor da obra de ficção falseia algumas informações que se misturam àquelas que são históricas ou que fazem parte da memória individual e coletiva de certos grupos sociais. Em *As areias do imperador*, Mia Couto utiliza-se dessas memórias na construção da trama, quando aspectos culturais das etnias são resgatados na composição da memória.

Em Moçambique, como em outros países do continente africano, a violência colonial é recente, portanto mais dolorosa. A ressignificação simbólica e imagética através do texto literário é instrumento de denúncia e resistência dos povos que sofreram a colonização. Mia Couto apresenta, na trilogia, uma nova versão da narrativa histórica, desconstruindo o pensamento eurocêntrico quanto a cultura ocidental e marcando, no espaço da literatura, o rompimento com a hegemonia europeia.

A literatura africana de Mia Couto e outros escritores como João Paulo Borges Coelho, Ana Paula Tavares, Pepetela, José Luandino Vieira e José Craveirinha constituem uma literatura de resistência e defesa de identidade cultural. Desse modo, a consciência de uma diversidade étnica constitui a valorização de traços identitários comuns e solidários entre os países que viveram o processo colonial. Em Moçambique, a busca identitária delineia um

território de mestiçagem, um lugar de reinvenção da identidade, quando a literatura busca as raízes culturais e o sentimento de pertencimento.

Para Edward Said essa

narrativa é crucial, tendo como tese básica a ideia de que as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca de regiões estranhas do mundo, mas que, ao mesmo tempo, tais histórias se tornam um método utilizado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria (SAID, 2005, p.13).

Essa literatura de resistência e de engajamento foca no resgate sociocultural de povos que passaram pelo processo de colonização e, conseqüentemente, têm na escrita a essência da memória. A enunciação das vozes narrativas, nesse contexto, é designada por Silviano Santiago (2002) como narrador pós-moderno com atuação baseada na experiência do outro, quando passado e presente constituem o mote da produção literária.

Ao rememorar as tradições moçambicanas, Mia Couto se vale de recursos da narrativa oral, de imagens e da religiosidade das etnias que compõem o país. A trilogia *As areias do imperador* vai além das fronteiras culturais e geográficas, estabelecendo fronteiras múltiplas que possibilitam acessar presente e passado na memória coletiva da nação, engendrando história e identidades na construção do texto ficcional.

Nessa linha de pensamento, o romance passa a possuir múltiplos sentidos, porque nele estão imbricados aspectos de origens, históricos e rastros identitários de antepassados. O indivíduo traz em si a tradição e a modernidade, a identidade de origem e a adquirida na convivência em um mundo globalizado. Isso acontece porque a literatura contemporânea apresenta um discurso polifônico, e este pode estar inscrito em um mesmo sujeito (HALL, 2005). Dessa forma, o texto literário contemporâneo tornou-se um lugar privilegiado na construção da identidade. Conforme Hall,

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas que nos rodeiam. (HALL, 2005, p.12).

Enquanto a literatura modernista caracterizou-se pelo anseio de romper com o passado, o texto contemporâneo resgata o passado pela memória, no deslocamento do tempo e do espaço na construção narrativa. Assim, ocorre uma reedição dos episódios históricos na construção da narrativa ficcional, quando uma representação do real adota como referência outras perspectivas da história. Dois narradores em *As areias do imperador* representam as vozes dos vencidos pelo processo colonial, observando-se que nesses vencidos tem-se a voz do colonizado e a voz do colonizador.

Nessa peculiaridade das vozes narrativas há uma ironia construída, talvez para permitir a reflexão de que em período de guerra não há vencedores, todos são vencidos pela violência e pela destruição do construto de humanidade contida em cada indivíduo. Mia Couto apresenta, por meio de Imani e Germano, um movimento de contrastes identitários e ideológicos, a partir de deslocamentos geográficos e culturais, bem como pelo entrecruzamento de povos e culturas que marcam uma nova forma de reinscrição da história.

Nesse trabalho o narrador apresenta em si a diversidade dos povos e de um tempo que o mantem em constante transformação, pois trabalha a partir de rastros de identidades, e, assim, tematiza diversas significações socioculturais. Em *Sombras da água (2016)*, no capítulo quatro, intitulado “Mulheres face ao fim do mundo”, Imani se apresenta confusa ao relacionar passado e futuro, conforme se observa no trecho:

As duas mulheres tinham-me acenado com as bandeiras do futuro. Pela primeira vez na minha vida me era dado a escolher um caminho para a minha vida. Eu não sabia escolher. Não sabia que havia tanto que eleger numa simples escolha. Nas duas alternativas eu devia sair da minha terra, sair da minha língua, sair de mim mesmo. Fugir com os suíços era um modo de me salvar do momento, para me salvar da minha própria vida. Evadir-me com um rei podia abrir-me portas para um passado que me foi negado. Mas faltava-me algo nesses dois devaneios. Faltava-me Germano. (COUTO, 20018, p. 340).

A figura de Imani apresenta uma multiplicidade de pensamentos na tomada de decisão ao acessar o futuro, pois se, assim, o fizesse poderia retomar um passado que lhe foi negado. Ela conecta-se a diversas possibilidades através do imaginário, mas o presente salta-lhe aos olhos pela

ausência do sargento Germano de Melo, sua ligação mais íntima com o inimigo. Como já foi citado, Germano representa a coroa portuguesa, a qual quer dominar as terras e os povos do sul de Moçambique, local de pertencimento de Imani.

Na projeção entre passado e futuro, Imani se reconstrói pela fragmentação do “eu”, permitindo o recontar da história pelo acesso à memória individual e coletiva. Imani fala por si e pelos seus, representa as vozes vencidas, segundo o relato da história oficial. Mas representa, acima de tudo, a narrativa do trauma em tempos de guerra.

Para Seligmann Silva,

O testemunho, como exercício de narrar e elaborar traumas sociais, na prática política, conforme veremos, é uma tentativa de se escovar a história a contrapelo, abrindo espaço para aquilo que normalmente permanece esquecido, recalcado e legado a um segundo (ou último) plano. (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 103).

Pelas lacunas da narrativa histórica, mesclam-se produções literárias que permitem ao narrador a inserção de uma nova consciência crítica no contexto de colonialismo e pós-colonialismo. Para Frantz Fanon (1968), a construção da identidade nacional reúne identidades múltiplas e fragmentadas. Na trilogia de Mia Couto, o espaço literário é tomado pelas questões identitárias e culturais, em que se inserem as vozes silenciadas, quando questiona a miscigenação de povos e culturas, além de aspectos políticos, históricos e sociais. O autor ressalta a heterogeneidade na construção do país após o processo colonial e elucida que pelas lacunas da história surge a voz do colonizado. É, justamente, esse o processo que Moçambique viveu.

Sobre as sequelas deixadas pela colonização na construção do país, é importante retomar a visão de Fanon sobre o “mundo colonizado”:

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino religioso ou leigo, a formação de reflexos morais transmissíveis de pai a filho, a honestidade exemplar de operários condecorados ao cabo de cinquenta anos de bons e

leais serviços, o amor estimulado da harmonia e da prudência, formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que torna consideravelmente mais leve a tarefa das forças da ordem. (...) (Fanon, 1968, p. 28).

Fanon ainda afirma que é pela voz do colonizado que se registra uma nova literatura, a partir da consciência de que a cultura do colonizador está imbricada à cultura do povo nativo. Nessa perspectiva, que escreve se sente à margem de sua cultura, pois tem em si enraizado rastros identitários do processo de colonização, de modo que o seu lugar de pertencimento lhe causa estranheza. Esse indivíduo encontra-se no entre-lugar Silviano Santiago (2000), e, ao falar desse lugar de fronteiras múltiplas, o “eu” e o “outro” se confundem no discurso do narrador, falseando os relatos de ficção que são escritos com base na história e na memória.

Mia Couto, portanto, estabelece um jogo entre a memória e a ficção, no embate sociocultural vivenciado no período de guerras acontecidas, no sul de Moçambique, em período anterior ao surgimento de sistemas culturais diferenciados que irão fortalecer o empenho de formação de uma Nação-Estado. A reestruturação social, a partir da cultura local e estrangeira, permitiu o estabelecimento de fronteiras múltiplas através do imaginário coletivo, rompendo o conceito de que o “outro” fosse inimigo, tornando-o aliado na composição social, cultural e histórica.

CAPÍTULO III

O BEBEDOR DE HORIZONTES

O imperador

Levaram-no para além do mar.
onde os corpos se igualam aos corais.
Assim se esqueceu
dos ossos que lhe pesavam.

Não pisou na praia
quando partiu.

Uma onda o devolverá, disseram.
Estremeceram uns, desamparados.
Outros suspiraram, aliviados.

Puseram-lhe sal no nome
para que cuspséssemos na sua memória.

Mas a saliva
ficou presa na garganta.

Naquele exilado
afastávamo-nos
de quem éramos.

Aquele morto
éramos nós.

E sem ele
nasceríamos
menos sós.

(MIA COUTO, 2016, p. 11-12)

O *Bebedor de horizontes* (2018) é o terceiro romance da trilogia *As areias do imperador* e conclui a épica do escritor Mia Couto, com a narrativa da guerra entre Portugal e Império de Gaza. Ao recordar o passado colonial, o autor fala do presente em Moçambique e constrói uma escrita memorialística narrando a multiplicidade cultural e identitária do país.

Em *O bebedor de horizontes* (2018), os prisioneiros embarcam em Zimakaze em direção ao posto de Languene e de lá seguem para Limpopo, dando início à viagem marítima que os conduziria a Portugal. A viagem é longa e cheia de intempéries aos cativos. O diálogo entre colonizador e colonizado é intermediado por Imani. Na viagem, acompanham o imperador sete de suas

trezentas mulheres, o filho Godigo, o tio, o conselheiro Mulungo, o cozinheiro Ngó e, ainda, o rival, chefe dos mfumos, Zixaxa, com suas três mulheres.

Imani, como em *Mulheres de Cinzas* (2015) e *Sombras da água* (2016), continua narrando a saga do imperador de Gaza. Sua narrativa destaca o conflito interno do exército português e a violência colonialista que era devastadora. Fica claro que o exército português não entendia o objetivo das batalhas que realizavam tampouco o enfrentamento que fazia contra o reino de Gaza, pois as relações políticas mudavam constantemente. As ordens da coroa portuguesa eram confusas, ora mandavam avançar as tropas contra o imperador de Gaza, ora negociava acordos comerciais e estabelecia uma convivência de interesses.

A verdade é que Portugal sofria pressão de países europeus, entre eles a Inglaterra, para que conquistasse em definitivo a região sul de Moçambique. Caso não o fizesse, de acordo com a Conferência de Berlim, outros países poderiam se apoderar daquela região. Após esse ultimato, Portugal rompeu em definitivo com o imperador Ngungunyane, realizou um cerco ao povoado de Chaimite e prendeu o “Leão de Gaza”.

Segundo Vilhena (1999), antes de sua prisão, Ngungunyane fez sua última aparição como imperador:

No dia 9 Gungunhana convocou uma banja (a última), a que Uanhanhana Kossa assistiu. O régulo estava desesperado e o seu maior desgosto vinha de se saber atraído. Eis como o intérprete traduziu as suas palavras:

“– Não são os brancos que me vencem, são as vossa traições!... – e o Gungunhana continuava acusando os traidores:

Quem avisou as tropas de Chicomo de que eu tinha licenciado, temporariamente, as minhas melhores impis?!... Agora aí tendes o resultado da vossa obra. Estou vencido e, se não puder fugir para o Transvaal, onde tenho amigos, serei preso! Mas, mais tarde, verão quem é melhor: se eu ou os portugueses!...

Os meus melhores chefes, os meus parentes mais chegados, foram os que me prepararam esta miserável situação. Mas não faz mal, terão o pago a seu tempo. Os brancos vingar-se-ão em vocês todos, das despesas, perda de vidas, e maçadas que tiveram. Vocês não compreendem estas coisas! Os guerreiros da nossa casta vão sempre até ao fim. Se morressem, morriam no seu posto; se vencessem era uma glória para os Angunes.

A tudo quanto o Gungunhana disse só o Molungo respondeu:

- Mas se tu fazes essas acusações aos teus chefes e se, realmente, eles são traidores, porque não os mandas aqui apresentar para serem imediatamente fuzilados?!...
- Agora é tarde de mais. E, além disso, os mais culpados são irmãos de meu pai!...”

Assim terminou a última reunião do Conselho dos grandes de Gungunhana. (VILHENA, 1999, p. 137 – 138).

Ngungunyane estava fragilizado e tentou a rendição junto à coroa portuguesa; todavia as tropas de Mousinho de Albuquerque não permitiram que a história registrasse uma rendição, ao invés da captura do régulo pelo exército português. Segundo Maria da Conceição Vilhena (1999), a nação portuguesa usava em suas campanhas de conquistas a ficção e o imaginário na construção de suas vitórias coloniais. Assim, deu-se em Moçambique, quando se criou o mito do imperador, que a queda do Império de Gaza servisse de glória à coroa portuguesa, diante das potências coloniais europeias.

A última obra da trilogia dá sequência à narrativa de *Sombras da água* (2016) e a transição de um romance para outro ao narrar a prisão de Ngungunyane em 1895, quando Mousinho de Albuquerque invade o povoado de Chaimite e negocia a rendição do imperador. O “Leão de Gaza”, conforme trecho abaixo, foi capturado e considerado o último opositor à consolidação da colônia portuguesa em solo moçambicano.

Há dois dias sucedera o impensável: em Chaimite, o capitão Mousinho capturou o imperador Ngungunyane e trouxe-o amarrado até o cais de Zimakaze. Junto com o real prisioneiro seguiam as sete esposas que ele elegera para o acompanhar. Essa escolha foi o seu último ato de soberania. Na comitiva seguia também eu, Imani Nsambe, que os portugueses escolheram como tradutora. Finalmente, em Zimakaze, o chefe dos mfumos, chamado Nwamatibjane Zixaxa, juntou-se aos presos. Com este rebelde vieram três das suas esposas. De Chaimite a Zimakaze o mesmo espanto se repetiu: os habitantes de Gaza contemplaram, incrédulos, o imperador Ngungunyane sendo arrastado em prantos. Os militares portugueses eram tão poucos que se tornava ainda maior o desconcerto de quem assistia ao inusitado desfile. (COUTO, 2018, p. 14).

Contudo, a captura do imperador não significou o fim das guerras em Moçambique. Os conflitos continuaram entre chefes de Ngungunyane e a coroa portuguesa. As notícias chegavam aos militares da coroa portuguesa, que

acompanhavam os prisioneiros. Imani, como falava e entendia o idioma dos portugueses, tinha acesso às informações. Todavia, no trecho abaixo, pode-se ver que essa situação que parecia lhe favorecer, era um engodo.

Dias depois atribuem-me um quarto só para mim. Pensei que fosse um privilégio. Era uma condenação. Nesse aposento recebo a visita do comandante do forte. As suas instruções são claras: devo extrair informações dos prisioneiros e denunciar falas e falantes. Ngungunyane e Zixaxa são donos de segredos. É esta a certeza dos portugueses: de longe, os presos ainda comandam as operações de resistência em Moçambique. Será talvez uma ideia demasiada conspirativa. A verdade é que a guerra não terminou com a detenção do rei de Gaza. Novos focos de rebeldia se ascenderam em redor de Maputo e em Magude. Estas notícias são uma rasteira para a propaganda lusitana. Se as novidades são más para os portugueses, para mim constituem uma verdadeira calamidade: todas as noites transito de tradutora para delatora. Não tenho escolha: ou denuncio os meus irmãos de raça ou, depois do parto, enviam-me de volta para Moçambique. Viajarei sem o meu filho, sem Germano, sem os meus sonhos. (COUTO, 2018, p. 235 – 236).

Em determinado momento, Imani decide inventar delações; e por um período ludibriou os portugueses, até que chegou notícias do outro lado do oceano sobre a morte de Manguiguane, um dos guerreiros do imperador de Gaza. O imperador sofre a perda do guerreiro. Em Moçambique, a cabeça do guerreiro foi exibida de aldeia em aldeia para que o povo prestasse vassalagem à coroa portuguesa, como se vê no trecho:

(...) Assassinaram o homem que mantinha viva a última centelha do império de Ngungunyane. Decapitaram-no. Era preciso uma prova daquela morte: espetaram a sua cabeça num ferro e exibiram-na de aldeia em aldeia. (...) As pessoas olhavam, baixavam o rosto e fugiam. Não precisava daquela prova. Sabiam da verdade por vias que os portugueses desconheciam.

O homem que nos fez chegar a notícia era um munguni que veio de Moçambique. Trouxe com ele um ramo da árvore sagrada, a umphafa. Cortaram aquele galho no lugar onde Maguiguane morreu e pediram ao morto que migrasse para dentro daquela pequena estaca. Entregaram o ramo a este mensageiro e fizeram-no viajar para Portugal. Durante todo o caminho o homem conversou com o galho da árvore. (...) Esse mesmo ramo é agora entregue ao imperador, que comprime as folhas entre os dedos e os espinhos. Gotas de sangue tombam na pedra do quarto. *Quem o matou?*, pergunta Ngungunyane.

Foi Mouzinho, responde o mensageiro em xizulu. O rei de Gaza manda que o estafeta se retire. Deita o ramo de umphafa no seu leito, cobre-o com um pano. E dirige-se-lhe num murmúrio: *Vieste ter comigo, meu guerreiro. Não há na nossa terra uma réstia de chão para te enterrar.* É interrompido por um acesso de tosse. Depois, prossegue: *Disse aos portugueses que eras um traidor. Menti pra te proteger. E tu cumpriste as minhas ordens até ao fim* (COUTO, 2018, p. 236 – 237).

Com essa nova derrota, Ngungunyane percebe que não há como resistir aos avanços da coroa portuguesa em solo africano. Não bastasse estar aprisionado sem saber se conseguiria o perdão do rei, conforme pedido feito, em carta que Imani escreveu, ou se sofreria o fuzilamento, após as várias exhibições como cativo e da perda de um de seus maiores guerreiros. A morte de Manguiguane fragiliza os levantes de resistência ao domínio português.

O enredo do romance segue de forma dialógica nas vozes narrativas de Germano e Imani, além de uma nova voz, a de Alvaro Andrea¹⁵. Um militar que é amigo de Germano e segue viagem para Portugal, acompanhando os prisioneiros da coroa. Mas é a voz narrativa de Imani que ecoa nos três volumes da obra de Mia Couto, denunciando o processo de colonização e todos os conflitos gerados entre as etnias que compõem Moçambique, um exemplo disso, é o trecho abaixo:

(...) Olho em redor e tudo é nevoeiro. Não consigo destrinçar os prisioneiros dos milhares de negros que assistem ao desfile. Estão todos misturados, os que choram e os que festejam. E dançam juntos os tiranos e os escravos. Os que antes se guerreavam estão abraçados na cidade dos brancos. Na mão direita trazem a azagaia dos zulus. Na esquerda exibem o machado de meia-lua dos vandau. Dos ombros pendem os arcos com que nós, os Vaxopi, resistimos à ocupação dos vanguni. E todos acenam com as mesmas armas com que foram mortos como se fossem vitoriosas bandeiras. Unidos pelo fracasso, os vencidos tomam posse da cidade. África conquistou a fortaleza dos europeus. Xilunguine engoliu Lourenço Marques. (COUTO, 2018, 133).

Esses conflitos revelam a dimensão da guerra no sul de Moçambique, as guerras eram feitas de um emaranhado de conflitos. Imani carrega sobre si o estigma de pertencer a uma raça inferior, de ser mulher e do preconceito

¹⁵ Álvaro de Oliveira Soares de Andrea foi oficial da Marinha Portuguesa. Serviu nas colônias e participou da campanha de Gaza, na captura de Ngungunyane em 1895.

instalado na cultura do colonizador e do colonizado. Sua formação e desenvoltura diante do advento da colonização a coloca em uma posição à margem dos segmentos que lutam pelo território de Gaza, seu lugar de pertencimento parece não existir e ela coexiste nesse ambiente de terceira margem. No trecho que segue, pode-se ver a dor de Imani, com essa situação:

– Meu Deus, como esta gente é atrasada – comenta o militar, deitando as mãos à cabeça. – E as pretas são piores do que eles.

Não percebe quanto me magoa. O português em que me expresse, sem ruga nem rasura, faz com que Mousinho deixe de ver a minha raça. Guardo-me em silêncio. Calo-me na mesma língua do homem que me humilha. (COUTO, 2018, p. 17).

Segundo Silvano Santiago (2000), a dependência cultural entre países que vivenciaram o processo de colonização se dá pelo entrecruzamento de culturas, quando os povos envolvidos absorvem o que há de melhor na cultura que lhe é apresentada, dessa forma, recriando a cultura importada e adaptando-a a cultura de origem.

Contudo, nesse processo surge uma terceira margem social, um entre-lugar nas culturas apresentadas, constituindo uma identidade autônoma, cosmopolita. Essa é a perspectiva identitária da personagem Imani analisada na trilogia. Nos recortes que seguem, pode-se ver que ela é uma cidadã cosmopolita, seu lugar de pertencimento é o mundo.

– Imani... *É assim que te chamas, não é? A minha dúvida pode parecer-te estranha mas preciso te perguntar: sentes que pertences a um país, a uma nação?*

Fala sozinho. E responde por mim. Está certo de que me falta um sentimento de pertença. Apesar da minha aparência, continuo a ser uma indígena, leal à família, fiel à raça. (...) (COUTO, 2018, p. 26 – 27).

– Mãe, *ajude-me. Leve-me para a nossa casa,*

– *Não tens regresso, minha filha. Quando terminar a festa serás perseguida pelos negros como traidora. E serás repudiada pelos brancos por causa da incurável deficiência que trazes na pele. Esse é o destino que escolheste, Imani.*

Dançando, as duas mulheres desaparecem entre a massa de gente. Desvairada, subo ao palco, aos brados:

– *salvem-me, por amor de Deus. Salvem-me!* (Ibidem, 2018, p. 134).

Há muito que me esqueci da minha raça, há muito que me distanciei dos costumes do meu povo. Continuo, porém, a sentar-me como uma mulher negra: apoio-me sobre as pernas encolhidas lado a lado, um joelho em cima do outro. O imperador tem os olhos fixos em mim, avalia como sou fiel a antigos temores, vigia-me as mãos que se conservam respeitosamente cruzadas. (Ibidem, p. 126).

A relação de Imani com a coroa portuguesa e com o Império de Gaza era por conveniência; e, em determinados momentos, ela não estabelecia simpatia por nenhuma ideologia ou política, praticada por nenhum grupo, colonizador e resistência. Suas convicções e ideologias eram contraditórias a tudo que tinha a sua volta.

O ambiente torna-se inóspito para a personagem Imani, isso porque ela era uma africana com costumes portugueses, conhecia a língua do colonizador e por estar grávida de um soldado português. Mia Couto constrói um espaço de conflito identitário para representar em sua obra a construção da identidade do povo moçambicano, apresentando ao leitor o trânsito entre tradição e modernidade, vivido pelas nações que sofreram o processo da colonização.

A condição de tradutora da jovem Imani era uma ofensa ao reinado de Ngungunyane. A afronta ao imperador de Gaza é tratada na narrativa quando Imani torna-se interlocutora dos prisioneiros da coroa portuguesa, após a captura do “Leão de Gaza”. Dabondi, uma das mulheres do imperador, admite a inveja que sente de Imani, como pode-se ver abaixo:

– *Tenho inveja de ti – confessa num tom desfalecido. – Tenho pena de não saber falar a língua dos brancos.*
 – *Não tenhas pena, minha rainha – afirmo. – Assim, não escuta as ofensas que nos são dirigidas. Não percebe quantas vezes somos chamados de macacos.*
 – *Os brancos também desconhecem os nomes feios que lhes chamamos.* (COUTO, 2018, p. 60-61).

Imani narra a saga do povo moçambicano, na perspectiva do oprimido; sua narrativa representa a história que não foi contada nos livros da história oficial. A personagem traz consigo uma carga representativa rica de contexto social, político, cultural e ideológico do processo de colonização. Sua existência na narrativa tem como foco a resistência aos poderes constituídos, sejam eles de colonizadores ou de colonizados.

Na conferência de Berlim, a Inglaterra se opôs ao domínio português na intenção de unir Angola e Moçambique através do traçado Mapa Cor-de-Rosa¹⁶, e a partir desse evento as duas potências passaram a disputar o Estado de Gaza, controlado por Ngungunyane. Essa disputa deu vantagens ao imperador que passou a negociar com portugueses e ingleses, protelando, por algum tempo, a sua rendição junto à coroa portuguesa. Entre alianças contraditórias e traições, o governo de Gaza sobreviveu o tempo suficiente para a criação do mito, por isso a necessidade do seu aprisionamento e degredo em terras portuguesas.

Pela façanha da captura de Ngungunyne Mouzinho de Albuquerque é homenageado e condecorado com medalha de ouro, conforme figura abaixo:

Figura 25 – “Medalha de ouro do feito heroico de Chaimite e prisão do Gungunhana; grande-oficial da legião de honra; medalha do valor militar (pertencente a Mousinho de Albuquerque)”



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Na trama, o conflito da guerra de dominação desconstrói o enlace amoroso entre Germano e Imani. As convenções sociais que o militar teria que

¹⁶ O chamado Mapa Cor-de-Rosa era o documento que representava a pretensão de Portugal exercer a soberania sobre os territórios que ficavam entre Angola e Moçambique e que correspondem hoje à Zâmbia, ao Zimbabué e ao Malawi. A disputa com a Grã-Bretanha sobre estes territórios deu origem ao ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890, a que Portugal cedeu, com os consequentes danos para imagem interna e externa do governo monárquico português. <https://africanomundo.blogs.sapo.pt/3041.html>

enfrentar para assumir Imani como sua esposa, o faz recuar de tudo que aparentemente sonhou. Mesmo não acreditando nos ideais da coroa portuguesa, se afasta de Imani e exerce sua função de soldado das tropas portuguesas.

Mia Couto parece se apropriar, de forma crítica, no entanto, no episódio da prisão de Ngungunyane e do mito da África selvagem, quando narra a apresentação do imperador à sociedade portuguesa como um bicho exótico, através de sua exposição em praça pública. Nesse ato o imperador é apresentado como homem voraz e místico, característico do sombrio território africano. As exposições de um imperador vencido, conforme recorte abaixo, impressionaram colonizadores e colonizados:

Não era apenas um imperador vencido que os portugueses exibiam. Era África inteira que ali desfilava, descalça, rendida e humilhada. Portugal precisava daquela encenação para desencorajar novas revoltas entre os africanos. Mas necessitava ainda mais de impressionar as potências europeias que competiam na repartição do continente. Orgulhoso mas apreensivo, o capitão Mousinho de Albuquerque contemplava a turba que se acumulava pelos caminhos. E acontecia sempre o mesmo: aquela massa de gente desatava aos gritos, numa festa.

– *Bayeté!* – bradavam em unísono.

O capitão pediu-me que traduzisse aquele clamor. E sorriu, vaidoso quando lhe segredava: a multidão aclamava-o a ele, o capitão dos brancos. E louvavam-no com um fervor que, segundo o próprio Mousinho, não seria igualado nem pelos seus mais fiéis compatriotas. Nunca imaginou o capitão que mais africanos que portugueses o saudassem como libertador. Foi o que vaidosamente me confessou. E acrescentou:

– *Quem sabe os pretos me façam aqui uma estátua, mais depressa que os meus compatriotas lá em Lisboa.* (COUTO, 2018, p. 15).

A construção do mito ocorreu como estratégia de manipulação característica da política de colonização europeia. Quanto maior fosse o triunfo, maior seria o mérito na guerra contra Ngungunyane. Por outro lado, em outro momento, a nação moçambicana valeu-se do mito do “Leão de Gaza” como proposta ideológica da unificação política do país, após sua independência.

A releitura desse mito tem ocorrido em narrativas de ficção de escritores moçambicanos como Ungulani Ba Ka Khosa, em *Ualalapi* (1990), e, mais

recente, na trilogia de Mia Couto, que é analisada nesta tese. As duas narrativas citadas apresentam, por recurso próprios da ficção, um imperador voraz que, entretanto, não tinha capacidade para enfrentar o exército português, devido ao potencial bélico da coroa portuguesa. O Império de Gaza lutava com a estratégia de fortalecer relações políticas com as nações que disputavam seu território. Nos embates de guerra, como já dito, contava com a azagaia, incapaz de vencer as armas de fogo dos portugueses.

Elementos da biografia de Ngungunyane contribuíram, consideravelmente, para a desconstrução do mito, pois o “Leão de Gaza” é descrito como um fraticida, que alcançou o posto de imperador do sul de Moçambique pela violência. Colonizou e explorou grupos étnicos autóctones daquela região. Negociou a permanência do seu domínio territorial com países europeus colonizadores, entre eles Inglaterra, Espanha e Portugal, até ser derrotado pelo exército português.

A viagem de degredo de Ngungunyane, sete esposas e outros prisioneiros até a cidade de Lisboa, onde foram realizadas ações políticas e de exposição dos prisioneiros como parte do triunfo na guerra em Moçambique, enuncia poder à coroa portuguesa. Após a viagem e a exibição em praça pública, os prisioneiros homens foram enviados para a ilha de Açores, local do exílio.

Contudo, na versão de Mia Couto, o exílio não foi o castigo final, a obra destaca dois momentos cruciais na vida das mulheres que acompanhavam os prisioneiros: o primeiro foi quando Dabondi e as outras esposas do imperador, e as três esposas de Zixaxa foram separadas dos maridos, seguindo para o exílio em São Tomé, enquanto os homens foram levados para os Açores. O segundo momento foi a separação de Imani e seu filho, como o menino era de cor branca poderia ser criado por sua avó portuguesa.

No dia seguinte a mãe de Germano vem visitar-me. Espreita o improvisado berço e comenta, aliviada: *É clarinho!* Ergo-me a custo, as mãos viciadas no amparo do ventre. Emocionada, pergunto: Não é bonito, dona Laura?

– *Nada de intimidades, minha filha! Posso ser avó. Mas não sou tua sogra.*

Um dia destes virá buscar o menino, anuncia. Não há maldade, é apenas promessa que fez a Germano. Não procederá assim,

diz ela, se eu tivesse condição para tratar da criança. (COUTO, 2018, p. 257 – 258).

Uma semana depois dona Laura regressa ao forte. Vem buscar o menino. Não deixo que se aproxime. Com a criança nos braços, vou escapando pelo terreiro. Os guardas perseguem-me. Lembro de todas as mães que, durante séculos, correram para salvar os filhos. A força e o desespero dessas mulheres habitam agora o meu corpo. E vou voando sobre o pátio até ficar encurralada entre os tanques de lavar roupa. Dona Laura grita para que tenham cuidado, o chão está molhado, não vá eu tombar e magoar o neto. (Ibidem, p. 259).

Imani sofre com a ausência do filho, com a separação de mãe e filho, que pode ser considerada mais uma das violências do processo colonial. Imani passa quinze anos no exílio em São Tomé, junto às mulheres dos prisioneiros, sonhando com o filho a quem deu por nome, Sanga. Como é narrado pela ficção, em 1911, após a proclamação da república portuguesa, o governo decidiu deixar que as mulheres dos prisioneiros regressassem a Moçambique. Na viagem de regresso, o barco fez escala em Lisboa, dando condição a Imani de visitar a sogra, Dona Laura, e rever o filho que um dia lhe foi tirado, como descrito no trecho:

Nas poucas horas de escala, autorizaram que visitasse a casa da minha sogra, Laura de Melo. Fui escoltada por um sargento da marinha. A minha intenção era resgatar o meu filho, o meu Sanga, e levá-lo comigo para Moçambique. O coração pulsava-me quando um rapaz me abriu a porta da família Melo. Contive-me, as mãos tão tensas que me magoava com os meus próprios dedos. A mãe de Germano, dona Laura, estava de cama e foi o meu filho que me conduziu até o seu quarto. Segui calada, olhando em contraluz aquele que habitou a minha carne. Estendida num leito e de olhos cerrados, a mãe de Germano declarou em desafio.

– *Mostra a essa mulher quem é a tua única e verdadeira mãe.*

O meu filho, calado, aproximou-se do leito da avó. Baixei o rosto, os olhos marejados. Morri, pensei.

[...]

Abriu os olhos e contemplou-me demoradamente. Sabia que nunca mais nos veríamos. *Não há culpa nessa história*, disse ela. *Foi a vida que escolheu*, acrescentou. Sacudi a cabeça a sugerir que não a queria escutar. Permiti, contudo, que ela mantivesse a mão sobre o meu ombro.

– *E que nome lhe deu, dona Laura?*

– *O nome que já lhe tinha dado* – respondeu Laura.

– *É o nosso Sanga.*

– *E Germano?* – quis perguntar. Mas não tinha voz para tanto. E foi como se Laura adivinhasse as minhas secretas interrogações. Porque murmurou: *O meu Germano vai chegar para a semana, vem muito doente. Nem força tem para escrever, diz Laura. Nem por isso deixou de mandar religiosamente a mesada para o filho dele...* E corrige: *... para o vosso filho.* (COUTO, 2018, p. 302 – 303).

Imani sofre o degredo e o exílio junto aos prisioneiros da coroa portuguesa, sem pertencer àquela situação. Tem o seu filho afastado e criado pela avó paterna, em cultura distinta da sua. Mais uma vez a sua história foi ultrajada pelo colonialismo. O império de Gaza e o Império português transformaram as vidas do povo que habitava o sul de Moçambique. Suas vidas foram invadidas e transformadas, independentemente de suas vontades.

Ressalta-se que o filho de Imani se mantém ligado à cultura da mãe pelo nome que recebeu dela e que foi mantido pela avó. Todavia seu lugar de pertencimento não se dá ao lado da mãe e sua identidade foi construída a partir da ideologia imperialista europeia. E mesmo com a ausência do pai, seu referencial se mantém na família de Germano de Melo. Um pai ausente, mas provedor das necessidades do filho.

Germano de Melo viveu o conflito da guerra colonial e ficou dividido entre suas origens e a vida que podia ter construído junto com a nativa Imani. Passa toda a narrativa de *O bebedor de Horizontes (2018)* em busca de Imani, sendo que, em suas palavras,

o desconhecimento do paradeiro de Imani despertou angústias que pareciam esquecidas. E fico de novo sem mãos, sem corpo, sem vontade. Às vezes penso que Imani encontrou outro homem. Ou mais grave: que ela, sem nenhuma razão particular, tenha deixado de gostar de mim. São fantasmas que me roubam o sossego mas não a esperança. Não tardarei a encontrar Imani na minha própria terra. Irei com ela à aldeia para a apresentar à minha mãe. E então proclamarei, apontando o ventre de Imani: eis o seu neto! Eis-me a mim numa outra vida. (COUTO, 2018, p. 102 – 103).

Esse momento que o texto descreve não chega a acontecer. No avançar da narrativa, Germano escreve uma carta a Imani e a coloca a par da situação. Nessa carta ele relata que não voltará a Portugal e que não se casará com ela, pois descobriu com os companheiros do exército que casamento é uma

espécie de prisão. E se voltasse a Portugal seria preso pelo governo monarquista, já que era republicano, assim, Imani continuaria sem marido e seu filho sem a presença do pai. Na carta Germano diz:

Querida Imani

Esta não é uma carta fácil. Começo, assim, sem rodeios: não vou para Lisboa. Não haverá barco, não haverá viagem. Fico em Lourenço Marques. Haveremos de nos reencontrar mais tarde, aqui em Moçambique ou quem sabe por aí, em Portugal. Não te quero magoar, não te quero perder. Todo o amor que senti – e ainda sinto por ti – é absolutamente verdadeiro. Não é da minha lealdade que podes duvidar. As razões desta separação são outras. Posso ser teu marido. Mas não poderei ser pai dessa criança. Estive preso numa cela, em Portugal. Estive preso em Moçambique sem parede, sem porta, sem grades. Não quero ficar preso a uma rotina doméstica. Foi isso que aprendi com os meus colegas casados. A vida em casal é a mais perpétua das prisões. Talvez eu esteja doente, talvez me tivesse faltado uma família. O meu velho professava uma espécie particular de ateísmo: era descrente da felicidade. E dizia das pessoas da aldeia: “Quanto mais estúpidos, mais felizes se tornam. Quanto mais burros, mais facilmente adormecem”.

Há um outro motivo para esta decisão: não posso voltar a Portugal enquanto não for derrubada a monarquia. Seria imediatamente encafuado num calabouço. Ficarias na mesma sem marido. E ficaria o nosso filho sem conhecer o pai. (COUTO, 2018, p. 249 – 250).

Como se pode ver na carta, Germano parece perdido com os acontecimentos, como os demais moradores do sul de Moçambique, pois apesar de ser um militar da coroa portuguesa, não participou das ações de captura do imperador, tampouco gozava da confiança de Mousinho de Albuquerque. Germano permanece em território africano até a proclamação da república portuguesa, quando regressa a Portugal. Nesse mesmo momento, Imani e as mulheres dos prisioneiros retornam a Moçambique. Há um desencontro entre Germano e Imani que parece contextualizar o momento histórico vivido em Portugal e Moçambique.

As vozes narrativas, em *O bebedor de horizontes*, não possuem a mesma alternância nos capítulos entre Imani e Germano, que antes aconteciam por meio de cartas; há, pois, espaço a outros diálogos. Germano escreve poucas cartas para Imani e uma carta destinada à italiana Bianca Vanzini, contando o seu desespero por não ter notícias de Imani. Nos outros

diálogos estabelecidos, surgem novas cartas endereçadas a Imani, que relatam o exílio de Ngungunyane, como a carta de Zixaxa, falando sobre o sofrimento do imperador e o batismo dos prisioneiros.

Desde a viagem rumo ao exílio que Imani, na qualidade de tradutora dos portugueses e prisioneiros, percebe que, na situação em que estava, era também prisioneira. Mas o seu aprisionamento ia além do conflito apresentado entre colonizador e colonizado, já que a sua prisão delineava uma nova feição de sua identidade em transformação. Boaventura de Souza Santos, na obra *Pelas mãos de Alice (2001)*, diz:

sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (2001, p. 135).

Percebe-se que Imani não se identificava com o que estava a sua volta. As guerras vividas pareciam não pertencer a ela, seus atos eram dissimulados, ora conduzidos pela condição de sua origem Vchopi, ora marcados por ideologias apreendidas na convivência com o colonizador e que a corrompiam. Na trajetória de tradutora, entre prisioneiros e militares portugueses, situações conflitantes lhe são apresentadas para tradução e mediação, conforme trecho:

Não eram apenas entre nós, africanos, que emergiam querelas. Não há dia em que os chefes militares portugueses não troquem acusações. E todos, europeus e africanos, procuram-me para se lamentar. Não sei por que confiam em mim. Mais do que tradutora sou uma ponte. Talvez eu seja a aranha que vivia no pátio de Dabondi. Nas minhas patas carrego palavras e com elas faço uma teia que une diferentes raças.

Durante a caminhada, Mousinho de Albuquerque já me havia abordado de forma casual. Desta vez senta-se a meu lado e permanece imóvel, sem tirar os olhos de Álvaro Andrea.

– *Aquele tipo odeia-me* – afirma Mouzinho. – *Posso dizer-te, nenhum preto me despreza assim tanto.*

[...]

– *Sei quem és – começa por dizer. – E tu sabes o que queremos de ti. Traduzir será apenas a parte visível do teu trabalho.*

Faz uma pausa coçando o bigode. *O reinado de Gaza durou demasiado*, disse. *E sabes porquê?* pergunta. E ele mesmo responde: *Este Gungunhana sabia tudo sobre nós e nós nada sabíamos dele.*

Aqueles negros ali sentados, com os pulsos atados, não são apenas simples prisioneiros. É o que diz Mouzinho. São donos de valiosos segredos, e são essas confidências que entregarei ao Exército português. Esse é o verdadeiro motivo da minha presença naquela jornada. Pigarreio, receosa:

– *Entendi meu capitão.*

[...]

– *Agora, se me dá licença – peço num murmúrio -, volto para junto da minha gente...*

– *Prefiro – diz Mousinho – que te deixes ficar entre os brancos. É entre eles que moram as mais graves traições.* (COUTO, 2018, p. 19).

Nos conflitos da guerra, vê-se o conflito cultural e a hibridização dos povos. Para Bhabha, em *O local da Cultura* (1998), a hibridização está presente nos discursos realizados entre colonizador e colonizado, pois é uma problemática, uma problemática de representação e de individuação colonial, que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes “negados” se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade.

A personagem Mousinho de Albuquerque segue reclamando daquele momento de tensão e teme pela viagem que conduziria o prisioneiro Ngungunyane à cidade de Lisboa. Não se sente seguro nem mesmo com os militares que o acompanham e com os que os recebe em cada parada, durante o percurso da saída da África. Imani destaca que,

não se amaldiçoa o lugar onde se acaba de chegar. Assim me educaram. Mousinho não segue este princípio. Desde que chegámos não fez outra coisa senão maldizer o posto de Languene.

– *Vou mandar incendiar esta miséria!* – resmunga.

– *Isto não é um aquartelamento, é um esconderijo. Esta gente tem tanto medo de morrer que faz tudo menos combater.*

Vocifera contra o que chama de “cáfila de politikeiros”. E alerta para uma conspiração de “intriguistas”. Usa esses

termos com a mesma raiva com que Ngungunyane chama de “mulheres” os seus inimigos.

– *Imani... É assim que te chamas, não é? A minha dúvida pode parecer-te estranha mas preciso de perguntar: sentes que pertences a um país, a uma nação?*

Fala sozinho. E responde por mim. Está certo de que me falta esse sentimento de pertença. Apesar da minha aparência, continuo a ser uma indígena, leal à família, fiel à raça. E lembra a maldição que recai sobre os irmãos gémeos. Estando perante um desses irmãos, pensa-se reconhecer o outro e, assim, acabamos por não conhecer nenhum deles. Era assim que ele me vi a mim e aos demais africanos: todos gémeos. Da próxima vez que falássemos eu teria de recordar-lhe o meu nome. (COUTO, 2018, p. 26 – 27).

Segundo Cunha (1956), Mousinho de Albuquerque¹⁷ teve notoriedade entre portugueses e africanos pelas campanhas de ocupação do sul de Moçambique e pela captura do imperador de Gaza. Foi segundo Cunha um notável administrador colonial, que, em 1890, foi promovido a Capitão e nomeado governador do distrito de Lourenço Marques, no sul de Moçambique, região de conflito com Ngungunyane. E como comandante do esquadrão de lanceiros, associou-se à expedição militar de António Ennes.

Em 11 de novembro de 1895, as tropas de António Ennes, com a participação de Mousinho tomaram Manjacaze, sede do Império de Gaza, mas Ngungunyane conseguiu fugir. Todavia três dias depois ocorre a rendição do imperador em Chaimite, frente às tropas capitaneadas por Mousinho de Albuquerque. Após a captura de Ngungunyane e parte de sua família, e os procedimentos de entrega dos cativos às autoridades portuguesas, Mousinho é empossado como governador-geral de Moçambique em 1896, e, no mesmo ano, designado como Comissário Régio.

Esse processo de ocupação em Moçambique é longo e violento, as diferenças socioculturais eram pontos de conflitos e divergências no dia a dia. A prisão de Ngungunyane não apaziguou a situação, pelo contrário, provocou diversos levantes e guerras entre os povos e com os representantes da província do sul de Moçambique. Mesmo com a prisão do imperador, o exército português e, conseqüentemente a coroa portuguesa, não sentem segurança de

¹⁷ CUNHA, Amadeu. *MOUSINHO Acção. Pensamento. A época*. Agência Geral do Ultramar, Divisão de publicações e biblioteca. 1956.

que a situação esteja sob o domínio do exército português; temem por motins contra a dominação de Portugal.

Na ficção produzida por Mia Couto, em carta escrita para Imani, o militar Álvaro Andrea avalia a presença de Portugal na África:

Reinvindicamo-nos donos de um continente que desconhecemos. É mentira que a Europa tenha conquistado África. Tomamos o desejo por realidade. Apenas comandamos pequenas e dispersas feitorias junto à costa. Essas feitorias conheço-as eu e elas contam-se pelos dedos. Todo o resto do continente continua a ser governado por reis e imperadores africanos. Duas Áfricas se revezam como misteriosas mulheres: uma noturna, outra diurna. Não conhecemos nenhuma das duas. Para manter a aparência do nosso poderio, precisamos de exibir o rei de Gaza pelas ruas de Lisboa. Não se trata de uma deportação. É uma feira. (COUTO, 2018, 123).

Álvaro Andrea confia a Imani todo o conflito vivido pelo exército português. As batalhas enfrentadas ultrapassavam os limites fronteiriços da geografia. A dominação territorial não significava o domínio do povo que ali habitava, os movimentos de resistência surpreendiam a coroa portuguesa pela falta de conhecimento do “outro” que habitava as terras do sul de Moçambique.

O bebedor de horizontes (2018) ao retomar temáticas desenvolvidas nos dois outros romances da trilogia, reafirma a fragilidade das ações coloniais de Portugal em território africano. A captura e exposição do imperador Ngungunyane era necessária e urgente para a continuidade dos negócios da coroa portuguesa em território africano. Assim, consolidaria suas conquistas e se fortaleceria perante a comunidade europeia nas relações internacionais, conforme narrativa abaixo:

Talvez não entendas a razão por que nós, portugueses, nos demoramos tanto a falar de nós mesmos. Fazemos isso por causa dos outros, os estrangeiros. Temos medo que nos vejam pequenos. A nossa verdadeira pequenez não vem da geografia mas do modo como nós pensamos. E não há como um grande inimigo – como é o caso de Gungunhana – para nos distrair da nossa insignificância. A guerra contra o rei africano esconde outras guerras que dividem a nação lusitana. Encontram-se em Moçambique, usando a mesma farda, monárquicos e republicanos. Odeiam-se e matar-se-iam com a mesma facilidade com que uns e outros abatem um cafre rebelde. (COUTO, 2018, p. 37).

As narrativas históricas realizadas pelos portugueses, referentes a esse período histórico, acentuam o heroísmo do povo português e sua solidariedade no processo de colonização, enunciando um discurso de consenso e respeito mútuo na convivência. Todavia, sabe-se que os que não concordavam eram considerados inimigos da coroa portuguesa e do povo que habitava o sul de Moçambique. Até mesmo no processo de escravizar e subjugar os povos nativos, a escrita sublimava o contexto social.

Fernando Louro de Sousa, no livro *Moçambique na defesa de África e do Ultramar Português* afirma que,

o soldado indígena moçambicano tem tradições de raça, é robusto, pugnaz e guerreiro-nato; facilmente disciplinado e adaptável, apreende bem e sendo companheiro dedicado no trabalho é capaz de grandes cometimentos. O seu valor é, todavia, função da excelência do enquadramento que terá de ser escolhido, pois na tropa negra é essencial a qualidade do chefe e dos quadros. Matéria-prima magnífica e de vastas possibilidades, torna-se indispensável contar com o indígena como valor militar e como base da organização das forças armadas da Província, pois aos europeus apenas devem competir as funções de graduado e as de especialização elevada. O amor e a lealdade das populações indígenas e o seu valor combativo muito têm contribuído para a defesa da Província, contra perigos internos e externos, como comprovam os milhares de vidas que pagaram o pesado tributo à Pátria nas campanhas da ocupação e nos campos do Niassa durante a primeira guerra mundial. Por outro lado, as boas provas que as Tropas de Moçambique têm dado, onde são chamadas a servir, são garantia que saberão cumprir sempre a sua missão dentro do quadro geral das necessidades do império. (SOUSA, 1951, p. 48).

Por outro lado, as narrativas de ficção desvendam as contradições existentes em muitos registros oficiais. Como se as palavras não fossem suficientes para contarem os fatos, identificam-se sentimentos nos relatos que envolvem as guerras em África. Os inúmeros textos que fazem a representação desses acontecimentos trazem embutidos as ideologias de quem escreve.

Fica claro que o imperador de Gaza não era a real ameaça à coroa portuguesa, pois os verdadeiros inimigos da coroa portuguesa eram os países europeus que queriam invadir o que os lusitanos ainda não tinham conquistado. A caçada ao imperador foi apenas um meio de confirmação do

projeto colonial, perante os países que compuseram o tratado da Conferência de Berlim.

No romance de Mia Couto, em uma carta endereçada para Imani, Nwamatibjane Zixaxa, inimigo de Ngungunyane conta:

Confesso, Imani, que sinto pena de Ngungunyane. O desgraçado já foi punido. Foi castigado da única maneira possível: ele é o seu próprio carrasco. Agora nem precisa beber: o horizonte enche-lhe os olhos, a solidão inunda-lhe a alma. (COUTO, 2018, p. 271).

A desconstrução do mito do imperador, através da ficção realizada pelos escritores Ungulani Ba Ka Kosa, em *Ualalapi*, e Mia Couto, em *As areias do imperador*, fragiliza a credibilidade das narrativas históricas contadas pelos portugueses. Ngungunyane é o bebedor de horizontes, nome dado ao terceiro volume da trilogia. O exílio, na ilha dos Açores, dá ao prisioneiro apenas o horizonte como parâmetro de seu degrado.

No exílio, Ngungunyane, Zixaxa e os outros homens que os acompanhavam foram batizados ao catolicismo e receberam novos nomes, como se, assim, se despissem de suas culturas e origens. Zixaxa escreve uma carta a Imani, quando narra o batismo no exílio:

Querida Imani,
Começo esta carta pelo fim. E já vou assinando com o meu mais recente nome: Roberto Frederico Zixaxa. Com vês, fui batizado. Com a minha idade e a minha raça, isso quer dizer o seguinte: lavram-me a alma. E fui, posso dizer, lavado com águas nobres. Conforme me explicaram, Frederico é nome de gente distinta. Quiseram assim os brancos mostrar que nos respeitam como reis das terras de onde viemos. O batismo decorreu na maior igreja da cidade. Trouxeram pessoas importantes, os indunas da ilha Terceira e das outras ilhas. Saíram satisfeitos acreditando terem mudado a nossa natureza. Mas eu imagino que, no fundo, eles sabem: os nomes são tatuagens na alma. Não há morte que os apague. A ti posso confessar: uso este nome como se fosse um par de sapatos. Servem-me nos pés, mas não são parte do meu corpo. À nascença, os nossos ancestrais escolhem o nome que teremos. Os patrões do mundo decidem o nome que deixamos de ter. tudo isso pode ser verdade no caso de Ngungunyane. No meu caso, preservo o meu passado no nome que me

restou. Os filhos e netos que terei nesta ilha não negarão este nome africano: Zixaxa. Sou feliz com essa pequena eternidade. Não foi apenas a mim que mudaram o nome. Todos nós os quatro fomos batizados na mesma cerimónia. Ngungunyane chama-se agora Reinaldo Frederico Gungunhana. Na folha do registro, inventaram-lhe uma idade. Ficou escrito que tem sessenta anos. O desgraçado não chegou aos cinquenta. Um dia destes, ante os veementes protestos do próprio, decretarão que está morto. (COUTO, 2018, p. 286 – 287).

A coroa portuguesa tenta despir Ngungunyane e seus companheiros de suas culturas e raças, reforçando o que foi feito pela colonização e pela catequização dos africanos. Todo o processo de catequização¹⁸, no período colonial, tinha o pensamento de forçar os nativos a professarem a fé cristã, assim, os fariam aceitar a dominação colonial. A igreja católica participou veementemente desse processo, na tentativa de aniquilação de culturas distintas à do colonizador.

Esses relatórios apresentam dados do processo de catequização e a organização da igreja em consonância com a coroa portuguesa no intuito de evangelizar através das missões, bem como, de dominar o território geográfica e político daquela região. Segue exemplares desse tipo de relatório confeccionado pelos portugueses:

Figuras 26 – Relatório da Província de Moçambique – Elementos sobre as missões católicas.

¹⁸ No Anexo 05, Relatório da Província de Moçambique – Elementos sobre as missões católicas.

CONFIDENCIAL

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

DISTRITO DE GAZA

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DOS MUCHOPES

Elementos sobre as Missões Católicas

++++=++++



I.- Paróquia - Missão de N^a Senhora de Fátima de Manjacaze.

- 1.- Fundada em 1-1-1959
- 2.- Abrange as regedorias Vamangue, Manjacaze, Cambane, Coolela, Manovane e Tavane, da área do Posto Sêde do Concelho dos Muchopes.
- 3.- Na Vila de Manjacaze, Posto Sêde, Concelho dos Muchopes.
- 4.- Ordem Franciscana
- 5.- Estado por intermédio do Arcebispado de L.ço Marques
- 6.- Está juridicamente subordinada ao Arcebispado de L.ço Marques. O pessoal está dependente da Província Portuguesa dos Santos Mártires de Marrocos em Moçambique.
- 7.- Respondido em 6
- 8.- A missão tem várias escolas-capelas espalhadas pela sua área, assim: Escola de Mayengane, na regedoria Manjacaze, fundada antes de 1942; Escola de Musengue, na regedoria Manovane, fundada antes de 1940; Escola do Coolela, na regedoria Coolela, fundada em 1942; Escola do Tavane, na regedoria Tavane, fundada em 1942; Escola de Macasselane, na regedoria Matsinhe, fundada em 1942; Escola do Mausse, na regedoria Cambane, fundada em 1948; Escola de Magaissa, na regedoria Tavane, fundada antes de 1942; Escola do Chicomo, da regedoria Tavane, fundada antes de 1942; Escola de Chipene, na regedoria Coolela, fundada antes de 1942; Escola de Mangoenhane, na regedoria Coolela, fundada em 1948; Escola de Machacahomo, na regedoria Manovane, fundada em 1940; Escola de Chitsongo, na regedoria Tavane, fundada em 1948; Escola de Machulane, na regedoria Cambane, fundada em 1949; Escola de Machulane, na regedoria Tavane, fundada em 1954; Escola de Manovane, na regedoria Manovane, fundada em 6/9/1962; Escola de Machachuvane, na regedoria Manovane, fundada em 6-9-1962;



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portuga

Figuras 27 – Relatório da Província de Moçambique – Elementos sobre as missões católicas.

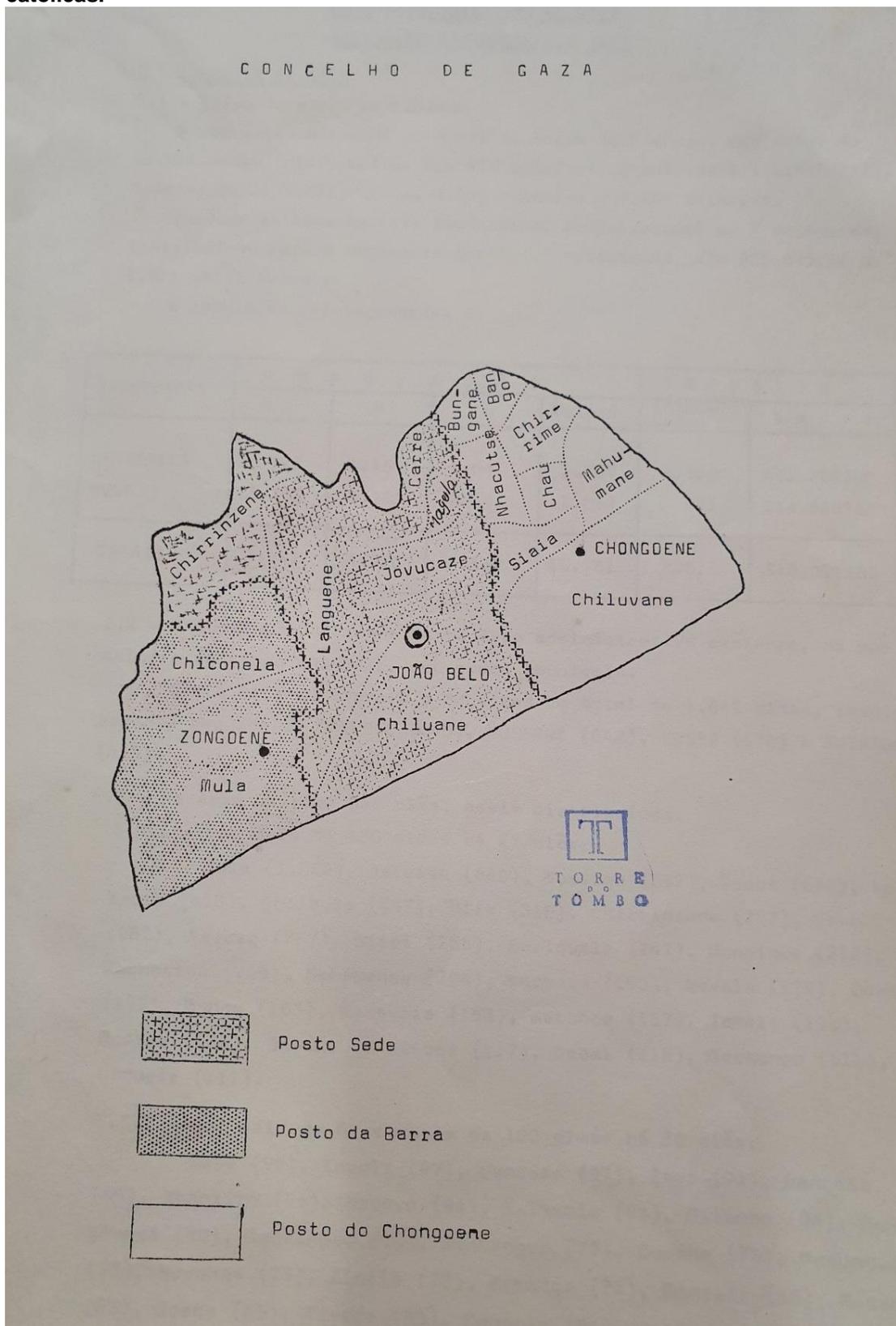
<u>Sede</u>	Missão de S. João Baptista de João Belo X Colégio-Liceu de N.ª. S.ª, do Rosário de João Belo X
<u>Barra do Limpopo</u>	Missão de Santa Clara de assis de Chiconela X
<u>Chongoene</u>	Missão de N.ª. S.ª. de Lourdes de Chongoene X
<u>BAIXO LIMPOPO</u>	
<u>Sede</u>	Paróquia de N.ª. S.ª. da Conceição de Vila Trigo de Morais X Missão de N.ª. S.ª. do Amparo de Macheta X Paróquia-Missão de Santo António (Aldeia da Barragem) X Paróquia-Missão de Santíssimo Nome de Jesus (Ald. de Folgare) X Paróquia-Missão de Santo Cristo de Freixiel (Ald. de Freixiel) X Paróquia-Missão de S.ª. Ana do Limpopo X Paróquia-Missão de S. João de Deus de Pegões X Paróquia-Missão das 5 Chagas de Jesus Cristo de Ourique X Paróquia de N.ª. S.ª. do Rosário do Lionde X Paróquia de S. Henrique de Sagres X Paróquia de S. José Operário em Ribamar X Paróquia de N.ª. S.ª. da Graça do Baixo Limpopo X
<u>Madragea</u>	Paróquia-Missão de N.ª. S.ª. Rainha do Mundo (Ald. da Madragea) X Paróquia-Missão de S. Pedro (Aldeia de Santana) X Paróquia de Santana (Aldeia de Santana) X Mundo
<u>BILENE</u>	
<u>Sede</u>	Missão de N.ª. S.ª. da Natividade de Macia X Missão de S. Pedro de Chissano X Missão de S. Paulo de Messano X
<u>CANICADO</u>	
<u>Sede</u>	Paróquia de N.ª. S.ª. da Conceição (V. Alferes Chamusca) X Missão de S. Vicente de Paulo X
<u>Mabalane</u>	Missão de S. José Operário de Mabalane X
<u>CHIBUTO</u>	
<u>Sede</u>	Missão de Santa Rosa de Viterbo da Malaíce (Chibuto) X Missão Paróquia do Sagrado Coração de Jesus do Chibuto X
<u>Alto Changane</u>	Missão de N.ª. S.ª. da Saúde do Alto Changane X
<u>LIMPOPO</u>	
<u>Sede</u>	Missão de N.ª. S.ª. da Assunção do Mapai X
<u>MAGUDE</u>	
<u>Sede</u>	Missão de S. Jerónimo de Magude X Seminário Menor de Santa Terezinha X Escola de Artes e Ofícios de Magude X
<u>Mapulanguene</u>	Missão de Santa Quitéria de Mapulanguene X
<u>MUCHOPES</u>	
<u>Sede</u>	Paróquia de N.ª. S.ª. de Fátima de Manjacaze X Missão de S. Benedito dos Muchopes X
<u>Chidenguele</u>	Missão do Menino Jesus de Chidenguele X
<u>Fumane</u>	Missão do Santo Condestável do Fumane X

fo - em falta as que têm sinal de X

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Figuras 28 – Relatório da Província de Moçambique – Elementos sobre as missões católicas.

Figuras 29 – Relatório da Província de Moçambique – Elementos sobre as missões católicas.



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal

Nos relatórios relacionados acima se observa a organização da igreja católica e da coroa portuguesa no processo de colonização e da tentativa de assimilação dos povos através da religião, entendendo que esse processo seria um agente facilitador na dominação dos povos, bem como na imposição do domínio português.

3.1 Moçambique: terra de várias nações

Moçambique tem uma localização geográfica muito particular que acolhe sujeitos oriundos de países vizinhos, com suas culturas e religiosidades. Quando era província de Portugal e gerida, no sul, pelo império de Gaza, diferentes manifestações culturais e distintas caracterizavam aquela região. O contato com o “outro” provocou profundas mudanças nos povos. Segundo Carlos Jorge Siliya, em *Ensaio sobre a cultura em Moçambique* (1996),

Os povos que os portugueses encontraram no território hoje denominado por Moçambique, tinham as suas culturas típicas que os diferenciavam dos outros povos do mundo. Eles tinham os seus modos de vida específicos e possuíam uma forma concreta de visão sobre o mundo, isto é, tinham as suas manifestações religiosas e crenças.

[...]

Sempre que esses contatos das culturas se tornaram possíveis, por vias informais e formais, ocultas e patentes, causam sempre transformações na essência e natureza de uma determinada cultura, dando lugar a fenómenos de encontros – desencontros de aceitação e recusa.

[...]

Os contactos entre as culturas existem e aparecem como resultado de causas objectivas e subjectivas e são inevitáveis. No caso concreto da cultura moçambicana a presença de comerciantes vindos de outras terras, a acção dos missionários e dos agentes do colonialismo constituíram os agentes impulsionadores do processo de aculturação neste país. (...) (SILIYA, 1996, p. 47 – 48).

No romance, essas distinções estão postas pela multiplicidade de culturas e raças que compunham o Estado de Gaza, bem como pela

caracterização da personagem Imani e sua família. A família de Imani vivia dividida, devido aos conflitos coloniais e da guerra contra o Império de Gaza.

Os seus irmãos se dividiam em vassalagem: um atendia a coroa portuguesa; o outro engajou no exército nguni, contra os portugueses. A mãe de Imani sofre ao ver a família tão dividida, sonha em voltar ao litoral, seu local de origem, fugindo daquele conturbado momento social. Katini Nzambe, pai de Imani, luta pela sobrevivência da família em meio aos conflitos, ora prestando vassalagem à coroa portuguesa ora ao imperador Ngungunyane.

Qual fosse o lado que passassem a pertencer, as etnias que compunham aquela região seriam assimiladas pela dominação política e cultural de seu opositor. Assim, surgiam os conflitos internos em cada luta de dominação e a hibridização produzida pela convivência entre dominadores e dominados.

Segundo relatos oficiais do Governo Geral de Moçambique, através dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações¹⁹ – que fizeram os levantamentos e apontamentos etnográficos, no intuito de estimar os povos que habitavam aquela região –, o processo de rendição junto à coroa portuguesa alterou os hábitos culturais e religiosos das etnias que compunham o território de Moçambique, que eram muitos e distintos. São inúmeros relatórios de famílias e sucessões de chefias dos grupos étnicos que habitavam a região, além do levantamento da religiosidade de cada grupo e manifestações culturais.

O bebedor de horizontes (2018) aponta para as transformações sofridas pelas personagens na convivência com culturas distintas, sobretudo, através das personagens Imani e Germano de Melo. Germano revela que,

nesse tempo entendi o seguinte: não é apenas o barco que se movimenta no oceano. São as almas dos passageiros que transitam e se mesclam para além das raças e das nações. Sou um privilegiado neste mundo, sou dos poucos que empreendeu essa outra viagem. E não foi no mar que viajei. Foi em ti que cruzei fronteiras que me separavam de mim mesmo. Os meus olhos são azuis para que me atravesses como se eu fosse água. (COUTO, 2018, p. 53).

¹⁹ Despacho: Ano de 1968, entrada Nº 3317; Assunto: Nota 95/6/1/1 de 24 de Maio, de 1968, do Gov. Dist de Inhambane.

Imani por sua vez, em sua trajetória rumo a Portugal diz:

Escuto dentro de mim a voz de uma outra mulher. Essa mulher diz que devo fingir que obedeço. Este rei que sempre odiei é agora um aliado. Será na sua companhia que viajarei para Lisboa onde reencontrarei o homem que amo. Faço que desamarro a capulana e falo-lhe ao ouvido:

– *A sua mãe, a rainha Impebekezane, disse-me que não é dos homens rivais que um marido deve temer. Um homem rival pode roubar-nos a esposa. Mas o álcool rouba o homem que está dentro do homem... percebe o que eu digo meu rei?*

Escuta as minhas palavras e desfalecem-lhe subitamente as mãos. Com fúria contida bate com os pés no chão. Empurra-me, ao levantar-se.

– *Quem és tu – grita – para falar da minha mãe? Não passas de uma mutxopi. A tua gente é dominada pelos brancos.* (COUTO, 2018, p. 114).

Imani e Germano de Melo apresentam os conflitos de convivência no período colonial, bem como as influências sofridas pelo contato com o “outro”. Imani, ainda, relata o preconceito vivido junto às etnias que compunham o povo do sul de Moçambique, o desprezo de Ngungunyane e a desconfiança que os portugueses nutriam em relação a ela.

O conflito entre as etnias era constante e o continente africano acolhia inúmeras nações que dividiam um mesmo território, em busca de sobrevivência. Contudo, a invasão dos povos europeus ao continente despertou outros interesses de dominação e de riquezas. A descoberta do ouro trouxe à província de Moçambique, “Ingleses, boéres, sírios, libaneses, italianos, gregos e gente de nações tão distantes que nenhum mapa lhes faz justiça.” (COUTO, 2018, p. 97).

Além das nações que habitavam o sul de Moçambique com a colonização e a exploração de riquezas minerais, esse território abrigou outras nações através da migração de habitantes, oriundos de diversas regiões europeias e países circunvizinhos. A constituição da nação moçambicana, o processo colonial e os deslocamentos e migrações fizeram de Moçambique um país multicultural. E, nesse sentido, vários termos podem explicar as feições do país: multiculturalismo, entre-lugar, terceira margem, zona de contato ou fronteira, que se referem a espaços culturais distintos que se conectam, formando uma nova cultura. O teórico Bhabha

entende que a convivência entre as culturas produz uma nova tradução cultural, renovando o passado e inovando interrompe a atuação do presente, criando assim o passado-presente que busca articular a criatividade própria fronteiriça, cujo intuito é desorganizar velhas ordens num processo ininterrupto e também o de re-lembrar as antigas tradições. (BHABHA, 1998, p.27).

É partir desse espaço de construção identitária que Imani, ao narrar, dá voz aos povos nativos e às transformações vividas no sul de Moçambique. A personagem evidência as diferenças e as proximidades das nações que se encontraram naquele território. Essa construção identitária foi analisada por Stuart Hall, quando salienta os deslocamentos ocasionados pelo processo colonial. A questão está presente no romance de Mia Couto, nas palavras de Imani, quando diz:

Nunca pensei que houvesse tantos brancos no mundo. Nem pretos para dizer a verdade. Mas agora vejo-os, uns aos outros, a aplaudir freneticamente as tropas portuguesas que desfilam na única avenida da cidade. Soldados de todas as raças fazem continência perante uma tribuna repleta de individualidades coloniais. No centro do palanque encontra-se o governador interino, Correia Lança²⁰, rodeado por diplomatas de várias nações. Os lugares de honra foram reservados para os comandantes dos cruzadores alemão e inglês estacionados no porto. (...) (COUTO, 2018, p. 130).

O aglomerado de pessoas que se reuniram para ver o imperador preso pela coroa portuguesa propicia a Imani uma visão mais ampla dos europeus que ocupavam o território de Gaza, bem como das etnias que viviam naquela região. Não há espanto, mas constatação de quão numerosas eram as etnias que habitavam a região e como se dava o encontro de culturas, pela religiosidade, pois, como observa Imani, em dois momentos da narrativa

para os brancos, Caldas Xavier era vencido por uma doença. Para nós, os negros, o homem era vítima de um serviço encomendado. Na nossa terra não se morre de um “quê”. Morre-se de um “quem”. A morte não tem causa. Apenas culpado. (COUTO, 2018, p. 131).

²⁰ Joaquim da Graça Correia e Lança nasceu em 21 de fevereiro de 1856 em Santa Luzia Portugal. Foi militar do Exército Português, administrador colonial e exerceu cargo de governador da Guiné Portuguesa; governador-geral interino de Moçambique e governador de São Tomé e Príncipe. Faleceu em 25 de fevereiro de 1900 na cidade do Porto em Portugal. http://novaserie.revista.triplov.com/numero_25/jose_pinto_casquilho/index.html

Os tripulantes são aspergidos com óleos e, depois, banhados e purificados. Chamam a isso um novo batismo. Incrível como somos semelhantes nas nossas cerimónias, brancos e negros. E como se assemelham os rituais que usamos par limpar a alma! Afinal, os anjos dos brancos não são os austeros vigilantes que nos fizeram crer. São, como os nossos, bêbados e foliões. (Ibidem, p. 197).

Outras nações que compunham os povos que habitavam o sul de Moçambique eram oriundas de países vizinhos. Esses atravessavam as fronteiras geográficas, atraídos pelas relações comerciais. Vinham de todas as partes, principalmente, da África do Norte. Os árabes traziam consigo suas cultura e religiosidade e a influência religiosa do oriente trouxe para Moçambique o islamismo. Segundo Sousa (1951), o islamismo foi mais facilmente compreendido pelos nativos do que o cristianismo, fato que representou um forte obstáculo à influência europeia, pois o negro muçulmano era fechado e hostil.

Mesmo sendo catequizada pelo padre Rudolfo Fernandes, Imani não deixa de acreditar nas crenças e religiosidades de origem. No forte de Monsanto, os prisioneiros foram autorizados a cozinhar, mas antes que Ngó começasse,

com um pedaço de carvão a rainha inscreve uma cruz no fundo de cada uma das panelas. *Pronto, estão abençoadas*, suspira. *Os brancos têm fortes feitiços*, diz ela. *Cozinhar minha filha, não é fazer comida. É sentar os deuses à nossa mesa.*

Esquecemo-nos, diz Dabondi, como se arrumavam as nossas casas para receber invisíveis visitantes. Nos nossos pátios, os homens sentam-se virados para sul. As esposas ocupam o lado oposto. Ao vento norte dá-se o nome de *nwalungo*, o “homem”. O vento sul é chamado de *dzonga*, a mesma palavra que designa as mulheres. Estes preceitos não são mais respeitados. Nesta nova casa – que Dabondi diz ser um barco enterrado – ninguém mais sabe dos pontos cardeais. Se um dia os espíritos nos vierem resgatar não saberão como nos encontrar. Saberão atravessar o extenso oceano mas ficarão à porta das nossas celas. (COUTO, 2018, p. 238).

Segundo Gomes da Costa (1899), todos os nativos do território de Gaza usavam feitiços nos pescoços ou nos braços e esses amuletos consistiam em vértebras de cabritos, simba e outros animais. Pedacinhos de ossos de leão, homem ou leopardo metidos em pequenos sacos de meia polegada quadrada,

bordados com missanga azul e preta ou branca e preta; sedas de búfalo ou de cavalo; calhaus brancos rolados pelo mar e cilindro de madeira preta; manilha de couro de boi, entre outros apetrechos.

A rainha Dabondi, primeira mulher de Ngungunyane, se apresenta com poderes de feitiçaria; e Imani vai até ela para que desfaça o feitiço que lhe tirou o idioma português.

Estou de joelhos junto à esteira onde repousa Dabondi. Os carregadores de saco, por respeito, depositam a carga no exterior do armazém. Os olhos dela estão cravados no teto, e eu rezo em zulu, a única língua que os nossos deuses entendem. Desfio uma improvisada de oração e Dabondi escuta sem me interromper:

Minha rainha, a senhora apagou-me o idioma que aprendi na escola, arrancou uma das minhas mais antigas raízes. Não me apagou, contudo, a arte de ler e escrever em português. Pois agora sou eu que lhe peço: leve-me também esses dons. Não quero mais papel, não quero mais tinta, não quero mais caneta. A escrita dói-me, e eu desejo destatuar a alma. Talvez a senhora não saiba, mas as palavras, quando grafadas, amarram o tempo. Se não posso rever o meu filho, não quero mais o tempo, não quero nenhuma lembrança. Por isso lhe imploro: rasgue todas as folhas antes de estarem escritas e converta em água toda a gota de tinta. Quero-me vazia. E quando não houver em mim nenhum idioma, peço-lhe que me apague a língua dos sonhos. Porque me basta a noite dos bichos: um tempo para simplesmente nascer e morrer. (COUTO, 2018, p. 283 – 284).

Imani tenta se desfazer da cultura do “outro” e da própria cultura no desalento de perder o filho. Solicita a Dabondi o esvaziar-se de si mesma. As várias culturas que são assimiladas por ela lhe pesam a alma. E, a caminho do exílio, após o lamento, diz à rainha:

*– Nós nunca mais vamos voltar, Dabondi.
– É melhor assim, minha filha, é melhor morrermos por aqui – afirma a rainha. – Perdemos os nossos filhos, não deixamos sementes neste mundo. Não somos ninguém. Não temos para onde voltar, Imani. (COUTO, 2018, p. 284).*

Apesar de conhecer outras culturas e sofrer influência delas, Imani tem em si as marcas de sua origem, um referencial de pertencimento. A cultura do “outro” lhe é conhecida, mas a sua origem sobrepõe o “outro”.

3.2 Identidades fragmentadas

As identidades que se apresentam em *O bebedor de horizontes* são compostas por fragmentos da narrativa histórica do período de colonização do sul de Moçambique. Ficção e eventos históricos se entrelaçam em um emaranhado de informações similares, que tecem enredos sobre perspectivas ideológicas que se aproximam e também se afastam.

Na história oficial de Portugal, exaltam-se a pátria e os feitos coloniais realizados pelas suas tropas, no entanto, no romance de Mia Couto, identifica-se o contraste ideológico exposto em guerras entre o colonizador e os colonizados, caracterizado pelo olhar de Imani e do militar português Germano de Melo. Com essa perspectiva, a ficção pretende repensar a colonização a partir do olhar de indivíduos que vivenciaram as guerras impetradas em território moçambicano.

É interessante a perspectiva do colonizado exposta por meio da personagem Imani; a perspectiva do colonizador é colocada em xeque, por meio da personagem Germano de Melo. Ambas as personagens expressam as aflições e descontentamentos e o modo como convivem com tais sentimentos diante de seus aliados e opositores. A guerra em Moçambique apresenta algumas lacunas nas narrativas oficiais, pois as ações da coroa portuguesa, das etnias africanas e do imperador de Gaza entram em contradição, se se considera o desenvolvimento dos fatos.

De acordo com Vilhena (1999), as etnias africanas do sul de Moçambique lutam para resistir ao infortúnio, tanto frente à coroa portuguesa quanto ao império de Gaza. No caso dos portugueses, eles queriam defender o território e efetivar sua ocupação, assim, outros países europeus respeitariam o acordo realizado na Conferência de Berlim. O imperador Ngungunyane, por sua vez, tentava manter as relações diplomáticas com os países europeus, assim como seu império naquele contexto de colonização do continente africano.

As relações dos povos que vivenciaram a colonização no sul de Moçambique se tornaram violentas como acontece em todo conflito de guerra; no entanto, a assimilação cultural não deixou de ocorrer por meio da convivência. Segundo Fanon, em *Os condenados da terra* (1968), a relação

imperialismo/colonialismo ocorrida entre a Europa e a África, na perspectiva do homem colonizado, construiu a percepção da barbárie travestida de um falso humanismo europeu.

Segundo Fanon (1961), na violência colonial, não se propõe apenas o domínio das etnias que compõem o território de invasão, mas sim a necessidade de subjugar e de desumanizar os povos cativos. A intenção é dominar os povos pela cultura europeia e quando há resistência, o opositor é condenado à morte por desobediência e insubordinação. A violência emerge de todas as partes.

Na trilogia de Couto, mesmo a personagem Imani age com violência quando atira nas mãos de Germano, em defesa do irmão Mwanatu ou quando, em outro episódio, mata um soldado da coroa portuguesa, após ser ofendida por ele por sua origem. Esses atos de violência fizeram parte do dia a dia no conflito dos conflitos gerados pela ocupação portuguesa do sul de Moçambique. E, como se tem destacado, colonizador e colonizado passaram por momentos de transformações identitárias em meio a tanta violência.

Em *O bebedor de horizontes*, Imani manifesta essa influência do colonizador sobre sua identidade e a fragmentação do “eu” diante do contexto colonial do sul de Moçambique. No fragmento, Imani diz,

Não sei o que seria de mim sem a companhia das rainhas. A presença destas mulheres é mais uma prova da profecia de Dabondi: as raízes da minha alma devolvem-me agora todo o meu ser. Não se trata apenas de regressar ao idioma da minha aldeia. Estas mulheres trazem de volta a minha terra e a minha gente. E trazem-me de volta a mim. (COUTO, 2018, p. 279).

Imani pede para esquecer a língua do colonizador, como se assim, pudesse desfazer traços da colonização em Moçambique. Há um cansaço que a consome; ela passa da resistência à resignação, perante o processo colonial. Nesse estágio da narrativa, a protagonista não demonstra forças para lutar. Sua existência parece fragmentada, pois no trecho expõem-se elementos identitários das culturas Vchopi, Nguni e portuguesa.

Segundo Bhabha,

Os indivíduos, os bens e as comunidades deslocam-se através das nações ou no espaço entre tradições – às vezes com

sucesso, outras vezes com consequências trágicas –, revelando novas formas híbridas de vida e de cultura que não têm uma existência prévia no âmbito do mundo discreto, singular, de qualquer nacionalidade ou sociedade. (2007, p. 31).

Imani, no trecho que segue, apresenta-se como resultado desse processo de hibridização cultural e, mesmo querendo negar a assimilação da cultura do “outro” e voltar à sua condição de mulher nativa da etnia Vchopi. Mas é impossível se desvencilhar do contato com o colonizador e de suas influências socioculturais.

Podes gravar, mas não me fotografes. Olha bem para mim, meu neto. Esta criatura que vês à tua frente não é feita de um corpo único. São muitos corpos colados, cada um feito num tempo, cada um vindo de uma terra diferente. O coração é desta aldeia, os braços são de Mutimati, as pernas já se esqueceram de onde são. Não me fotografes, meu neto. Este meu corpo é feito de despedaços. Quem mais vive dentro de mim é quem já morreu: as mães que ainda me fazem nascer. A primeira, Chikazi Nsambe e as outras Bibliana, Bianca, Dabondi. Não me fotografes, meu neto. Porque eu não termino em mim. O meu corpo agora é o mundo inteiro. (COUTO, 2018, p. 305).

A personagem Imani traz em si as várias culturas de Moçambique, além da representação das mulheres do romance. Traz consigo o desassossego de Chikazi Nsambe, que perdeu seus dois filhos para a guerra de colonização e ocupação do sul de Moçambique; traz a vivacidade e a espiritualidade da feiticeira Bibliana, e, assim, carrega a religiosidade de seu povo; traz consigo a italiana Bianca na assimilação da cultura europeia; e, ainda, traz consigo, através da rainha Dabondi, a cultura do povo nguni e a tradição do império de Gaza.

As identidades reestruturam-se, absorvendo características identitárias do “outro”. E, como se tem afirmado, Imani representa essa multiplicidade identitária no romance, pois traz em si várias identidades, pela fragmentação do “eu” na convivência das guerras que vivenciou, bem como pela resistência. É nesse sentido que se pode dizer que Imani usa a língua do colonizador como instrumento de resistência e sobrevivência.

O militar Germano de Melo também sofreu influência da cultura do colonizado, principalmente pelo convívio com Imani. Quando a perde, sofre sua ausência, como se demonstra na citação:

O que importa, querida Imani, é que daqui a umas horas estarei no Hospital Militar de Inhambane. Vou usar as enfeitadas mãos para ficar isento dos serviços militares. Tenho esperança, melhor, a certeza, de que me fazem voltar a Portugal. O meu anseio não é regressar. O que realmente desejo é reencontrar-te. Se tudo correr bem ainda nos veremos em Lourenço Marques. (COUTO, 2018, p. 23).

Sei que temes por mim, que receias a minha intempestiva entrega às causas políticas. Fica tranquila. Não repetirei ousadias que antes me custaram o desterro em terras africanas. Esse castigo acabou, afinal, por se converter na maior das recompensas. O que devia ser um exílio converteu-se num lugar de afeto. Foi aqui, em África, que encontrei o amor. A minha única pátria és tu. A única causa que me resta é regressar aos teus braços. (Ibidem, p. 37).

Germano traz consigo a cultura do colonizador, mas o amor por Imani lhe permite conhecer a cultura do colonizado e pelas mãos de sua amada convive e apreende a cultura do “outro”.

Segundo Bauman,

as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (BAUMAN, 2005, p. 19).

Os indivíduos que passam pelo processo colonial influenciam e são influenciados pela convivência com raças diferentes. Assim, a violência colonial foi o meio de enfrentamento a essas diferenças, em que o mais forte tentava assimilar o mais fraco. E esse conflito de dominação territorial faz parte da história da humanidade. A fragmentação do “eu”, bem como, a reconstrução identitária, passa pelo encontro de culturas e pela hibridização cultural. Hall, sobre isso, argumenta que

o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as

identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora' e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório variável e problemático. (HALL, 2005, p. 12).

As identidades, segundo Hall (ibidem), resignificaram-se no contexto de colonialismo e, principalmente, no pós-colonialismo. O sujeito que esteve em contato com culturas distintas as suas origens teve a base identitária acrescida por influências externas. E a partir desse contato ocorreu a construção de uma nova identidade, que pelo processo de resignificação tornou-se inacabada.

Imani e Germano de Melo sofrem a hibridização cultural e vivem o processo contínuo de reconstrução identitária. Imani já idosa em terras moçambicanas fala sobre essa miscigenação e hibridização cultural, conforme se observa abaixo:

Escuto as sombras gritar: *Ubuyile, mulungo!* Avisam-me que chegou um branco. Como se eu fosse completamente cega. *Minhas filhas*, digo-lhes, *ainda não morri. Vejo mal mais ainda escuto.*

Elas riem-se, divertidas. *Esperem*, declaro de braço erguido: *Vou explicar: é que, mesmo caldos, os brancos escutam-se à distância.* E falo do que sei: passei décadas com eles, na terra deles. Falo, penso e vivo como eles. Sou negra, é verdade. Mas entro e saio da minha raça quando quero.

– *Este que chega não é um branco* – afirmo. *É o meu neto. Entendem?* (COUTO, 2018, p. 299).

O neto de Imani é o resultado do processo de hibridização; a mistura de raças e culturas se consolida nas gerações oriundas desse processo. A miscigenação de portugueses e africanos em *O bebedor de horizontes* (2018) dá-se pelo enlace entre Germano e Imani. Todavia a hibridização cultural vai além, transformando culturas e resignificando o mundo pela complexidade da globalização.

3.3 A memória e o pós-colonialismo

O bebedor de horizontes conclui a saga do imperador de Gaza, dando continuidade à narrativa memorialística produzida por Mia Couto. Essa

narrativa, como esclarece o escritor, foi construída a partir de muita pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. O autor esteve nos Açores, lugar de exílio do imperador e entrevistou seus descendentes que ainda hoje habitam aquela terra. A trilogia contextualiza datas e eventos da narrativa histórica que ressurge na ficção, para contar a mesma “história” na perspectiva do povo colonizado, usando a voz narrativa de Imani Nzambe.

A narrativa de memória é constituída por aporte teórico e histórico sobre o tema a ser abordado e o objetivo da escrita da trilogia vem da compreensão da memória como patrimônio cultural. A narrativa literária constitui um veículo de representação e construção da memória e da identidade. É esse viés que se constitui como foco da narrativa, já que se volta a eventos do passado que devem ser revisitados em virtude de seu significado.

Segundo Le Goff²¹ (2003), a memória está relacionada aos acontecimentos da história, e o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, quando a memória ora está em retraimento, ora em transbordamento. Dessa forma, a memória guarda o passado e transforma-se em um saber coletivo.

A perspectiva, assim, é de uma escrita que possa registrar aquele momento histórico pelo olhar do povo moçambicano. Na narrativa de Mia Couto, essa representação dá-se pela personagem Imani. A memória individual e coletiva do povo moçambicano vem pelo olhar da mulher. Em construção como:

Passam por nós soldados que se dirigem ao rio para lavar os pratos. Mousinho sacode a cabeça e lamenta-se:
– *Há poucos dias estes homens saudavam a prudência do seu comandante. Hoje todos eles o maldizem.*
O que antes tinha sido ponderação é agora cobardia. Por culpa de Andrea, aqueles jovens foram excluídos do panteão dos heróis. (COUTO, 2018, p. 31)

O leitor entra em contato com a trama pelo olhar de Imani, que relata soldados que lavam pratos e que não terão o mérito de capturar o imperador, pois seu comandante não acredita que Mousinho de Albuquerque conseguirá obter êxito nessa batalha. Esse recontar a história do povo moçambicano

²¹ LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas: UNICAMP Editora, 2003.

permitiu que Mia Couto aproximasse o passado e o presente, trabalhando questões sociais vigentes em Moçambique, como a questão da mulher e a subalternidade perante a sociedade, a violência contra a mulher, o preconceito em relação às crenças religiosas praticadas no país, entre outros.

No resgate do passado colonial, rememora-se os tiros, a guerra, os países opositores, a ganância das potências europeias e o conflito entre monarquia e república. Para a Europa, o continente africano era um mundo paradoxal, regido por leis e crenças desconhecidas. Mia Couto resgata essa religiosidade do povo moçambicano pelas personagens Rosi e Bibliana.

Essa recomposição histórica a partir da escrita literária permitiu a Mia Couto dar voz ao povo moçambicano, através do mosaico de personagens que criou, em um imenso paralelo que estabeleceu entre personagens da ficção literária e personagens da narrativa histórica. O imperador de Gaza é a personagem central da narrativa, pois, todo o enredo conta a sua trajetória na ocupação do sul de Moçambique e a sua derrocada frente ao exército português.

A sagacidade engendrada pela narrativa histórica tem, sem dúvida, no intuito de engrandecer a coroa portuguesa e seu exército, aspecto esse que cai por terra na reconstrução ficcional de Couto, quando se apresenta um Ngungunyane astuto e com boas relações políticas. Essas eram armas mais eficazes do personagem contra o império português. Na primeira carta do sargento Germano para Imani, o português comenta como foram construídos os relatos de guerras portuguesas em solo africano.

a imagem emblemática da nossa guerra em África é a de um garboso cavaleiro montado no seu cavalo. Mas as campanhas militares em África foram ganhas nos rios, cavalgando vagas, galgando rápidos e estreitos. Dessas batalhas ninguém fala. Não há hoje quem não conheça os feitos de Mousinho de Albuquerque. Contudo a Alvaro Andrea também assistem motivos de glória. A sua embarcação, a corveta Capello, integrou a chamada “esquadilha do Limpopo”. Durante três meses bombardeou as margens do rio Limpopo. Se os ingleses deram um ultimado aos portugueses, também nós impusemos um prazo de rendição aos chefes leais a Gungunhana. Não tendo acatado essa intimação, as povoações ribeirinhas foram fustigadas por canhões e metralhadoras. Aos bombardeamentos seguiram-se operações no terreno. Os marinheiros desembarcaram e atacaram as aldeias inimigas.

Essa campanha no rio Limpopo produziu a resposta desejada: aos poucos, os chefes locais foram-se rendendo. Não havia dia em que não se apresentassem debilitados e submissos. (...) A verdade é que o próprio Gungunhana enviou mensageiros propondo condições de rendição. Afinal, o imperador de Gaza já estava vencido e tinha assumindo essa derrota quando foi preso em Chaimite. Mousinho arrombou portas que já estavam abertas. O que se passa, minha querida, é que a vida é caprichosa e não nos bastam os factos. As pessoas adoram uma boa narrativa. Na guerra não se defrontam apenas exércitos. Confrontam-se histórias. E Mousinho tem uma história bem melhor que a de Álvaro Andrea. Não interessa se a versão do cavaleiro é falsa. A versão dele tem heróis. E esses heróis somos nós. (COUTO, 2018, p. 38 – 39).

De acordo com Vilhena (1999), há duas versões da prisão de Ngungunyane, uma contada por Mousinho de Albuquerque e outra por Álvaro Andrea. Na versão de Mousinho,

ao contrário de outros oficiais portugueses, Mousinho não admira Gungunhana. Considera-o covardíssimo e comodista, convencido da superioridade do branco; e é mais pela astúcia de que pela força que o oficial português vai destruí-lo. Segredo, diplomacia, prudência, boato falso, jogo de aparências, rapidez e surpresa do imprevisto, representarão uma parte importante, essencial ao sucesso das operações militares, levadas a cabo por Mousinho. Por isso informa que “não se deve anunciar, nem deixar supor” que as operações então em curso sejam para atacar o Gungunhana (VILHENA, 1999, p. 141).

Em princípio, ninguém melhor do que Mousinho devia conhecer as circunstâncias em que se dera a prisão do Gungunhana. No entanto, depois da leitura de vários escritos da época, apercebemo-nos de que Mousinho não dissera tudo. Mousinho falara muito na acção do exército, mas omitira factos relativos à participação da marinha. Factos que parecem dignos de ser rememorados, por terem permitido a Mousinho levar a cabo o seu projecto, com a facilidade e o êxito que o coroaram. (Ibidem, p. 148 – 149).

Álvaro de Andrea lutava contra o imperador usando o diálogo, enquanto Mousinho usava de armas contra o régulo e contra os povos que habitavam a região. Ataques sangrentos foram executados na eminência da rendição de Ngungunyane e seus aliados. Álvaro Andrea acreditava haver outra forma de vencer o inimigo.

Soares de Andrea acreditava que Gungunhana viria entregar-se, como já lhe havia prometido por mais de uma vez. No entanto, em 10 de dezembro fora criado o distrito militar de Gaza, tendo como governador Mousinho de Albuquerque. A notícia chegada a bordo do Capelo no dia 16, data a partir da qual Soares de Andrea teria de parar os seus contactos com o régulo de Gaza. Fê-lo com tristeza, por ver que outro colheria o fruto do seu hábil e perseverante labor. (VILHENA, 1999, p. 152).

Soares de Andrea condena então a tendência carniceira que aí funcionou como uma manifestação de barbárie civilizada, lamentando que se seja ainda tão “sedento de sangueria”. E declara desejar que se fizesse a guerra “Sem derramar inútil ou barbaramente sangue humano, sem trucidar, sem expoliar, preferindo-se o conselho ao fuzilamento em massa, exterminador e esterilizador, dando enfim constantemente exemplos de moralidade e de trabalho. (Ibidem, p. 154 – 155 grifos do autor).

Vilhena reúne em duas de suas obras, *Gungunhana no seu reino* (1996) e *Gungunhana grandeza e decadência de um império africano* (1999), a saga do imperador de Gaza e, após investigar documentos oficiais e relatos históricos dos oficiais que participaram daquele evento, propõe uma narrativa histórica que realiza o contraponto com dados oficiais da “história oficial” existente. Nessa proposta, Vilhena resgata a história do Império de Gaza pela memória de quem a viveu, e a partir dessas informações consegue contrapor alguns pontos de vista dos relatos. Nessa mesma perspectiva, Mia Couto produziu a trilogia, com o intuito de dar voz às narrativas do povo moçambicano, que sofreu o advento da colonização e teve suas vozes colocadas à margem da narrativa histórica.

Ao se resgatar o passado colonial e dar uma nova interpretação aos fatos ocorridos, através do distanciamento e do estudo de documentos e narrativas que contextualizam aquele momento histórico, tem-se a ressignificação dos fatos. É pelo viés do pós-colonialismo que essa ressignificação teórica e cultural ocorre, motivada pela releitura da colonização de Moçambique.

As teorias que configuram as feições do que é chamado de pós-colonialismo estão comprometidas com o processo de hibridização sociocultural. Segundo Edward Said, em *Orientalismo* (1978), as relações de dominação pelo saber e pelo poder, que se fazem presentes entre o ocidente e

o oriente, empenharam-se com a exaltação de seus feitos e não perceberam que sua transformação fugia do controle e atingia a todos.

Por isso, os estudos pós-coloniais apontam para a construção de novas análises socioculturais que venham a valorizar a heterogeneidade e os saberes periféricos. Esse movimento deixa de lado a visão eurocêntrica do processo de colonização, valorizando a experiência dos não europeus que foram marginalizados pela narrativa histórica. Assim, o pós-colonialismo rompe com o eurocentrismo e busca desconstruir o ideário de naturalização de inferioridade dos países que foram colônias daqueles impérios.

Para Boaventura de Souza Santos (2010), o pós-colonialismo é um agrupamento de estudos teóricos e analíticos presentes em um vasto campo das ciências sociais que compreendem o mundo contemporâneo, por meio de relações desiguais, criadas pelo colonialismo ao longo da história. A visão imperialista está carregada da noção de que o “outro” é inferior, tornando-o alvo de violência física e epistemológica. A manutenção dessas relações desiguais permite imposições econômicas, políticas e culturais.

Segundo Bhabha,

(...) toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e de pensamento. Há mesmo uma convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social – como ele emerge em formas culturais não – canônicas – transforma nossas estratégias críticas. Ela nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos *objets d'art* ou para além da canonização da ‘ideia’ de estética, a lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social. (1998, p. 240).

Na visão desse teórico, o pós-colonialismo tem evidenciado o confronto das relações que se estabelecem no universo colonial que vai alicerçando as fronteiras culturais mais permeáveis pela resignificação das relações entre colonizador e colonizado. Mia Couto, em sua escrita contemporânea, traz a complexidade do pós-colonialismo, confrontando passado e presente na

reconfiguração da história e, conseqüentemente, propondo construção identitária do povo moçambicano pela tessitura ficcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o hibridismo apontam que as identidades múltiplas resultam de contatos entre várias culturas em certo contexto ideológico, social e histórico, sempre motivando a resignificação dessas identidades. A partir do conceito de hibridismo, discutiu-se que as identidades de *Mulheres de cinzas* (2015), *Sombras da água* (2016) e *O bebedor de horizontes* (2018) delineiam-se na construção dos personagens Imani e sargento Germano, abrindo caminhos para que a narrativa ficcional se entrelace com a histórica.

As múltiplas identidades decorrem da fragmentação e da reconstrução do “eu”, que se organiza entre passado e presente. Essas questões levam à formação identitária do indivíduo e vai além das questões de origem ou de dominação cultural. Desse modo, pode-se dizer que as identidades constituídas nas personagens de Mia Couto são influenciadas por diversos fatores.

Na trilogia, *As areias do imperador*, Mia Couto narra o fim do Estado de Gaza que era governado por Ngungunyane, na região de . Os romances foram construídos a partir da memória do povo moçambicano e revela a vida desse último imperador. O imperador resistiu à ocupação portuguesa e, após a sua morte, tornou-se um símbolo de resistência moçambicana, mesmo sendo uma figura controversa em seu percurso como líder.

Em *Mulheres de cinzas* (2015), ocorre a ocupação pelos europeus do território sul de Moçambique. O sargento português, Germano de Melo, representa essa ocupação, ao se instalar no posto militar da aldeia de Nkokolani. Em uma narrativa similar à narrativa histórica, Couto deixa de apresentar sua habilidade poética, ao contar essa história a partir das vozes de Germano de Melo e Imani, cada qual a partir de suas origens. O conflito de guerra faz-se presente entre as etnias que habitavam a região ora lutando contra a coroa portuguesa, contra o império de Gaza e também entre elas.

Sombras da água (2016) dá sequência ao enredo apresentado no primeiro volume. Esse romance retoma muitos dos conflitos da convivência entre portugueses e africanos, no final do século XIX, em Moçambique. O enredo relata o jogo de interesses das potências europeias, ao fazerem o redimensionamento geográfico da África pela Conferência de Berlim, e na

efetivação de ocupação do sul de Moçambique. Encenam-se as negociações que o imperador de Gaza estabelecia com os países europeus e a guerra da coroa portuguesa contra os povos da região no intuito de capturar Ngungunyane.

O bebedor de horizontes (2018) relata a viagem do imperador rumo a Portugal, onde seria exposto em praça pública como um troféu; narra também a continuidade das guerras em Moçambique, mesmo após a prisão do grande chefe dos ngunis; o exílio de Ngungunyane e de outros prisioneiros nos Açores e o retorno a Moçambique das mulheres dos chefes aprisionados.

Essas narrativas coutianas fazem uma releitura da história de Moçambique pelo olhar do colonizado, abrindo possibilidades para que, por meio da memória, possa-se construir uma projeção histórica e cultural de nação. Essa nação imaginada está delineada pela mestiçagem e pela configuração de identidades múltiplas. Stuart Hall (2005), como se procurou demonstrar, aborda essa configuração identitária, pois, para ele, a identidade pode se constituir e se transformar continuamente, uma vez que esse efeito pluralizador possibilita sempre novas formações identitárias.

As areias do imperador é uma trilogia que demonstra a inserção de uma cultura em outras o que, mesmo durante o processo colonial, na África, indica a possibilidade de haver várias identidades em um mesmo indivíduo. Trata-se da construção de identidades múltiplas que decorre da aproximação de culturas, mesmo que seja imposto o domínio de um povo sobre o outro.

As identidades múltiplas que se inscrevem em um indivíduo podem ocorrer em processos de desterritorialização. No caso do colonialismo, esse processo ocorre tanto no espaço do colonizado, subordinado ao colonizador, quanto no espaço do dominador. Isso se dá, porque, mesmo no processo de dominação sociocultural, surgem estratégias de hibridização de raças e de culturas.

Segundo Stuart Hall (2005), as identidades múltiplas que se inscrevem em um só sujeito se constituem a partir da relação com os “outros”, e estes mediam valores de sentidos. Assim, uma identidade se desdobra em diversas identidades, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural do indivíduo se multiplicam.

Em *As areias do imperador*, a multiplicidade identitária se fortalece

quando colonizador e colonizado entram em contato com diferentes culturas e costumes. A convivência com o outro, mesmo no processo de colonização, provoca aproximações e distanciamentos socioculturais, bem como o estranhamento com o desconhecido. As personagens tipificadas como colonizadores e colonizados não deixam de integrar novos processos identitários, a partir do contato com outros valores e outros contatos.

Na trilogia, como se procurou demonstrar, a dominação apresenta-se como fator que impulsiona a resistência do povo moçambicano contra a coroa portuguesa. A personagem narradora, Imani, da etnia Vachope, mesmo trabalhando para a coroa portuguesa, em vários momentos, assume ações de resistência contra a dominação portuguesa. Imani traz em si uma diversidade cultural que mescla a cultura de origem e a cultura dos portugueses.

Em *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual* (2009), Kathryn Woodward trabalha questões de identidades, na perspectiva da diferença, da simbologia e do social, além ressaltar o caráter histórico das identidades, quando são influenciadas por processos distintos e por múltiplos discursos existentes em um mesmo indivíduo. Sob essa ótica, tem-se o indivíduo fragmentado, ao elaborar discursos divergentes e contraditórios.

Woodward discute o fato de a identidade ter sido pensada tendo algum núcleo essencial que distinguiria um grupo de outro, por sua história e pelos caracteres biológicos que apresenta. Em contrapartida, a identidade é vista por Woodward como um contingente, isto é, como produto da interseção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares. Para a teórica, a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções (...) no qual as identidades são construídas por uma clara oposição entre “nós” e “eles”. A marcação da diferença é, assim, o comportamento-chave em qualquer sistema de classificação (2009, p. 41). No entanto, Woodward percebe que as identidades múltiplas decorrem da globalização, sistema que massifica as culturas e as diferenças, estabelecendo uma interação mundial. Nesse processo, afirmam-se as culturas e identidades de diásporas, ou seja, aquelas em que se dissolvem os conceitos de pátria e de lugar de pertencimento.

Woodward refere-se a dois tipos de perspectivas para a questão das identidades, a essencialista e a não essencialista: a primeira está focada nas origens, na homogeneidade; a segunda na identidade marcada pela diferença, que sofre mudanças socioculturais, políticas e econômicas. Nesse caso, têm-se as identidades múltiplas que fazem concessões e negociações no mundo contemporâneo.

De acordo com Hall (2005), a identidade é instável, contraditória e inacabada. O teórico afirma que as velhas identidades estão em declínio, enquanto as novas identidades estão surgindo no mundo globalizado e o indivíduo apresenta-se fragmentado em vários “eus”, tendo em si diversas identidades nele inscritas. Essa fragmentação, como se procurou demonstrar, está presente na personagem Imani, em suas diferentes feições: negra, mãe, tradutora, assumindo as variadas feições que a identificam nos volumes da trilogia.

Como se procurou demonstrar, as feições identitárias, na trilogia, recuperam elementos dos estudos sobre as culturas híbridas, contextualizados por Canclini (2008), quando afirma a heterogeneidade como característica das diferentes culturas. O teórico demonstra que as culturas rompem fronteiras impulsionadas pelo processo de deslocamento do sujeito. Esse processo demonstra que a hibridização é fator decorrente das misturas entre diferentes culturas. A hibridização se configura pelos contatos entre culturas, mesmo quando existem separações e demarcações. O teórico vê a hibridização como dinâmicas de intercruzamentos que geram novas estruturas identitárias. Para Canclini, a ênfase na hibridização não enclausura apenas a pretensão de estabelecer identidades “puras” ou “autênticas”. Ela põe em evidência o risco de delimitar identidades locais autocontidas ou que tentem afirmar-se como radicalmente opostas à sociedade nacional ou à globalização (CANCLINI, 2008).

A partir do conceito de hibridismo, observa-se que as culturas se entrelaçam à medida que a sociedade mundial se aproxima, por meio de deslocamentos e migrações. Nessa fusão de identidades, o indivíduo dos séculos XX e XXI busca seu lugar de pertencimento, pois vive uma situação de transitoriedade geográfica e identitária. Nesse novo espaço sociocultural, o

sujeito percebe-se transitando entre culturas e etnias, criando novas fronteiras e agregando informações de novas identidades sociais.

A pluralização da vida em sociedade amplia as identidades possíveis assumidas por um sujeito, uma polifonia construída no cotidiano e que permanece inacabada. No contexto de globalização, o encontro de culturas distintas, apresenta um movimento espacial do indivíduo, que já ocorria com diversas etnias nômades, mas os impactos sociais não significavam reconfigurações societárias. A partir do século XIX, com o processo de colonização, os países europeus, bem como suas colônias, apresentam um sujeito modificado em sua existência. Essa transformação envolve questões sociais, psicológicas, religiosas, étnicas, nacionais e de gênero.

Santos (2004), escritor sociólogo, faz uma reflexão acerca dos estudos pós-coloniais e a identidade do sujeito que está inserido contexto histórico. Com isso, o autor traz à tona os contextos de violência contra a raça negra, operacionalizados pelas potências europeias no processo colonial. Esta violência, segundo ele, nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo.

O discurso dominante das nações colonizadoras, tomado de caráter “civilizatório” sobre o povo nativo das colônias, reconfiguraram as relações de comércio e as relações de trabalho (que se tornaram cada vez mais desumanas). Brancos e negros da classe dominante usavam de suas posições sociais para se estabelecerem em uma nova sociedade emergente. Mesmo no período pós-colonial, essa violência não cessou, pois forças imperialistas continuaram o processo de exploração.

Na concepção teórica de Stuart Hall (2005), o fenômeno do descentramento do sujeito no século XX dá-se com as seguintes contribuições: a teoria marxista, quando o sujeito está limitado às relações econômicas e sociais; ao pensamento freudiano, quando as identidades são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, deixando para trás o conceito de identidade fixa e unificada; a linguística estrutural, de Ferdinand de Saussure, quando a língua é um sistema social e não um sistema individual, apresentando a fragmentação das identidades pela língua falada; com Michel

Foucault, quando discute a formação da sociedade disciplinar e seu paradoxo de que quanto mais coletiva e organizada uma sociedade, maior será o isolamento e a individualização do sujeito; e o feminismo, que alavanca o surgimento de movimentos sociais e cada qual apela para a identidade social que o sustenta. A partir do movimento feminista, surge a política de identidade. Nessa concepção de política de identidade, surgem os movimentos sociais dos grupos minoritários, em busca de um lugar à sociedade.

HALL (2005) apresenta ainda um estudo extremamente pertinente a esta pesquisa que é a desintegração das identidades nacionais pelo fenômeno da globalização, provocando o crescimento da homogeneização cultural, que torna as distâncias mais curtas. Todavia, tem um efeito contrário na resistência ao processo da globalização, na busca do local, na preservação de culturas e etnias. O sujeito híbrido se desloca de região e continente, e esse trânsito rompeu com os rótulos identitários da historicidade mundial. O sujeito transformado foi marginalizado e excluído socialmente, vivendo contextos periféricos, criando minorias massacradas pela hegemonia do imperialismo ocidental.

A questão da identidade no processo de colonização apresenta relevância quando o colonizado posiciona-se como sujeito da sua história. É essa identidade transformada pelo colonialismo do século XIX que se configura na trilogia de Mia Couto, construindo os vários “eus” das personagens Imani (colonizado) e Germano (colonizador).

Para Coelho (2003), a fragmentação da identidade ocorre devido à violência colonial e pós-colonial. Em Moçambique, os conflitos de guerra de dominação portuguesa e guerra civil tiveram desdobramentos contra países vizinhos (Rodésia – África do Sul), além de conflitos internos que se alastraram por todo o país. Segundo o historiador, diversos aspectos sociais e econômicos posteriores às independências estão ligados aos conflitos internos. Uma série de fatores esteve por trás da acumulação de novas cargas potenciais de violência, tais como, por exemplo: acentuação de assimetrias regionais, multiplicação e reforço de identidades fragmentárias; e, geralmente, acentuação e generalização progressiva e consistente da pobreza.

As identidades múltiplas que se inscrevem em um mesmo sujeito não são fixas nem permanentes, já que são construídas e modeladas pelo impacto

da colonização, permitindo que o indivíduo faça escolhas identitárias, sejam em decorrência de interesses particulares ou de posicionamentos sociais.

Os vários pontos de vista teóricos assumidos pela discussão proposta pela tese permitiram analisar *As areias do imperador*, em seus três volumes, amplamente a questão das identidades e demonstrar, particularmente, sua configuração nos personagens protagonistas, que foram analisados a partir de elementos que acompanharam o movimento dinâmico entre a ficção e a história oficial.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JR., Benjamin (org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- ABDALA JR., Benjamin. **Fronteiras múltiplas, identidades plurais - um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural**. 2002.
- ACHILLE MBEMBE. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética: A teoria do romance**. 5 ed. Annablume editora. São Paulo, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV. **A interação verbal. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais no método sociológico da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: 1981
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BHABHA. H. **O local da cultura**; tradução Myria Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizontes: UFMG, 1998.
- BHABHA. H. **Ética e estética do globalismo: uma perspectiva pós-colonial**. In: et al. (Org.). **A urgência da teoria**. Lisboa, 2007.
- BESSA RIBEIRO, Fernando. **A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique Etnográfica**, vol. 9, n. 2, 2005, pp. 257-275 Centro em Rede de Investigação em Antropologia Lisboa, Portugal.
- BORGES, Jorge Luis. **“Kafka e seus precursores”**. In: BORGES, Jorge Luis. **Outras inquisições**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégia para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internauta**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela Noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Momentos Decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993 (vol. 1 e 2).

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.

CASTRO, Luiz Filipe de Oliveira e. **Mouzinho a sua vida e a sua morte**. Separata do Guião, Lisboa, 1955.

CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (Orgs.). **MIA COUTO: um convite à diferença**. São Paulo. Humanitas, 2013.

COELHO, João Paulo Borges (2003), "**Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas**", Lusotopie, 175-193.

COSTA, Gomes da. **Gaza: 1897 – 1898 / Cap. Gomes da Costa**. Lisboa, M. Gomes, 1899.

COSTA LIMA, Luís. **Mímesis e modernidade: formas das sombras**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COUTO, Mia. **Vinte e Zinco**. Lisboa: Caminho, 1999.

COUTO, Mia. **Histórias abensonhadas**. 7ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

COUTO, Mia. **O último voo do flamingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTO, Mia. **Antes de nascer o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COUTO, Mia. **A Confissão da Leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

COUTO, Mia. **Mulheres de cinzas: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana**, livro 1 / Mia Couto – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COUTO, Mia. **Sombras da água: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana**, livro 2 / Mia Couto – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COUTO, Mia. **O bebedor do horizontes: uma trilogia moçambicana**, livro 3 / Mia Couto – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COUTO, Mia. **O universo num grão de areia**. 1ª ed. Alfragive, Editorial Caminho, 2019.

CUNHA, Amadeu. **MOUSINHO Acção. Pensamento. A época. Agência Geral do Ultramar**, Divisão de publicações e biblioteca. 1956.

D'ALBUQUERQUE, Joaquim Mousinho. **Relatório sobre a prisão do Gungunhana por Mousinho de Albuquerque**. Publicado em suplemento ao Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique. Typographia nacional de Sampaio & Carvalho. 1896.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972 **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim.

DELEUZE, G. 1997. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34.

ELIOT, T. S. **“Tradição e talento individual”**. In: ELIOT, T. S. *Ensaíos*. São Paulo: Art editora: 1989. (Tradução, Introdução e Notas de Ivan Junqueira).

ENNES, Antonio. **Guerra d África em 1895: memórias**. Lisboa: Typographia do “Dia”, 1898.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, M. **Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze**. In: Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAGNEBIN, J. M. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** Rio de Janeiro, Imago, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade.** Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari.** Geographia, v.4, n.7, set. 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade.** 2.ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Trad. Adelaine La G. Resende (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HANNERZ, Ulf. 1997. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional.** Mana, vol.3, p. 7-39.

Hedges, D. 1999. **História de Moçambique.** Vol. 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Livraria Universitária, Maputo.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Imago Ed. 1991.

KHOSA, BA KA. Ungulani. **Ualalapi.** Lisboa: Caminho, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas: UNICAMP Editora, 2003.

LEITE, Ana Mafalda. **Cenografias pós-coloniais & estudos sobre literatura moçambicana.** Edições colibri, Lisboa, 2018.

MAQUEA, Vera. **A escrita nômade do presente: literaturas de língua portuguesa.** Editora Arte & Ciência, São Paulo, 2010.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência.** Trad. Notas e Posfácio de Paulo C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLINTO, Heidrun Krieger. **Autobiografias intelectuais entre razão e emoção**. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS). Dilemas e Desafios na Contemporaneidade. UNICAMP, Campinas, 2012. p. 1-11.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio. No movimento dos sentidos**. 6ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORNELAS, Ayres de. **Coletânea das suas principais obras militares e coloniais**. Lisboa : Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1934-1936.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)**. Lisboa: Estampa, 1988, 2 vols.

RAMA, Ángel. **Os processos de transculturação na narrativa latino-americana**. In: AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (orgs.). Ángel Rama. Literatura e cultura na América Latina. Trad. Rachel La Corte dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: Edusp: 2001.

REZENDE, Beatriz. **Expressões da literatura brasileira do século XXI**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2008.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Fora do lugar: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTIAGO, Silviano. **O narrador pós-moderno**. In: **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e de outro. Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 16 set. 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUER, Juan José. **O conceito de ficção**. Tradução: Luís Eduardo Wexell Machado. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 8, julho de 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **“Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”**. In: *Psicologia clínica* vol.20 no.1, Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais**. In ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (orgs.). *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

SILVA, Tomaz, Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In SILVA, Tomaz, Tadeu da (org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. 9a edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SILIYA, Carlos Jorge. **Ensaio sobre a cultura em Moçambique. Cooperação Suíça em Moçambique**. Maputo. 1996.

SHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SOUSA, Fernando Louro de. **Moçambique na defesa de África e do Ultramar Portugêses**. *Revista Militar*, Lisboa, MCMLII

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942 – **Pode o subalterno falar?** Gayatri Chakravorty Spivak; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos pereira Feitosa, André Pereira Feitosa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do símbolo**. Sao Paulo: Martins Fontes, 1977.

TOSCANO, Francisco. **A derrocada do Império vátua e Mousinho d’Albuquerque**. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1930.

VILHENA, Maria da Conceição. **Gungunhana no seu reino**. Edições Colibri, Lisboa, 1996.

VILHENA, Maria da Conceição. **Gungunhana Grandeza e Decadência de um Império Africano**. Edições Colibri, Lisboa, 1999.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, TOMAZ, Tadeu da (org.). Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais. 9a edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm>

<https://dacb.org/pt/stories/mozambique/liengme-georges>

<https://www.dicionarioinformal.com.br/imani/>

<https://www.dw.com/pt-002/ngungunhane-o-rei-mo%C3%A7ambicano-que-lutou-contra-a-ocupa%C3%A7%C3%A3o-portuguesa/a-44177023>

<https://www.revistaforum.com.br/semanal/o-outro-tambem-esta-dentro-de-nos-afirma-o-escritor-mia-couto/>

<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Hist%C3%B3ria/A-Morte-De-Ngunghane-64363.html>